

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Relações Internacionais
Departamento de Relações Internacionais

Eduardo Augusto Faria de Souza Maia

REPUTAÇÃO, CREDIBILIDADE E IMAGEM INTERNACIONAL:
O CASO DE YOM KIPPUR

Belo Horizonte

2024

Eduardo Augusto Faria de Souza Maia

**REPUTAÇÃO, CREDIBILIDADE E IMAGEM INTERNACIONAL:
O CASO DE YOM KIPPUR¹**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa.

Área de Concentração: Política Internacional: Negociações, Instituições e Conflitos Internacionais.

Belo Horizonte

2024

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. (This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001).

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M217r Maia, Eduardo Augusto Faria de Souza
Reputação, credibilidade e imagem internacional: o caso de Yom Kippur /
Eduardo Augusto Faria de Souza Maia. Belo Horizonte, 2024.
153 f. : il.

Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Guerra arabe-israelense, 1973. 2. Reputação. 3. Veracidade e falsidade. 4. Conflito internacional. 5. Inteligência militar. 6. Oriente Médio - Política e governo. 7. Oriente Médio - Opinião pública estrangeira. I. Costa, Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327.5

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Eduardo Augusto Faria de Souza Maia

**REPUTAÇÃO, CREDIBILIDADE E IMAGEM INTERNACIONAL:
O CASO DE YOM KIPPUR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa.

Área de Concentração: Política Internacional: Inteligência, Estratégia e Contraterrorismo.

Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar – PUC Minas (Avaliador)

Prof. Dra. Raquel Gontijo Bessa - PUC Minas (Avaliadora)

Prof. Dra. Andrea Resende – UNI-BH (Avaliadora)

Prof. Dra. Layla Dawood - IRI/PUC-RJ (Avaliadora)

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2024

Ao meu pai, Fábio (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por me guiar, iluminar e abençoar em todos os momentos da minha vida para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, Fábio e Aparecida, por sempre se preocuparem comigo e com o andamento de minha caminhada na vida, dando todo o suporte necessário para que tudo desse certo.

Ao meu orientador, Eugenio, pela paciência e sabedoria em indicar novos caminhos e perspectivas quando pouco claros ainda estavam os pensamentos.

À minha namorada, Laura, pelo apoio, motivação e compreensão durante todo o processo.

E a todos que de forma direta ou indireta participaram desta caminhada junto a mim e que contribuíram de forma positiva durante todo o percurso.

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
Mas pensar o que ninguém ainda pensou,
Sobre aquilo que todo mundo vê”
(SCHOPENHAUER, Arthur)*

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo descobrir e analisar de que maneira a reputação, credibilidade e imagem internacional influenciariam as decisões da iniciativa de, ou reação antecipada a um ataque militar surpresa, em um contexto de rivalidade e conflito militar entre dois ou mais de Estados. Para tanto, foram utilizadas teorias e conceitos, interrelacionados, a respeito de conflitos territoriais e rivalidades estatais; ataques (militares) surpresas, inteligência militar estatal e inteligência de alerta; reputação e credibilidade, e imagem. A hipótese consiste em testar em que medida a reputação, credibilidade e imagem estatais influenciariam o cálculo de custo/benefício da decisão de iniciativa de, e/ou de reação antecipada a um ataque surpresa (*sudden attack*), de Egito/Síria e Israel, respectivamente, na Guerra do Yom Kippur (1973), na medida em que, ao serem consideradas neste cálculo, proveem determinados conjuntos de percepções, escolhas, decisões estratégicas e políticas, aos Estados envolvidos, que moldam as vantagens e desvantagens do curso de ação a ser tomado. O método utilizado para se responder à pergunta-problema e testar a hipótese levantada, foi um estudo de caso (*single-case*) atrelado ao rastreamento de processo para explicação de resultado no intuito de identificar o passo a passo histórico, político e militar que levou à Guerra do Yom Kippur de 1973, e identificar a presença ou ausência de variáveis alternativas ao contexto de rivalidade e conflito entre Egito/Síria e Israel, como questões de reputação, credibilidade e imagem, e de que forma estas variáveis explicariam, ou não, a referida “descrença política”, presente na literatura a respeito do tema, sobre o possível emprego de ataques surpresa nestes contextos.

Palavras-Chave: Reputação; Credibilidade; Imagem; Inteligência; Ataque Surpresa; Yom Kippur.

ABSTRACT

This research aimed to discover and analyze how the reputation, credibility and international image would influence the decisions of the initiative, or early reaction to a surprise military attack, in a context of rivalry and military conflict between two or more states. To this end, interrelated theories and concepts were used regarding territorial conflicts and state rivalries; (military) attacks, state military intelligence and warning intelligence; reputation and credibility, and image. The hypothesis is to be testing to what extent the state reputation, credibility and image would influence the cost/benefit calculation of the decision to initiative, and/or anticipated reaction to a surprise attack (sudden attack) from Egypt/Syria and Israel, respectively, in the Yom Kippur War (1973), insofar as, when considered in this calculation, they provide certain sets of perceptions, choices, strategic and political decisions, to the states involved, which shape the advantages and disadvantages of the course of action A be taken. The method used to answer the problem question and test the hypothesis raised, was a case study linked to the explaining outcome process-tracing in order to identify the historical, political and military step by step, that led to the 1973 Yom Kippur War, and identify the presence or absence of alternative variables to the context of rivalry and conflict between Egypt/Syria and Israel, as issues of reputation, credibility and image, and how these variables would or not explain the “political disbelief”, presented in the literature on the subject, about the possible use of surprise attacks on these contexts.

Key-Words: Reputation; Credibility; Image; Intelligence, Surprise Attack, Yom Kippur.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Intenções e Capacidades – “ <i>The complexity of the estimative process</i> ”	66
Figura 2 - Os Diferentes Usos do Rastreamento de Processo.....	74
Figura 3 - Processos Dedutivo e Indutivo do Rastreamento de processo para explicação de resultado.....	75
Figura 4 - Rastreamento de processo para explicação de resultado.....	77

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Díades Rivals na Segunda Metade do século XX.....	25
Quadro 1 – Códigos Operacionais do Culto à Reputação.....	54
Quadro 2 - O <i>Process-Tracing</i> e a Adequação Causal Explicativa.....	78
Quadro 3 - Atos de Engano Não-Militares empregados pelo Egito.....	114
Quadro 4 – Atos de Engano Militares Empregados pelo Egito.....	117
Quadro 5 - Questões de Reputação, Credibilidade e Imagem: Egito-Síria.....	140
Quadro 6 - Questões de Reputação, Credibilidade e Imagem: Israel.....	140

LISTA DE SIGLAS

AMAN – Inteligência Militar de Israel

FAI – Força Aérea Israelense

FAE – Força Aérea Egípcia

FDI – Forças de Defesa de Israel

GHQ – *General Head Quarters*

HUMINT – *Human Intelligence*

MI – *Military Intelligence*

MOSSAD – Inteligência Nacional de Israel

SIGINT – *Signals Intelligence*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1 – Parte I – Compreendendo a Teoria – Rivalidades, Ataque Surpresa e Inteligência.....	19
1.1. Território, Rivalidades e Conflitos Militares: Uma Relação de Causalidade	19
1.1.2. As Relações de Rivalidade.....	21
1.2. Ataque Surpresa: Maximizando a Vantagem Estratégica na Guerra.....	28
1.2.1. O Ataque-Surpresa como um Multiplicador de Forças.....	30
1.3. O que se Entende por Inteligência.....	33
1.4. Inteligência Estratégica.....	36
1.5. <i>Strategic Warning e Warning Intelligence</i>	38
Considerações Finais Parciais.....	42
Capítulo 2 – Parte II – Compreendendo a Teoria – Reputação, Credibilidade e Imagem Estatais	43
1.2. A Importância da Reputação.....	43
2.1.1. Reputação: Definição e Diferenças entre Determinação (<i>Resolve</i>), Capacidade (<i>Capability</i>) e Interesses (<i>Interests</i>).....	47
2.1.1.2. Definição de Reputação em Termos Gerais.....	47
2.1.2. Diferenças entre Determinação, Capacidade e Interesses.....	48
2.1.3. Reputação e Credibilidade: Dois Lados de Uma Mesma Moeda.....	49
2.1.4. Reputação de Negociação, Reputação Comportamental e o Culto à Reputação...52	
2.1.5. Semelhanças e Diferenças entre Reputação e <i>Status</i> nas Relações Internacionais.....	55
2.2. A Imagem.....	59
2.2.1. Sinais, Índices e Ruídos (<i>Noises</i>).....	63
Considerações Finais Parciais.....	68
Capítulo 3 – Desvendando o Mecanismo Causal: O Rastreamento de Processo (<i>Process-Tracing</i>)	69
3.1. A Metodologia do <i>Process-Tracing</i>	69
3.1.2. A Metodologia de Estudo de Caso e sua Relação com o Rastreamento de Processo.....	80
3.2. Bibliografias e Fontes Relevantes ao Caso Escolhido.....	83
Considerações Finais Parciais.....	86
Capítulo 4 – A Guerra do Yom Kippur e seus Principais Processos.....	88
4.1. Marcas do Passado: A Guerra dos Seis Dias (1967) como um Prelúdio à Guerra do Yom Kippur.....	89
4.2. Um Panorama Histórico Geral Sobre a Guerra do Yom Kippur.....	92
4.3. Os Passos até a Guerra: Principais Processos.....	96
4.3.1. A Decisão de ir à Guerra.....	96
4.3.2. As Preparações para o Ataque.....	98
4.3.3. O Papel e Atuação da Inteligência Militar Israelense na Identificação, Análise e Conclusões sobre as Movimentações Egito-Síria antes da Guerra.....	101
4.3.3.1. Principais Acontecimentos entre agosto e setembro de 1973.....	101
4.3.3.2. Dia 5 de Outubro de 1973 – Um dia Antes da Eclosão da Guerra.....	108
4.3.4. As Movimentações de Egito e Síria e o Papel do Engano/Desinformação (<i>Deception</i>).....	113

Considerações Finais Parciais.....	119
Capítulo 5 – A Concepção, os Possíveis Motivos que levaram à sua Falha, e o Teste de Hipótese.....	121
5.1. A Comissão Agranat e a “Concepção” (“ <i>Ha-Konseptziyah</i> ”)	121
5.2. Por que a “Concepção” Falhou?.....	125
5.3. Analisando os Processos Conforme as Teorias e Hipótese Levantadas.....	135
6. CONCLUSÃO.....	140
7. ALCANCES E LIMITES DA PRESENTE PESQUISA.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146

INTRODUÇÃO

Estados que se encontram em situação de rivalidade militar duradoura tendem a possuir contextos de crises cada vez mais severos, quanto maior for o tempo desta mesma rivalidade. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008). Seria teoricamente plausível esperar que, dada a existência deste tipo de rivalidade, Estados que se encontram neste contexto acompanhariam as movimentações de seus adversários através de suas operações e agências especializadas de inteligência estratégica e militar. (GRABO, 2010; 2002; HANDEL, 2003; BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017; WIRTZ, 2003; BETTS, 1982). E, uma vez confirmada a alta probabilidade de um ataque inimigo iminente, decisões a respeito da resposta a esta confirmação devem ser tomadas. Assim sendo, decisões a respeito do emprego da força inicial, ou da espera do “melhor momento” para tal, haveriam de surgir aos tomadores de decisão em um momento *anteriormente* à mobilização de guerra entre Estados em conflito.

“[A] surpresa [de um ataque] militar está entre os maiores perigos que um país pode enfrentar”. (BETTS, 1982, p. 3). É partindo de tal afirmação que Richard K. Betts (1982) fundamenta um importante passo em direção à compreensão de um fenômeno que acompanha a história das guerras, desde seus primórdios, mas que ainda carece de novos entendimentos acerca de seus desdobramentos, principalmente no tocante ao estudo das Relações Internacionais como campo de pesquisa e de conhecimento.

Embora um ataque militar surpresa seja uma possibilidade reconhecida por indivíduos responsáveis por evitá-lo, (i.e.: tomadores de decisão envolvidos com os assuntos militares e de defesa estatais), ainda assim, este é um fenômeno de difícil administração. (BETTS, 1982).

Tal contexto levanta a importante questão de qual seria o aparato mais adequado na identificação, gerenciamento ou mesmo mitigação de um possível ataque militar surpresa por um Estado adversário. Ainda segundo Betts (1982), a perspectiva predominante na literatura é que a surpresa surge devido à incapacidade dos serviços de inteligência em anteciparem um ataque militar. (BETTS, 1982). O que seria de se supor, portanto, é que um serviço de inteligência bem estruturado e funcional, resolveria o problema representado por um ataque surpresa. No entanto, este não seria o caso:

Se a inteligência puder ser desenvolvida para assegurar a detecção dos preparativos do inimigo para o ataque, o problema deve ser resolvido. Na maioria dos casos importantes, entretanto, as falhas de inteligência na coleta de indicadores foram apenas elementos secundários na causa da surpresa. Na maioria dos casos, os líderes do Estado vítima [do ataque] foram avisados de

que o inimigo estava organizando as capacidades de ataque, mas não reagiram ao aviso de maneiras que, retrospectivamente, demonstram ser necessárias. (BETTS, 1982, p. 16-17 – tradução própria).

Se, portanto, mesmo sendo avisados da movimentação inimiga de um ataque iminente, os líderes de determinado Estado optaram pela não-reação ao ataque, o problema então não se resumiria ao aparato da inteligência militar e estatal. Aceitando tal premissa, o que poderia explicar ou apontar para um maior entendimento do contexto de não-reação a um ataque iminente?

Primeiro é necessário considerar que o foco excessivo nas questões e no papel da inteligência estatal na detecção antecipada de ataques traria pelo menos duas importantes questões à análise. Primeiro, (1) isto depositaria uma importância excessiva na ameaça dos “*bolts from the blue*”², ou seja, no planejamento e realização de um ataque sem qualquer crise política prévia que pudesse alertar ou chamar a atenção dos líderes para o perigo iminente. E, em segundo lugar, o foco excessivo na inteligência (2) incentivaria a perspectiva de que, ao serem avisados, os líderes agiriam imediatamente para reforçar a prontidão defensiva. (BETTS, 1982).

Betts (1982) é incisivo, portanto, ao afirmar que não há casos notáveis de *bolts from the blue* no século XX, quando todos os grandes ataques surpresa ocorreram em momentos de tensão prolongada, nos quais os líderes do país afetado estavam cientes da possibilidade iminente de guerra. (BETTS, 1982). Tal afirmação justifica a necessidade de um arcabouço teórico que lide com a problemática dos conflitos prolongados entre Estados rivais, pois, somente em tais contextos se percebe o maior número de ataques militares repentinos (surpresa).

Mais especificamente,

Conscientes da possibilidade de guerra e confrontados com evidências de desenvolvimento da prontidão do inimigo para atacar, **os líderes**, no entanto, muitas vezes **não autorizam preparações de contra-ataque eficazes**. No nível operacional, **eles estimam erroneamente o momento ou local do ataque inimigo**; ou no nível político, **percebem explicações alternativas não ameaçadoras** para a atividade militar inimiga, pensam que a dissuasão durará mais tempo ou acreditam que podem afastar o perigo por meio de iniciativas diplomáticas ou inação tranquilizadora. **Em suma, o principal problema na maioria das surpresas estratégicas não é o alerta de inteligência, mas a descrença política**. (BETTS, 1982, p. 18 – tradução própria – ênfases adicionadas).

² Em tradução livre, “*bolts from the blue*” significam acontecimentos que não demonstraram, sequer, uma única evidência de sua ocorrência. Em outras palavras, se refere a contextos que ocorreram “do nada”, sem nenhuma evidência anterior que pudesse acusar sua existência. É possível deduzir uma analogia simples e intuitiva do termo, que se refere a relâmpagos (*bolts*) em céu azul (*from the blue*), sem indício de formação de nuvens de chuva que pudessem sinalizar sua ocorrência.

Nesse sentido, se o principal problema dos ataques surpresas não recai sobre o alerta antecipado de inteligência, mas, sim, sobre a “descrença política”, como é possível entender ou avaliar tal descrença? Quais fatores a compõe? Para além das possíveis explicações alternativas para a atividade inimiga, quais outras variáveis seriam importantes de se levar em conta?

De modo geral, a presente proposta de tese se justifica pela necessidade em se responder às questões levantadas. Mas, mais especificamente, se justifica na medida em que parte importante da literatura sobre o papel das inteligências de alerta, estratégica, militar e sobre ataques surpresa dentro de contextos de rivalidades militares duradouras, como a de Egito-Israel em 1967 e 1973, não leva em consideração variáveis potencialmente importantes na explicação e entendimento da “descrença política”, que geraria tanto a decisão final de reação antecipada, quanto não-antecipada a um ataque militar adversário, mesmo possuindo informações de inteligência suficientes que comprovariam tal acontecimento.

Assim, a pergunta de partida que guiará a consecução desta pesquisa é: De que maneira a reputação, credibilidade e imagem estatais influenciariam as decisões da iniciativa de, ou reação antecipada a, um ataque militar surpresa, em um contexto de rivalidade e conflito militar entre dois ou mais Estados?

Os fatores e/ou variáveis inerentes à iniciativa de ataque ou contra-ataque, perpassariam pelas mais variadas *esferas estratégicas de um Estado*, como, por exemplo: a estratégia militar; o alerta estratégico de inteligência; a inteligência estratégica; a surpresa estratégica, etc. (GRABO, 2010; 2002; HANDEL, 2003; BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017; WIRTZ, 2003; BETTS, 1982). Além disso, perpassariam, também, pelas *esferas relacionais da imagem, reputação e credibilidade de Estados*, no âmbito da política internacional em seu sentido mais amplo. (SCHELLING, 1966; TANG, 2005; JERVIS, 1970).

Deste modo, o balanço de custo/benefício da decisão de iniciativa se traduziria em vantagens e desvantagens, estratégicas e políticas, intrínsecas ao contexto de decisão, sendo influenciadas pelas esferas supracitadas. Adicionalmente, Estados que se encontram em contexto de rivalidade militar, haveriam de acompanhar as movimentações e ações de seu(s) adversário(s), através de suas agências e operações de inteligência, no intuito de fundamentar a decisão final de emprego, ou não emprego, de um ataque militar inicial contra um adversário.

A “imagem”, a “reputação” e a “credibilidade”, como será visto ao longo desta pesquisa, são conceitos similares entre si na medida em que se baseiam na percepção e nas crenças que certos atores (primordialmente estatais) possuem uns dos outros. Ao mesmo tempo em que Estados tentam construir determinada “imagem” ou “reputação” de si próprios, estas só serão “válidas”, ou eficientes/ineficiente, a partir do momento em que outro Estado as traduzir e absorver, através de seu próprio filtro de crenças e percepções.

Partindo das questões sobre a busca por “respeito/prestígio” internacional, presentes em Schelling (1966), Jervis (1970) vai além ao afirmar que “boa vontade”, “prestígio” e respeito (*saving face*) são elementos da imagem estatal que desempenham um papel significativo na busca de outras metas e objetivos. (JERVIS 1970). Em suma, questões de reputação, imagem e credibilidade são importantes para as relações internacionais.

Assim sendo, o objetivo principal desta pesquisa é levantar possíveis variáveis alternativas presentes em tais contextos, que possam explicar, através de outro ponto de vista, e dentro do escopo que se propõem, a referida “descrença política” que a literatura de referência não explica: tais variáveis são, nomeadamente, a *reputação*, *credibilidade* e *imagem* estatais.

Portanto, a hipótese da pesquisa aqui proposta pode ser construída da seguinte maneira: A reputação, credibilidade e imagem estatais influenciariam o cálculo de custo-benefício da decisão de iniciativa de, e/ou de reação antecipada a um ataque surpresa (*sudden attack*), na medida em que, ao serem consideradas nesse cálculo, proveem determinados conjuntos de percepções, escolhas, decisões estratégicas e políticas, aos Estados envolvidos, que moldam as vantagens e desvantagens do curso de ação a ser tomado. Essa hipótese será examinada a partir do estudo do processo decisório das principais agências de inteligência israelense, com foco para a AMAN, e dos principais órgãos de governo egípcio, como discursos e ações do próprio Presidente, Anwar Sadat, e órgãos e chefes militares, no contexto da Guerra do Yom Kippur (1973). A partir do método de estudo de caso, operacionalizado pelo rastreamento de processo para explicação de resultado (*explaining-outcome process-tracing*), busca-se avaliar se, e em que medida, tais aspectos de reputação, credibilidade e imagem estariam presentes no caso, a fim confirmar ou não a hipótese levantada. Caso se confirme, espera-se encontrar nuances e aspectos de reputação, credibilidade e imagem

ao longo do processo e passo a passo até a eclosão da guerra, que possam sugerir sua influência no caso.

Os conjuntos de percepções, escolhas e decisões estratégicas e políticas se referem, justamente, à preservação e/ou mudança de uma percepção alheia sobre a própria conduta em determinados contextos, seja por determinação (*resolve*), por respeito/prestígio (*face*) ou pelo simples comportamento esperado daquele Estado, que compõe todo o panorama de “imagem” proposto por Jervis (1970); e influenciam o referido cálculo de decisão na medida em que Estados buscariam a preservação e/ou mudança das percepções de conduta supracitadas, no intuito de alcançarem seus objetivos em um contexto de guerra.

O Capítulo 1 tratará das teorias e conceitos a respeito de conflitos por território entre Estados rivais, além de abordar a estratégia do ataque surpresa e o papel da Inteligência em situações de confronto entre Estados. O objetivo deste capítulo é situar e estabelecer uma conexão com o embasamento teórico que sustenta a dinâmica entre Egito e Israel em 1973, considerando a rivalidade histórica entre eles, o ataque surpresa executado pelo Egito (e Síria), e o papel crucial da Inteligência na detecção, antecipação de alertas e análise de dados e informações nesse contexto.

O Capítulo 2 irá explorar as teorias relacionadas à reputação, credibilidade e imagem de Estados, considerando seu potencial impacto nas percepções, processos e contextos de tomada de decisão estatal. O intuito será apresentar as principais ideias teóricas de renomados autores como Thomas Schelling, Jonathan Mercer e Robert Jervis, além de outros importantes autores cujas contribuições se baseiam nas abordagens desses três estudiosos. As questões de reputação, credibilidade e imagem dos estados estão estreitamente entrelaçadas, pois operam com base na percepção que indivíduos e formuladores de políticas têm de seus adversários.

O Capítulo 3 abordará os elementos centrais e essenciais da metodologia empregada na condução deste estudo: o Rastreamento de Processo (*process-tracing*). O Rastreamento de Processo constitui um método de estabelecimento de relações causais, destinado a esclarecer um processo ou evento X (variável independente), analisando os eventos que afetaram esse processo (variáveis intermediárias), visando a explicação de um resultado ou evento particular (variável dependente Y) sob investigação. O uso do *process-tracing* nesta pesquisa permitirá uma análise detalhada da Guerra do Yom Kippur e seus processos, elucidando seu mecanismo causal, especialmente as fases

intermediárias que podem oferecer uma explicação adequada para os eventos que culminaram no ataque surpresa de Egito/Síria, não previsto por Israel.

O objetivo do capítulo 4 é explorar os principais eventos e processos históricos, políticos, militares e de inteligência que culminaram na eclosão da Guerra do Yom Kippur de 1973. A Guerra dos Seis Dias, de 1967, serviu como um ponto de partida crucial para os eventos que se seguiram e a preparação para a guerra de 1973. Os desdobramentos da Guerra dos Seis Dias geraram um impacto significativo nos países árabes, especialmente no Egito e na Síria, e foram interpretados como um marco histórico para Israel. Esses eventos alimentaram os conflitos políticos e militares subsequentes entre Egito, Síria e Israel, incluindo a Guerra de Atrito, e as movimentações militares que antecederam o dia 6 de outubro de 1973.

Capítulo 5 trará os principais resultados e considerações da Comissão Agranat, Comissão esta que foi responsável por analisar e averiguar a existência de uma “concepção” presente entre os principais órgãos de inteligência e decisão de Israel, que se configurou como a principal causa e razão que levou Israel a não estar devidamente preparado para a guerra que se sucedeu, sofrendo a surpresa do ataque combinado entre Egito e Síria. Adicionalmente, apresentará as próprias considerações de Dani Asher e Uri Bar-Joseph sobre a própria “concepção” detectada pela Comissão e sobre causas alternativas sobre o porquê a concepção teria falhado.

Por fim, mas não menos importante, conclui-se a pesquisa através de um apanhado geral sobre todo o desenvolvimento acerca do tema, com foco para a pergunta e hipótese levantadas e em que medida foram respondidas e confirmadas, respectivamente. Após, há uma seção sobre os alcances e limites do presente trabalho.

1. CAPÍTULO 1

PARTE I - COMPREENDENDO A TEORIA

Rivalidades, Ataque Surpresa e Inteligência

“[A] surpresa [de um ataque] militar está entre os maiores perigos que um país pode enfrentar”. (BETTS, 1982, p. 3)

Este capítulo tem por objetivo desenvolver, não exaustivamente, a teoria e os conceitos sobre rivalidades, a técnica do ataque surpresa e o papel da Inteligência em um cenário de conflito militar entre Estados. O intuito é contextualizar e relacionar o aporte teórico sobre o qual a relação entre Egito e Israel, em 1973, se baseia tendo em vista a rivalidade existente entre ambos, o ataque surpresa operacionalizado pelo Egito (e Síria), e o papel da Inteligência na detecção, aviso antecipado, e análise de dados e informações neste contexto. Para tanto, foram elencadas bibliografias pertinentes ao tema de modo que cubram, minimamente, a lógica por trás de cada um desses aspectos e deem um panorama geral sobre o contexto empírico - a Guerra do Yom Kippur - que se está analisando. Além disso, a intenção deste capítulo é apresentar o arcabouço geral das teorias sobre conflitos territoriais e rivalidades, além do papel da Inteligência como um conceito teórico amplo, para, assim, chegar aos aspectos teóricos mais detidos e importantes para a presente pesquisa.

1.1. Território, Rivalidades e Conflitos Militares: Uma Relação De Causalidade³

Estados podem entrar em conflito em uma variedade de questões na política internacional. Desde questões cotidianas como trocas econômicas e comerciais, até questões da *Realpolitik* como as relações político-diplomáticas com outros Estados ou questões militares e de segurança nacional. (MAIA, 2020). Contudo, como demonstram Hensel e Mitchell (2006), dentro das mais variadas questões que podem levar à guerra entre Estados, os *conflitos territoriais* têm sido mais frequentemente relacionados à contenda estatal, quando comparados às demais questões existentes. (HENSEL & MITCHELL, 2006).

³ Esta seção traz, em grande parte, conteúdo e contribuição da Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais do próprio autor, cujo assunto e temática são essenciais à discussão e estão intimamente interligados ao assunto e temática da presente Tese. Ver Maia (2020), em Referências Bibliográficas.

Em suma, territórios demonstram uma importância intrínseca aos Estados que deles se valem, seja em sua manutenção, seja em sua proteção contra a invasão de terceiros. (MAIA, 2020). Conflitos bélicos sobre territórios possuem, ainda, maior probabilidade de escalada em seu grau de magnitude e, além disso, “reivindicações territoriais geralmente criam conflitos militarizados e rivalidades duradouras recorrentes”. (HENSEL; MITCHELL, 2006, p. 276).

Goertz e Diehl (1992) reconhecem que a “batalha ideológica” entre os Estados Unidos (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por exemplo, era frequentemente marcada por termos geopolíticos, e que, através da história, “existe uma ligação consistente entre território e poder nacional”, pois, o “poder é associado com força demográfica e recursos econômicos que são geralmente associados ao tamanho da terra”. Em suma Goertz e Diehl (1992) entendem que seria “difícil pensar em uma guerra que não teve algum componente territorial [associado] a ela” (GOERTZ; DIEHL, 1992, p. 2), reforçando a ideia de que reivindicações territoriais, ou conflitos envolvendo territórios, possuem maior probabilidade de escalada militar. (MAIA, 2020, p. 35).

Vasquez (1995), por sua vez, traz uma explicação similar para a alta probabilidade de guerra quando um território está sendo disputado por uma díade de Estados. No entanto, as disputas territoriais aumentam muito a probabilidade de uma guerra uniforme entre dois estados, o que nem sempre leva a esse desfecho (HENSEL; MITCHELL, 2006; MAIA, 2020). Em outras palavras:

[N]em todas as questões são igualmente prováveis de levarem à guerra. Guerras são agrupadas entre vizinhos porque vizinhos possuem disputas territoriais. Guerras são menos frequentes entre não-vizinhos porque mesmo que eles possam ter desacordos ideológicos, econômicos ou políticos e até mesmo rivalidades de poder (e.g. Anglo-Russo ou Soviético-EUA) eles geralmente não possuem disputas territoriais. Questões territoriais são fontes de conflito (desacordo) que se não manejadas corretamente possuem uma maior probabilidade de terminarem em guerra do que outras fontes de conflito. (VASQUEZ, 1995, p. 281-282 – tradução própria).

Nesse sentido, Vasquez (1995) salienta que seria errôneo “concluir que a territorialidade causa diretamente a guerra, ou é uma fonte constante de guerra”. Ou seja, questões ou conflitos territoriais levarão à guerra dependendo de como tais conflitos são tratados e lidados por Estados. Grosso modo, territórios podem se mostrar como fontes mais prováveis de conflitos militares entre Estados, mas o resultado final não necessariamente será este. (VASQUEZ, 1995). Para Senese e Vasquez (2003), os territórios seriam “causas subjacentes” da guerra na medida em que eles “não produzem

imediatamente a guerra, mas desencadeiam uma série de eventos que eventualmente resultam em guerra”. (SENESE & VASQUEZ, 2003, p. 278).

Contudo, Senese e Vasquez (2003), de modo similar a Hensel e Mitchell (2006) e Vasquez (1995), também entendem que, mesmo aumentando a probabilidade de levarem à guerra, territórios somente levam a este resultado a depender de como são gerenciados. Ou seja, a ideia seria é que existiriam determinadas “práticas de poder” envolvendo conflitos territoriais que resolveriam a questão em favor de um dos lados do conflito. Tais práticas abrangeriam a “ameaça ou demonstração de uso da força; a criação de alianças e/ou construção de exército para aumento de poder; e a escalada de táticas de *realpolitik* através de crises, na intenção de compelir um oponente”. (SENESE & VASQUEZ, 2003, p. 278).

Deste modo, sem o uso de tais técnicas da chamada “diplomacia coerciva”, uma política de poder não estaria realmente sendo utilizada. Ou seja, o que aumentaria consideravelmente a probabilidade de guerra sobre um território, ainda na visão de Senese e Vasquez (2003), não seria um desacordo por questões territoriais de ambos os lados, mas, sim, recorrer ao uso da força para reafirmar suas reivindicações. (SENESE & VASQUEZ, 2003).

As disputas entre Egito e Israel, tanto em 1967 quanto em 1973, já possuía um caráter de *rivalidade*, desde, pelo menos, 1948, quando da proclamação do Estado de Israel, além de adquirirem – talvez em decorrência desta rivalidade *a priori* – um caráter fundamentalmente territorial. Mas, como definir e entender “rivalidade”?

1.1.2 As Relações de Rivalidade

Segundo Goertz e Diehl (2000), “uma rivalidade é um relacionamento entre dois Estados no qual ambos utilizam, com alguma regularidade, ameaças militares e força, bem como ambos formulam sua política externa em termos militares”. (GOERTZ & DIEHL, 2000, p. 4). Ou seja, à medida que dois Estados se utilizam de ameaças e demonstrações de força militar contra o outro, mais esta relação se caracteriza como uma relação de rivalidade. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

Considerando o conceito de rivalidade, acima descrito, como um conceito meramente inicial, o que distinguiria as relações de rivalidade de outros tipos de relações entre Estados, para Goertz e Diehl (2000), seriam três (3) principais dimensões

explicativas: a (1) **consistência espacial**, o (2) **tempo ou duração da relação**, e a (3) **competitividade e/ou conflito militar**. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

A (1) *consistência espacial* de uma relação de rivalidade possuiria duas principais dimensões: (i) as rivalidades são constituídas por Estados; e (ii) tais rivalidades são diádicas, ou seja,

rivalidades envolvem os mesmos conjuntos de Estados competindo uns com os outros, com a previsão de uma futura relação conflituosa com o mesmo adversário. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

Rivalidades possuiriam, naturalmente, um (2) *tempo de duração*. Goertz e Diehl (2000) consideram que uma rivalidade deveria, teoricamente, possuir um tempo de 20-25 anos para se caracterizar como uma rivalidade “duradoura”, ou seja, como uma rivalidade decorrente de um conflito prolongado. Contudo, os autores reconhecem que não haveria a necessidade de enquadrar a definição de rivalidade somente a conflitos duradouros devido, justamente, à existência de variação na duração de uma rivalidade, podendo ir desde disputas curtas até aquelas que se prolongam por vários anos, as quais se classificam como de longa duração, ou duradouras. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

Adicionalmente, Goertz e Diehl (2000) entendem que a duração de uma rivalidade afeta, em grande parte, a influência comparativa do histórico nas interações presentes e futuras dentro do contexto de rivalidade. Ou seja, a duração de uma rivalidade estaria fortemente ligada às relações passadas entre a díade de Estados rivais e suas relações futuras, fazendo com que o histórico, longo ou curto, de duração de suas interações determine fortemente as chances daquela rivalidade perdurar no tempo. Em outras palavras, quanto maior o histórico de relações conflitivas entre dois Estados, maiores as chances de suas rivalidades perdurarem no tempo. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

Deste modo, considerando que relações de rivalidade possuem durações maiores ou menores, é possível subdividi-las em três (3) classificações, segundo Goertz e Diehl (2000, p. 22):

- **Rivalidades isoladas**, ou esporádicas, entre dois Estados;
- **Protorrivalidades** – Que consistem em repetidos conflitos entre dois Estados, mas não para se classificarem como uma rivalidade duradoura e;
- **Rivalidades Duradouras** – Que consistem em severos e repetidos conflitos entre os mesmos Estados através de um longo período de tempo.

As rivalidades isoladas se configuram como aquelas de curta duração, onde o conflito militar pode ser, por vezes, severo, mas é resolvido, ou possui um término em um curto intervalo de tempo, fazendo com que o embate não seja mais uma preocupação central nas relações entre os Estados envolvidos.

Já as protorrivalidades seriam o “meio termo” entre as rivalidades isoladas e as rivalidades duradouras, “elas persistem por períodos de tempo moderado, mas duram mais do que competições isoladas”. Dito de outro modo, o tempo de duração de protorrivalidades seria maior do que o tempo de rivalidades isoladas, e pode, potencialmente, transformar um determinado conflito em uma rivalidade duradoura, mas elas terminam antes que possam se configurar como duradouras.

Por fim, as *rivalidades duradouras*, como o próprio nome sugere, são rivalidades mais longas através dos anos, e que possuem maiores expectativas de confronto em relação aos outros dois tipos. Além do mais, o passado do relacionamento das díades em rivalidade possui um papel e um impacto fundamental para o conflito, pois há mais histórico de embates para influenciar o relacionamento. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

Por definição, uma rivalidade implica um embate ou uma competição em que uma ou ambas as partes empregam recursos militares em sua abordagem da política externa, ou seja, moldam e executam suas estratégias externas com foco em aspectos militares. (GOERTZ & DIEHL, 2000, p. 22). A ideia por detrás desta dimensão, para Goertz e Diehl (2000), seria a disputa por “bens escassos” entre Estados que se encontram em conflito.

Há de se esclarecer, contudo, que a ideia de bem escassos não remete, necessariamente, à ideia de um “jogo de soma zero”, onde o ganho de um Estado é necessariamente a perda de outro, embora isto possa ocorrer. (GOERTZ & DIEHL, 2000, p. 23). Contudo, dificilmente uma disputa é exclusivamente territorial, possuindo outras nuances políticas, econômicas, diplomáticas, material, etc.

Complementarmente, no que concerne à recorrência de incidentes militares em uma mesma relação de rivalidade, Goertz e Diehl (2000) são claros ao considerar que um grande número de guerras tem compreendido o mesmo conjunto de Estados como, por exemplo, Israel e os Estados árabes, que têm disputado os mesmos territórios em pelo menos quatro ocasiões desde 1948. Nesse sentido, as disputas e conflitos que surgem dentro de uma rivalidade não são isolados entre si, pois fazem parte do mesmo contexto de relacionamento contencioso. (GOERTZ & DIEHL, 2000).

Em consonância com tais contribuições, Colaresi, Rasler e Thompson (2008) também lançam luz ao importante aspecto das rivalidades nas Relações Internacionais. Ao introduzir o que chamam de “rivalidade estratégica”, Colaresi, Rasler e Thompson (2008) consideram que:

Primeiro, [1] essas rivalidades estratégicas competem por incompatibilidades de objetivos distintos e não resolvidos. Ambos os lados querem coisas que o outro lado nega, e que não criaram uma maneira de chegarem a um acordo. Segundo, [2] as ações competitivas dentro de cada rivalidade se combinam para formar um fluxo de conflitos, em vez de eventos totalmente separáveis. Terceiro, [3] esse fluxo de conflitos altera a maneira como os eventos objetivos são percebidos, aumentando o potencial escalatório de eventos presumivelmente inócuos. Os adversários acreditam que têm amplos motivos para desconfiar do lado oposto. Quarto, [4] há uma variação considerável na intensidade da competição ao longo do tempo em cada caso, pois o conflito é pontuado por períodos de cooperação. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008, p. 4 – *tradução própria*).

Da mesma maneira que Goertz e Diehl (2000), Colaresi, Rasler e Thompson (2008) também entendem as rivalidades como a incompatibilidade de objetivos e contendas não-resolvidas entre Estados em disputa. Além do mais estes últimos também reconhecem um aspecto de dependência de acontecimentos que caracterizam os “fluxos de conflitos” das rivalidades, ressaltando a recorrência, ao longo do tempo, de tais disputas entre dois Estados. Colaresi, Rasler e Thompson (2008), ao assim definirem a “rivalidade estratégica”, partem do entendimento acerca de “*conflitos*” como a base primordial para tal definição.

Intrinsecamente, os confrontos envolvem a escassez relativa e a sobreposição de interesses e objetivos. Não se pode obter a quantidade desejada de bens de valor, pois geralmente sua disponibilidade é limitada. Quando os recursos desejados são limitados, o ganho de uma pessoa frequentemente resulta na perda de outra. Não é possível alcançar todos os objetivos, pois isso poderia prejudicar a realização máxima de outra pessoa. Portanto, os conflitos surgem de incompatibilidades reais na busca de objetivos, sejam eles materiais ou imateriais. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

O entendimento de Colaresi, Rasler e Thompson (2008) sobre os “conflitos”, e como estes podem ser entendidos, possuem, nitidamente, uma conotação de “jogo de soma-zero”, no qual o ganho de uma das partes é, necessariamente, a perda de outras nos mesmos termos. Deste modo, a rivalidade entre dois Estados surgiria a partir do conflito de interesses e do aspecto de escassez dos objetos desejados. Além do mais, é interessante notar que para os autores, o conflito de interesses e objetivos das partes em

disputa não são reais, a não ser que este seja claramente percebido pelas partes em conflito. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

Tal entendimento da percepção de existência do conflito pelas partes envolvidas vai ao encontro das noções de conflito em Pruitt e Kim (2004), onde estes definem o “conflito” como *“uma divergência percebida de interesses, uma crença de que as atuais aspirações das partes são incompatíveis. Ou seja, o conflito é uma crença de que se uma parte conseguir o que quer, a outra (ou outras) não estarão aptas a consegui-lo”*. (PRUITT & KIM, 2004, p. 7-8). Assim sendo, apesar de serem entendidos como uma divergência percebida de interesses, conflitos “ainda tendem a se basear”, de acordo com Colaresi, Rasler e Thompson (2008), em certa incapacidade de coexistir no mesmo espaço, concordar com a mesma perspectiva ou aceitar a superioridade das crenças de outra pessoa. Nesse sentido, disputas territoriais, influência ou *status*, podem ser alguns exemplos dos conflitos de interesses mais recorrentes entre Estados. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

À vista disso, Colaresi, Rasler e Thompson (2008) identificam em seu trabalho uma série de rivalidades, predominantemente militares, entre díades conflitivas através da segunda metade do século XX e identificam as seguintes rivalidades, como segue a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1. Díades Rivaís na Segunda Metade do século XX

Nome do Conflito	Ano	Díades Rivaís
Sinai	1956	Egito-Israel
Guerra dos Seis Dias	1967	Egito-Israel
Guerra de Atrito	1969-70	Egito-Israel
Guerra do Futebol	1969	El Salvador-Honduras
Guerra do Yom Kippur	1973	Egito-Israel
Sino-Vietnamita	1979	China-Vietnam
<i>Falklands/Malvinas</i>	1982	Argentina-Reino Unido
Sino-Vietnamita	1987	China-Vietnam

Fonte: Retirado e adaptado Maia (2020, p. 107 – **ênfases** adicionadas)

É possível perceber que duas das díades acima, caracterizadas como rivalidades por Colaresi, Rasler e Thompson (2008), são, sistematicamente, duas das mesmas díades e casos a serem analisados nesta tese: a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kippur, o que, em termos teóricos e metodológicos, configura tais casos como casos de rivalidade.

De maneira similar a Goertz e Diehl (2000), Colaresi, Rasler e Thompson (2008) também classificam e definem as rivalidades estratégicas em três principais dimensões ou critérios explicativos. Para eles, uma relação de rivalidade não seria definida somente por fortes disputas, conflitos de interesse, ou escassez de recursos. Estados rivais devem se perceber como **(1) competidores, como (2) fontes de ameaças militares latentes e como (3) inimigos**. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

Os autores entendem como **(1) “competidores”**, Estados “capazes de ‘jogarem’ na mesma liga”. Isto significa dizer que Estados relativamente “fracos” seriam capazes de interagir competitivamente somente com outros Estados em suas mesmas condições e em sua vizinhança imediata. Com relação aos Estados relativamente “fortes”, estes podem operacionalizar uma ingerência ameaçadora sobre determinada região sem serem vistos como ameaças, ou sem se enxergar como competidores reais, devido justamente à assimetria de capacidades com relação a Estados mais “fracos”. Nesse sentido, a assistência externa de um rival em potencial do Estado forte pode ser requerida no intuito de contrabalançar forças. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

Em suma, o critério de **“competição”** se restringiria a rivalidades entre Estados da mesma “classe” de poder: grandes potências (*major power*) e pequenas potências (*minor power*). Deste modo, seria mais provável que uma rivalidade se instaurasse entre duas grandes potências (*major-major*) ou duas pequenas potências (*minor-minor*). No entanto, uma rivalidade *major-minor*, embora improvável, ainda é possível. Rivalidades deste último tipo “emergem quando pequenas potências se tornam algo mais do que incômodos aos olhos dos tomadores de decisão das grandes potências”. A título de exemplificação, relações diádicas como Índia-Paquistão, China-Taiwan, China-Vietnam e Israel-Jordânia são marcadas por capacidades econômicas e militares assimétricas que não impediram a emergência de sentimentos de rivalidade. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008). Um outro caso emblemático de tais relações de rivalidade entre uma grande e pequena potência é o caso das *Falklands/Malvinas* entre Reino Unido (*major power*) e Argentina (*minor power*).

Com relação ao segundo aspecto, Estados que se encontram em determinada disputa antecipariam a probabilidade de um ataque militar latente de seus competidores devido à relação de rivalidade criada entre os mesmos. Neste sentido, as expectativas de hostilidade do adversário induzem a um comportamento subsequente de ambos os lados, e o processo se torna cíclico.

Ambos os lados antecipam um comportamento agressivo do outro e começam a interagir com o adversário tendo essa expectativa em mente. Quando ocorre um episódio de hostilidade, isso reforça a crença de futuras hostilidades (e rivalidade) e aumenta a probabilidade de mais interações agressivas de forma cíclica. Se a intensidade das hostilidades aumenta ou não a cada vez, a relação de rivalidade, ao longo do tempo e com expectativas constantemente reforçadas, desenvolve uma série de complexidades psicológicas difíceis de superar. As expectativas se tornam mais inflexíveis, menos suscetíveis a mudanças no comportamento do adversário e menos dependentes de reforço contínuo. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

As expectativas de um comportamento hostil de ambos os lados da relação de rivalidade parecem criar, portanto, uma espécie de “dilema de segurança” retroalimentado para os Estados envolvidos, onde a demonstração de um comportamento hostil decorrente da insegurança e desconfiança intrínsecas à rivalidade, reforça a visão negativa que cada um dos lados possui sobre o adversário, fazendo com que o passo subsequente seja outra demonstração de comportamento hostil. Seria dentro de todo este contexto, portanto, que Estados classificariam outros atores em seu ambiente de acordo com o terceiro e último critério explicativo. Alguns são aliados, enquanto outros são adversários. Adversários que representam uma ameaça e também são considerados competidores de alguma forma são classificados como rivais. (COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008).

Considerando que uma rivalidade se caracterizaria como duradoura, somente se o tempo da relação for de 20-25 anos, as relações de rivalidade entre Egito e Israel se configuram como duradoura na medida em que, mesmo a disputa pelo Sinai sendo marcada por anos específicos, o relacionamento conflitivo de ambos vai desde 1948 até os dias atuais, com surtos esporádicos de conflito pontuais, como pela Palestina, por exemplo. Além do mais, o histórico conflitivo na relação Egito-Israel também é marcante dado que as guerras que se fizeram presentes entre estes países, possuíam uma dependência causal de eventos, ou seja, cada novo conflito possuía suas raízes em conflitos passados. (GOERTZ & DIEHL, 2000; KAMRAVA, 2005).

Além do mais, Egito e Israel se caracterizam pela relação de competição *minor-minor*. Apesar de uma aparente disparidade de capacidades militares ao longo do tempo entre ambos, sendo Israel como o detentor de uma força militar (material e humana) relativamente maior em comparação ao Egito, (KAMRAVA, 2005; DUNSTAN, 2003; DUNSTAN, 2009) Israel não possui um status de *major power* que faça com a relação

de rivalidade com o Egito se configure como uma relação *major-minor*. Do ponto de vista das capacidades militares, mesmo que relativamente maior ao lado judeu, ambos possuem condições de “jogar na mesma liga”, dentro da mesma “classe de poder”, como apontam Colaresi, Rasler e Thompson (2008).

Com relação ao aspecto de “fontes de ameaças militares latentes”, é válido notar e reconhecer que tanto Egito, quanto Israel, ao longo de sua história, sempre esperaram algum tipo de comportamento militar hostil entre si, de forma intensa até, pelo menos, 1978, quando da assinatura do acordo de *Camp David*, mediado pelo então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, entre Anwar Sadat e Menachem Begin, que estabeleceu uma trégua duradoura entre ambos os Estados em conflito. (KAMRAVA, 2005; DUNSTAN, 2003; DUNSTAN, 2009; BAR-JOSEPH, 2005).

Por fim, e a partir do aspecto de fontes de ameaças supracitado, seria plausível considerar que, na relação entre Egito e Israel (até 1973), ambos se perceberiam como inimigos. Todo o histórico de conflito entre eles, desde a criação do Estado de Israel em 1948, construiu toda uma gama de percepções, políticas, militares e culturais, reforçadas e retroalimentadas ao longo do tempo, que conferiu o caráter de rivalidade e de explícita inimizade entre si. (KAMRAVA, 2005; DUNSTAN, 2003; DUNSTAN, 2009; BAR-JOSEPH, 2005; HANDEL, 2003).

1.2. ATAQUE-SURPRESA: MAXIMIZANDO A VANTAGEM ESTRATÉGICA NA GUERRA

Segundo Vandeppeer, Regens e Uttley (2020), pela história, há inúmeros casos de uso do ataque-surpresa, ou elemento surpresa no intuito de romper as defesas ou cercar um inimigo no campo de batalha. Exemplos vão desde o Cavalo de Troia, no século XIII a.C., à intervenção da China na guerra da Coreia, em 1950; a Guerra dos Seis Dias, em 1967; e a Guerra de Outubro (Yom Kippur) de 1973, demonstrando que a surpresa é uma prática constante que pode incorrer em um grande impacto às forças inimigas. (VANDEPEER, REGENS & UTTLEY, 2020). Mas, em termos teóricos, o que é, ou como é possível entender, um “ataque-surpresa”?

Kam (2004) define um ataque-surpresa por meio de três elementos principais. O primeiro considera o ataque-surpresa como uma (1) ação militar que não corresponde às expectativas e pressuposições da vítima. O que significa que um ataque-surpresa é, fundamentalmente, um ataque militar contra um adversário desprotegido ou desavisado. O segundo indica que um (2) ataque surpresa sugere uma ausência de alerta estratégico

antecipado. Em outras palavras, esta segunda definição indica a falha do lado do defensor em antecipar ou evitar o ataque. O terceiro e último elemento de um ataque-surpresa está na (3) deficiência da vítima em lidar adequadamente com a ameaça iminente. Logo, a magnitude da surpresa pode ser inferida a partir do grau de prontidão demonstrado pela parte afetada. (KAM, 2004; MAIA, 2021).

No entanto, embora as considerações acima mencionadas possam ser verdadeiras, o sucesso de um ataque-surpresa também depende das habilidades do atacante e, talvez mais importante, das capacidades militares para fazê-lo. (MAIA, 2021).

Toda a questão de um ataque-surpresa militar recai também nas considerações sobre a chamada “surpresa estratégica” (*strategic surprise*). Para de Bar-Joseph e McDermott (2017) a definição de surpresa estratégica abrange a interpretação errônea não apenas de ameaças militares, mas também de eventos políticos, diplomáticos, sociais, econômicos e quaisquer outras mudanças súbitas que possam afetar a segurança de um Estado específico. (BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017). Assim, o termo “estratégico” engloba todas as ameaças que algum estado pode enfrentar em relação à sua segurança, especialmente quando se trata de ataques repentinos de outros estados. (MAIA, 2021).

Nesse sentido, e no mesmo teor de Kam (2004) e Bar-Joseph e McDermott (2017), Richard K. Betts (1982) afirma que “[a] surpresa [de um ataque] militar está entre os maiores perigos que um país pode enfrentar”. (BETTS, 1982, p. 3). Para Betts (1982), a surpresa estratégica acontece conforme a vítima não percebe quando, onde e se o adversário atacará. Existiriam, segundo ele, três (3) fases, ou estágios de aviso (*warning*), onde a falha em se perceber as ameaças ou de se reagir a qualquer um destes estágios prejudicaria a resposta de defesa do Estado atacado: **(1) aviso político** (*political warning*); **(2) aviso estratégico** (*strategic warning*); e **(3) aviso tático** (*tactical warning*). (BETTS, 1982).

O **(1) aviso político** é percebido no “aumento das tensões” entre os Estados em situação de conflito e rivalidade, e a falha na percepção deste estágio pode elevar a possibilidade de que políticas de *deterrence* falhem. Já o **(2) aviso estratégico** está ligado às indicações, diretas ou indiretas, de que o Estado inimigo está mobilizando suas forças militares em formatos condizentes com um plano de guerra. Há de se esclarecer que a mobilização de forças nestes termos pode variar em como são apresentadas: discursos políticos diretamente ligados à temática, exercícios militares mais frequentes e

renovação de tecnologias militares, são sinais estratégicos da mobilização de um plano de ataque. (BETTS, 1982).

Por fim, o **(3) aviso tático** seria a detecção de qualquer movimento de ataque, ou de preparação de ataque, antes do início das hostilidades. Em outras palavras, diferente do aviso estratégico, que possui um caráter mais subjetivo se o Estado inimigo está, ou não, se preparando estrategicamente para um ataque, o aviso tático faz referência a ações concretas e materiais de disposição militar, e até mesmo sobre a própria disposição geográfica de forças combatentes. (BETTS, 1982; BEN-ZVI, 1976). Deste modo, se a vítima não consegue obter o aviso antecipado, seja em um ou em vários desses estágios, a surpresa acontece. Mesmo que ela receba o aviso, mas não reaja a ele, ainda assim experimenta as *consequências da surpresa*. (BETTS, 1982)

Até aqui, é possível perceber que ataques-surpresas fazem parte do arcabouço de técnicas utilizadas por Estados em conflito, possuindo até mesmo uma lógica teórica e metodológica de seu funcionamento e repercussões. Porém, a pergunta que ainda permanece é: por quê? Por que ataques-surpresas são amplamente utilizados, ao longo da história, como uma “técnica”, “tática” ou “movimento” militar por exércitos ou, neste caso, por Estados em conflito? Qual(is) a(s) vantagem(ns) direta(s) ou indireta(s) o uso dessa técnica traz ao seu aplicante?

1.2.1 O Ataque-surpresa como um Multiplicador de Forças

Uma das principais vantagens do ataque-surpresa, é que ele atua como um “multiplicador de forças”. (BETTS, 1982; HANDEL, 2003). Segundo Betts (1982), o ataque-surpresa (repentino) atua como um multiplicador de forças na medida em que este consegue anular parte considerável das defesas da vítima, envolvendo ou destruindo as forças adversárias desde o início. Além do mais, a surpresa também pode deixar a vítima em um estado de desequilíbrio quando seus planos exigem uma resposta imediata, dificultando o uso eficaz de suas capacidades enquanto o agressor aproveita ao máximo as suas. (BETTS, 1982).

Consonante com o proposto por Betts (1982), para Handel (2003), a surpresa atua como um multiplicador de força para o estado desafiador em uma posição militar mais fraca, em relação ao adversário⁴. Ao compensar a desvantagem inicial do atacante,

⁴ Alguns teóricos que trabalham com o conceito do ataque-surpresa estratégico (Handel, 2003; Wirtz, 2003; Betts, 2003, Betts, 1982, Kam, 2004; Bar-Joseph e McDermott, 2017; Paul, 1994) consideram que a probabilidade de fazer uso da surpresa é maior quando o estado disposto a fazê-lo é o lado militar mais fraco do conflito. Teoricamente, o lado militar mais forte não precisaria se preocupar no ataque primeiro,

a surpresa serve como um multiplicador de força que pode alterar significativamente a relação de forças em favor do atacante. Em outras palavras, a parte numericamente, e tecnologicamente, inferior é capaz de assumir a iniciativa concentrando suas forças no momento e local escolhidos, aumentando assim a probabilidade de obter uma vitória decisiva. (HANDEL, 2003).

Nesse sentido, o incentivo para empregar o ataque-surpresa vem, essencialmente, do lado mais fraco do conflito, enquanto exércitos mais poderosos, no entanto, não têm o mesmo impulso inato para usar esses métodos e, por isso, precisam fazer um esforço deliberado para aproveitar o potencial da surpresa estratégica se desejam manter sua superioridade e alcançar resultados mais decisivos com o mínimo de custo possível. (HANDEL, 2003).

Segundo Betts (1982), o valor tático da enganação⁵ (*deception*) e da surpresa na guerra, nunca foi subestimado e, durante a Segunda Guerra Mundial, foram amplamente utilizados pela Doutrina de guerra Soviética na qual muitos militares soviéticos haveriam depositado um alto valor tático ao elemento surpresa, colocando-a até mesmo acima do balanço de forças pré-guerra. (BETTS, 1982). Segundo o coronel soviético A. Postovalov, o valor de *deception* e do ataque-surpresa ficam claros ao afirmar que:

Uma condição importante para alcançar a vitória, mais do que a superioridade geral em armas e poder humano, é a capacidade de usar a ocultação na preparação de suas forças principais para um grande ataque e o elemento surpresa ao lançar um ataque contra alvos inimigos importantes. (POSTOVALOV *apud* BETTS, 1972, p. 7 – tradução própria).

Em outras palavras, para Postovalov, a preparação de um ataque-surpresa contra o inimigo seria mais importante do que o próprio balanço de capacidades ofensivas, tanto materiais e tecnológicas quanto humanas. Outro importante comentário, ainda com relação às técnicas da doutrina de guerra Soviética, sobre a eficiência material e também psicológica de um ataque-surpresa é percebida nas considerações de Savkin, que relata, no início dos anos 1970:

devido à sua posição de vantagem. O objetivo deste projeto, embora fazendo considerações sobre a Guerra do Yom Kippur e a Guerra dos Seis Dias, não é analisar o ataque-surpresa do Egito, ou de Israel, da perspectiva do lado militar mais fraco (embora isso por vezes faça parte de algum “senso comum”). Dado que o Egito e a Síria coordenaram suas forças, comparar os três lados do conflito, para afirmar quem era o lado mais fraco da guerra, desviaria o objetivo principal de pesquisa aqui proposto.

⁵ O termo “*deception*” é amplamente utilizado pela literatura de guerra e conflitos militares, significando um comportamento, ou ação, através do qual leva-se o adversário a acreditar em um determinado curso de ação quando, na verdade, tudo não passaria de uma “cortina de fumaça” para o emprego de um curso de ação completamente diferente. O termo possui, em português, outros sinônimos úteis, como, por exemplo: “enganação”, “tapeação”, “farsa”, “ilusão”.

Aqueles comandantes que agiram inesperadamente, alcançaram uma superioridade material e, especialmente importante, uma superioridade moral sobre o inimigo em um determinado eixo que, embora temporário, foi decisivo (...). Como resultado dos efeitos impressionantes de ataques-surpresas de armas nucleares e convencionais e operações decisivas pelas tropas, as capacidades de combate do inimigo são fortemente abaixadas e a correlação de forças muda imediatamente. Ele pode entrar em pânico e sua moral será esmagada. (...). Comandantes e equipes são incapazes de organizar um contra-ataque oportuno e eficaz. (...) As mudanças às vezes não correspondem à situação. Eles terão que atribuir novas missões a tropas sob condições de influência incessante pelo lado que operacionalizou o ataque inesperadamente. (SAVKIN *apud* BETTS, 1982, p. 7).

Em suma, a utilização da surpresa como um ataque ou empreitada militar repentina traz resultados fortemente positivos para quem a emprega. Os ganhos, tanto materiais quanto imateriais (psicológicos e morais), de um ataque-surpresa são extraordinariamente amplos e (quase) efetivamente decisivos na mudança de forças em batalha. O desequilíbrio material e imaterial causado por ataque-surpresa a um adversário multiplica veementemente as chances de vitória de quem o emprega.

Porém, o alcance da surpresa completa e cem por cento efetiva não garante, necessariamente, a vitória na guerra. (WIRTZ, 2003; HANDEL, 2003). Embora surpreender o inimigo seja importante, isso não garante automaticamente que o atacante aproveitará todos os benefícios possíveis ou garantirá a vitória final. (HANDEL, 2003).

Uma das razões que Handel (2003) aponta para este fato mencionado é que o atacante ficaria tão surpreso com a eficácia do ataque-surpresa, “que é pego despreparado para explorar plenamente a oportunidade que ele apresenta”. Dois exemplos ilustram a oportunidade inexplorada de um ataque: o ataque a Pearl Harbor pelos japoneses que não foram mais consecutivos nos depósitos de petróleo dos EUA e, mais canonicamente, o ataque do Egito e da Síria a Israel, em 1973. Sobre este último, Handel (2003) expressa que, por se apegarem fortemente ao plano inicial de ataque, eles encerraram prematuramente seu avanço após a primeira fase do ataque, perdendo assim a oportunidade de continuar avançando e alcançando ganhos significativos com baixo custo para si mesmos. (HANDEL, 2003).

Betts (1982) segue a mesma linha de raciocínio ao afirmar que o ataque-surpresa pode ser, na verdade, considerado um plano insuficiente para se obter o sucesso desejado e que a surpresa em si não é o aspecto mais importante. O que realmente importa é o impacto de um ataque surpresa que desafia as premissas do planejamento defensivo do adversário, impedindo a aplicação eficaz das capacidades e planos da vítima. (BETTS, 1982). Para citar Clausewitz (1976): “Seria um erro, portanto,

considerar a surpresa um elemento-chave do sucesso na guerra”. (CLAUSEWITZ, 1976, p. 198-199).

Em suma, a realização do ataque-surpresa em si é fase inicial do planejamento; o segundo estágio envolve preparações meticulosas para aproveitar ao máximo o ataque-surpresa planejado. (HANDEL, 2003). Nesse sentido, desde que se possa explorar o melhor resultado possível de um ataque-surpresa, ele temporariamente interrompe a dinâmica dialética da guerra (ou qualquer outro confronto estratégico) ao remover um adversário ativo do cenário de batalha. (WIRTZ, 2003).

1.3. O QUE SE ENTENDE POR INTELIGÊNCIA

O campo da “inteligência” é vasto. Inteligência envolve uma multiplicidade de definições, aplicações e origens que não se restringem somente a uma área ou objetivo. Segundo McDowell (2009), o termo “Inteligência” geralmente acompanha um adjetivo que indica “onde” ou “de quê” ela é feita: inteligência militar, inteligência política, inteligência estratégica, inteligência de alerta, inteligência organizacional, inteligência comercial, etc. (MCDOWELL, 2009). Já Prunckun (2010) identifica e entende que a inteligência possibilita o domínio sobre uma situação específica, fazendo com que o controle desta situação se equipare ao “poder” ⁶. (PRUNCKUN, 2010)

Lowenthal (2020) vai um pouco além, e identifica outras áreas de inteligência, para além das supracitadas, como, por exemplo: a inteligência ambiental, de saúde, cultural e, ainda, considera que *policy makers* e oficiais devem pensar para além da “inteligência internacional”, e concentrar as atividades de inteligência também em ameaças à segurança interna do Estado, como subversão (manifestações), espionagem e terrorismo. (LOWENTHAL, 2020).

Mas então, como entender ou definir o termo “inteligência” com base em suas mais variadas aplicações? Para os propósitos desta pesquisa, a *inteligência* assume algumas facetas que são partes integrantes de seu grande leque de atuação, e pode ser entendida como: (LOWENTHAL, 2020; MCDOWELL, 2009; PRUNCKUN, 2010; SHULSKY & SCHMITT, 2002; HUGHES-WILSON, 2000).

⁶ Nesse contexto, citando Ira Cohen, Prunckun (2010) entende que o “poder” seria um “atributo” ou um “recurso” desejado porque: “(...) sem poder, a segurança e até a capacidade de continuar a existir geralmente diminuem. Sem poder, [um ator] não tem capacidade de impedir outro (...) de ações cujas consequências ameaçam os interesses vitais do primeiro. (...) O poder é buscado porque quanto mais poder [um ator] tem, maior é o número de opções disponíveis. Quanto mais opções disponíveis para [este ator], maior a segurança dele. Quanto maior a segurança [dele ou dela], melhor [ele ou ela está] (...)”. (COHEN *apud* PRUNCKUN, 2010, p. 1-2 – tradução própria).

- O *processo* e/ou atividade inerente de produção de conhecimento e tratamento de informação⁷;
- O *produto* (resultado final) destes mesmos processos de produção e tratamento de conhecimento e informação;
- As *organizações* (agências) responsáveis pela produção de relatórios de inteligência em áreas específicas.

Para Prunckun (2010), o conhecimento gerado como um “produto” e como resultado final dos processos de inteligência deve entendido como um “corpo” próprio que trata de um oponente, um potencial adversário ou uma área possível de interesse que é benéfico para os gestores que planejam e executam as metas de suas organizações. Expressões como “alvo”, “sujeito”, “indivíduo de interesse” e “objeto de interesse” são algumas das formas pelas quais a inteligência se manifesta como compreensão. Contextos de *Law Enforcement* (aplicação da lei), Negócios (empresariais), Militares e de Segurança Nacional, são alguns exemplos de contextos de áreas de atuação do emprego da inteligência como um corpo de conhecimento. (PRUNCKUN, 2010).

Segundo Lowenthal (2020), a inteligência como um *processo*, pode ser entendida como os métodos pelos quais determinados tipos de dados são requeridos e requisitados, obtidos, examinados e divulgados, e como os processos pelos quais certos tipos de operações secretas são planejados e executados. (LOWENTHAL, 2020).

Em outras palavras, a inteligência como um processo diz respeito a uma série de passos e procedimentos postos em prática na coleta, análise, processamento e tratamento de dados e informações que se julguem relevantes ao contexto em que é empregada. Dentro do processo de inteligência, Prunckun (2010, p. 4-5) traz a definição de “Ciclos de Inteligência”, compostos por 7 passos. Os 5 primeiros passos se caracterizam pela conversão de dados brutos em inteligência finalizada e focada, e os 2 últimos passos se caracterizam pelo resultado final dos 5 passos anteriores:

1. Configuração de direção (*Direction Setting*) (ou seja, formulação e planejamento de problemas);

⁷ Segundo Lowenthal (2020): “Informação é qualquer coisa que pode ser conhecido, independentemente de como é descoberta. Inteligência refere-se a informações que atendem às necessidades declaradas ou compreendidas dos formuladores de políticas e foram coletadas, processadas e estreitadas para atender a essas necessidades. A inteligência é um subconjunto da categoria mais ampla de informações. A inteligência é todo o processo pelo qual é identificado, obtido e analisado responde às necessidades dos formuladores de políticas. Toda inteligência é informação; [mas] nem toda informação é inteligência”. (LOWENTHAL, 2020, p. 1-2)

2. Coleta de informações;
3. Agrupamento de dados;
4. Manipulação e processamento de dados; e
5. Análise de dados.
6. Redação de Relatórios; e
7. Disseminação para os tomadores de decisão (que incluiria provisão para feedback).

Enquanto as operações de inteligência forem conduzidas, o processo de análise será contínuo, formando um ciclo. A depender das necessidades e objetivos da inteligência operacionalizada no Ciclo de Inteligência, um único “*loop*” pode ser suficiente para aquele dado objetivo. Contudo, dados e/ou informações adicionais podem ser necessárias para o processo, iniciando o ciclo novamente até que todas as etapas sejam concluídas, e o processo se dê por suficiente para o objetivo formulado. (PRUNCKUN, 2010).

Já em Shulsky e Schmitt (2002), o processo de inteligência entendido como uma “atividade”, envolveria a coleta e análise de informações de inteligência⁸. Isso também abrange as ações realizadas para frustrar as atividades de inteligência de oponentes, seja negando-lhes acesso a informações ou induzindo-os a erro sobre fatos ou interpretações. (SHULSKY & SCHMITT, 2002, p. 2). Em suma, esta definição de “atividade” de inteligência descreve o processo pelo qual se coleta e se analisa informações cruciais e descreve o processo de “contrainteligência” ao se negar ou ocultar informações sensíveis a outrem.

Por fim, a atividade de inteligência pode ser entendida através das organizações que a produzem. Algumas das organizações de inteligência mais famosas do mundo como, por exemplo: CIA (*Central Intelligence Agency* - Estados Unidos), Mossad (Israel), MI6 (*Secret Intelligence Service; Military Intelligence* - Reino Unido), DGSE (*Direction Générale de la Sécurité Extérieure* - França) e FSB/GRU (Rússia), são conhecidas pela sua atuação na segurança nacional, contra ameaças internacionais, comumente militares ou mesmo com relação ao terrorismo internacional. No entanto, outras agências domésticas desempenham um papel fundamental na produção de inteligência própria, especialmente nos contextos de *Law Enforcement* e/ou Negócios,

⁸ Informação de inteligência entendida como “informação relevante para a implementação e formulação de políticas de um governo para ampliar seus interesses de segurança nacional e para lidar com ameaças de adversários reais ou potenciais”. (SHULSKY & SCHMITT, 2022, p. 1 – tradução própria).

como, por exemplo, o FBI e empresas de inteligência privadas. (PRUNCKUN, 2010; SHULSKY & SCHMITT, 2002).

Lowenthal (2020) afirma que a existência de Agências de Inteligência se dá por, pelo menos, quatro (4) principais razões⁹: (1) Evitar surpresas estratégicas, (2) fornecer conhecimento especializado de longo prazo, (3) apoiar o processo de formulação de políticas e (4) preservar o sigilo de informações, requisitos e métodos da inteligência. (LOWENTHAL, 2020).

O fato de uma das razões da existência de Agências de Inteligência ser evitar a surpresa estratégica é particularmente importante para esta pesquisa, pois demonstra a íntima relação que a inteligência produzida e operacionalizada por um Estado possui com as ameaças militares de Estados adversários, especialmente no tocante à possibilidade de um ataque-surpresa (*sudden attack*).

1.4. INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Da mesma forma que o campo do “ataque-surpresa” possui indicadores de avisos táticos e estratégicos, o mesmo ocorre com a inteligência. Segundo Prunckun (2010):

A **inteligência tática** é uma informação que contribui diretamente para a consecução de um objetivo imediato, enquanto a **inteligência estratégica** está relacionada a previsões de longo prazo ou conclusões mais amplas sobre objetivos maiores. A **inteligência operacional** fornece suporte a uma operação que está em andamento ou prestes a começar. (PRUNCKUN, 2010, p. 6 – tradução própria – **grifos** adicionados).

Para os propósitos da presente pesquisa, o termo “*inteligência estratégica*” será empregado, por vezes, como uma junção das previsões amplas e de longo prazo sobre objetivos maiores e dos desafios e ameaças que algum país pode se deparar com relação à sua segurança e sua sobrevivência. (MAIA, 2021), ou de forma intercambiável, incluindo o que se entende por inteligência tática e operacional, que em McDowell (2009) define-se como “*inteligência integrada*”¹⁰. (MCDOWELL, 2009).

Como visto anteriormente, a inteligência como um processo, atividade ou resultado, pode ocorrer em diversas áreas e contextos. O mesmo ocorre com a

⁹ Por razões de parcimônia e foco desta pesquisa, focar-se-á somente na razão de se evitar a surpresa estratégica, visto que as outras razões são complementares, mas não diretamente indispensáveis ao entendimento da primeira. Para mais detalhes sobre as outras razões da existência de agências de inteligência, ver: Lowenthal (2020, p. 2).

¹⁰ Para McDowell (2009) a Inteligência Integrada se configura pela junção e fusão das inteligências tática, operacional e estratégica.

inteligência estratégica. Segundo McDowell (2009, p. 14), os “usos” da chamada inteligência estratégica perpassam uma série de áreas como:

- Análises Econômicas e Previsões;
- Planejamentos de *Law Enforcement*;
- Avaliações de Política Externa;
- Monitoramento de *Compliance*;
- Avaliações de Defesa, Ameaça/Risco;
- Avaliações de Segurança e Ameaça;
- Predições Comerciais e Econômicas;
- Desenvolvimento de Programas e Estratégias e;
- Análise Política.

Muitas são as possibilidades de análises e usos da inteligência estratégica, e, para a presente pesquisa, dessas acima descritas, **focar-se-á nas avaliações de Defesa, Segurança, Ameaça e Risco** que, em outras palavras, dizem respeito à chamada “**inteligência militar**”.

Prunckun (2010) assevera que a inteligência militar está preocupada com aspectos essenciais para a condução de uma guerra, como a força do inimigo, suas capacidades e vulnerabilidades, além de informações sobre clima e terreno. Além disso, deve ser oportuna, precisa, apropriada e utilizável. (PRUNCKUN, 2010). Já Shulsky e Schmitt (2002) entendem que a tarefa da inteligência militar tem sido preparar um grande compilado de informações e dados sobre países nos quais futuras operações militares podem ser conduzidas.

De maneira ideal, esse conjunto de informações abrange todos os dados relevantes para uma equipe militar. Detalhes sobre a geografia do país, suas redes de comunicação e transporte, instalações militares e econômicas principais, entre outros, precisariam ser incluídos em profundidade suficiente para capacitar o planejador a tomar uma variedade de decisões, como avaliar a velocidade com que tropas e suprimentos poderiam ser deslocados do ponto A para o ponto B. (SHULSKY & SCHMITT, 2002). Em outras palavras, este compilado de variadas informações possuiria um fundamentalmente informativo ao tomador de decisão, que se utilizaria do mesmo para fins táticos ou mesmo estratégicos.

Prunckun (2010) vai um pouco mais adiante em seu argumento e afirma que, além de ser o processo de tomada de decisão de comandantes com relação a uma gama de questões, a inteligência militar irá executar atividades de inteligência “independentemente se [o Estado] está em guerra ou em paz (i.e. evitar um **ataque-surpresa** ou uma transição a um estado de guerra a curto prazo) e em três níveis – estratégico, tático e operacional”. (PRUNCKUN, 2010, p. 13 – grifos adicionados).

Percebe-se, portanto, que a inteligência militar é um elemento importante não só para as questões e aspectos macro estratégicos de um Estado, mas, também, para aspectos específicos de alta sensibilidade aos aspectos macro, como ser vítima de um ataque-surpresa (*sudden attack*). No entanto, como visto anteriormente, a inteligência militar possui uma grande variedade de questões e contextos a serem contemplados, coletados e analisados pelos tomadores de decisão em uma série de situações. Para se analisar, com especificidade, a questão do ataques-surpresa, e seus desdobramentos para um Estado, é necessário se valer dos conceitos e definições de uma “subdivisão” da inteligência militar: a inteligência de alerta (*warning intelligence*) e o alerta estratégico (*strategic warning*).

1.5. *Strategic Warning e Warning Intelligence*

Para um Estado disposto a mudar o *status quo* de forma rápida e decisiva, planejar um ataque-surpresa pode ser a melhor opção disponível. Mas, talvez, tão mais importante do que recorrer a um ataque-surpresa, é estar preparado para antecipar um. Antecipar um ataque ainda é uma das coisas mais difíceis de fazer no papel de alerta estratégico. (HANDEL, 2003).

Embora intimamente relacionado com a inteligência “padrão”, suas estimativas e operações básicas, a inteligência de alerta possui seus próprios fundamentos. (GRABO, 2010). Para Cynthia Grabo (2010), a função da inteligência de alerta é

[A]ntecipar, na medida em que a coleta e a análise permitirem, o que o inimigo provavelmente fará e, particularmente, se nações hostis estão se preparando para iniciar uma ação militar em um futuro previsível. Seu papel é fornecer ao formulador de políticas e ao comandante militar o melhor julgamento possível - e o mais rápido possível - de que alguma ação hostil à segurança da nação pode ser iminente. (GRABO, 2010, p. 2 – tradução própria).

Ou seja, o papel da inteligência de alerta seria prever, de acordo com a análise de informações de inteligência coletadas, em que medida Estados adversários estariam se

preparando para alguma ação militar hostil que se configura como uma ameaça direta contra a segurança nacional, seja política econômica ou territorial, do Estado atacado.

Além do mais, é necessário pontuar que, mesmo que não haja uma ameaça imediata à segurança nacional, a função da inteligência de alerta, ainda assim é monitorar constantemente, e relatar regularmente, qualquer desenvolvimento que possa sugerir um ataque militar direto por parte de um adversário. (GRABO, 2010).

Em outras palavras, a inteligência de alerta: analisa os desenvolvimentos, ações de eventos militares, políticos ou econômicos em todo o mundo que possam indicar possíveis mudanças na política ou nos preparativos para futuras ações hostis por parte de adversários. Ela emite um parecer seja positivo, negativo ou qualificado, sobre a existência ou não de uma ameaça de uma nova ação militar, ou uma iminente mudança na natureza das ações militares em curso, para alertar os formuladores de políticas. (GRABO, 2002).

Assim sendo, tais ações, relatórios de eventos e julgamentos acerca das movimentações e possíveis ameaças advindas de um Estado inimigo ou adversário, operacionalizadas pela inteligência de alerta, possui relação direta com o que Grabo (2002;2010) caracteriza como “inteligência de indicações”, ou indicadores, (*indications intelligence*). Segundo Grabo (2010), a inteligência de indicadores é sinônima à inteligência de alerta, e trata das informações que possuem relação direta com o que um Estado adversário está fazendo ou se preparando para fazer. (GRABO, 2010).

Segundo a autora, uma “indicação” é um sinal, sintoma, sugestão ou base para inferir ou acreditar em algo. Portanto, a seleção deste termo para descrever a natureza da inteligência de alerta reconhece realisticamente que o próprio alerta é provavelmente menos que certo e depende de informações que podem ser incompletas, incertas ou de difícil interpretação. (GRABO, 2010).

Em outras palavras, uma “*indicação*”, pode se tratar de um desenvolvimento de ações de qualquer natureza. Estas ações podem se configura como um caso confirmado, uma possibilidade, a falta de algo, um fragmento de informação, uma observação, uma fotografia, uma transmissão de propaganda, uma nota diplomática, um alerta militar, ou uma variedade de outras situações. (GRABO, 2010). Em suma, o propósito das indicações seria prover *insights* sobre o provável curso de ação inimigo.

Já “*indicadores*”, são procedimentos, conhecidos ou teóricos, que o adversário poderia adotar em preparação para hostilidades. São eventos que se antecipa que possam ocorrer e, desta forma, normalmente os se incluem em uma lista de observações

chamada “lista de indicadores”. Nesse sentido, a confirmação de que qualquer um desses passos está realmente sendo executado constituiria uma “indicação”. (GRABO, 2010).

Em suma, indicadores são passos, ou etapas observáveis nas ações de um Estado adversário, capazes de serem mensurados traduzidos como possíveis ações hostis, e, o conjunto de tais indicadores, se configuram como indicações. Michael Handel (2003) afirma que o propósito dos indicadores seria ajudar o analista de alerta a selecionar o indicador significativo entre uma grande quantidade de informações de dados ambíguos e possivelmente conflitantes que podem estar amplamente disponíveis em situações de crise. (HANDEL, 2003)

Complementarmente à inteligência de alerta e de indicações, existe uma categoria das análises de inteligência militar denominada “alerta estratégico”. (GRABO, 2010; 2002, BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017). Como visto anteriormente, Betts (1982) considera a existência de três (3) tipos ou estágios de alerta: o político, o estratégico e o tático.

Grabo (2010) não considera a existência do alerta político, mas, sim dos alertas *estratégico e o tático*. Sobre o alerta *estratégico*, a autora afirma que este seria “uma avaliação de que o inimigo decidiu ou provavelmente tomou a decisão de empregar a força. Quando ele [o inimigo] pode implementar essa decisão, é outro assunto. O legislador precisa do aviso o mais cedo possível”. (GRABO, 2010, p. 11). Já o *alerta tático*, sério o tipo de alerta que estaria “disponível ao comandante [das forças armadas] na linha de frente, ou através de sistemas de radares e outros sensores, que indicariam que as forças de ataque [do adversário] já estavam em movimento na direção do alvo”. (GRABO, 2010, p. 12).

Segundo Bar-Joseph e McDermott (2017), o chamado “alerta estratégico” teria uma dupla finalidade. A primeira seria (1) notificar os formuladores de políticas de que sua estratégia de dissuasão não está mais sendo eficaz e que o adversário decidiu alterar o *status quo* através do uso da força. Esse tipo de decisão geralmente ocorre muito antes da operacionalização do ataque. Sadat, por exemplo, decidiu o ataque a Israel um ano antes da materialização da Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1972. (BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017).

A segunda finalidade do alerta estratégico seria (2) oferecer um aviso de alta precisão antes da ocorrência do ataque real. Essa qualidade é medida por dois padrões principais: *volume e tempo*. O volume indica quanta informação é suficiente para

convencer que a ameaça de ataque é real. E o tempo é uma condição necessária para que a vítima tome as medidas necessárias contra o ataque, em tempo hábil. (BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017).

Ambos os padrões dependeriam fortemente do contexto que se analisa. Em dezembro de 1941, por exemplo, os Estados Unidos, estimando que um ataque japonês se mostrava fortemente provável, se mobilizou imediatamente no momento em que uma única informação concreta se apresentou, mesmo não havendo certeza sobre o local exato do possível ataque. Por outro lado, alguns tomadores de decisão de Israel, em 1973, como a Primeira-Ministra Golda Meir e o chefe das Forças de Defesa Israelenses (IDF), apoiavam a mobilização de seus militares da reserva em razão de um alerta, de última hora, altamente confiável; no entanto, outros, como o Ministro da Defesa Moshe Dayan, considerou tal movimento como “premature”. (BAR-JOSEPH, MCDERMOTT, 2017).

Gentry e Gordon (2019), ao tecerem considerações sobre o “alerta estratégico” e, conseqüentemente, sobre a “inteligência de alerta”, afirmam que tanto Estados quanto serviços de inteligência entendem este primeiro como a “*tarefa principal da inteligência*” se caracterizando pelo processo de notificar os líderes nacionais sobre a emergência de ameaças significativas e persuadi-los de que medidas difíceis e dispendiosas podem ser necessárias em resposta.¹¹ (GENTRY & GORDON, 2019).

Contudo, os conceitos e entendimentos sobre o alerta estratégico se ampliaram, ao longo do tempo, para incluir outros tipos de preocupações, ameaças e também oportunidades de avanço no “interesse nacional”. Nesse sentido, Gentry e Gordon (2019) consideram como o propósito principal da “inteligência de alerta estratégico” a transmissão de informações aos principais tomadores de decisão nacionais sobre eventos de grande relevância ou iminentes para os interesses nacionais, acompanhada de sugestões ou recomendações para que os líderes considerem a adoção de decisões políticas ou ações para lidar com essas situações. (GENTRY & GORDON, 2019).

A ideia do que constituiria eventos de “grande significado” para os interesses nacionais seria propositadamente vaga porque, ainda de acordo com os próprios autores, as definições de interesse nacional podem variar ao longo do tempo, de acordo com o

¹¹ “As autoridades israelenses há muito viram alerta estratégico - e o tempo para mobilizar reservistas militares que o aviso fornece - como chave para a sobrevivência nacional”. (GENTRY & GORDON, 2019, p. 4 - tradução própria).

líder nacional e entre diferentes países, dependendo de diversas situações. (GENTRY & GORDON, 2019).

Ao fim e ao cabo, independentemente da lente ou viés teórico utilizado para a análise e compreensão dos mais variados tipos de alertas a que Estados estão submetidos, se a vítima do ataque falhar em obter qualquer tipo de alerta, ocorre a surpresa; caso obtenha-se o alerta, mas ainda assim não se responda ao mesmo, o atacado ainda sofre os efeitos da surpresa. (BETTS, 1982).

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARCIAIS

Este capítulo tratou, de forma geral, dos aspectos teóricos da relação entre rivalidades estatais prolongadas e o conflito gerado por territórios que tendem a agravar, por sua vez, essas mesmas rivalidades. Quando uma díade de Estados rivais se encontra em um conflito prolongado em razão de um território, a probabilidade do uso do ataque surpresa, para a tomada, ou retomada, deste mesmo território, cresce consideravelmente, tendo em vista a importância atribuída a ele. Nesse sentido, o aparato estatal de inteligência deve ser considerado uma ferramenta imprescindível na operacionalização de tal tomada/retomada de um território. Para tanto, o uso de elementos estratégicos, especialmente da inteligência de aviso (*warning intelligence*), deve ser levado em conta se o objetivo é a proteção, a salvaguarda, e a preparação antecipada de um ataque inimigo iminente.

2. CAPÍTULO 2

COMPREENDENDO A TEORIA - PARTE II

Reputação, Credibilidade e Imagem Estatais¹²

“Imagens da realidade, não o mundo real, moldam o comportamento dos tomadores de decisão”. (BRECHER & RAZ, 1977, p. 475).

Este capítulo tem por objetivo desenvolver as considerações teóricas acerca da reputação, credibilidade e imagens estatais como aspectos presentes e possivelmente influentes em percepções, processos e contextos de decisões estatais. O intuito é trazer as principais considerações teóricas de autores clássicos como Thomas Schelling, Jonathan Mercer e Robert Jervis, além de outros importantes autores que fundamentam suas contribuições à luz dos três anteriores. As questões de reputação, credibilidade e imagem estatais estão intimamente relacionados entre si na medida em que estes possuem um *modus operandi* teórico baseado na “percepção” que indivíduos e tomadores de decisão possuem de suas contrapartes. A reputação, a credibilidade e a imagem são elementos relacionais que só existem a partir da percepção alheia de como um ator se comporta e qual a percepção ele causa em seu meio, ou seja, agentes como Estados, por exemplo, não são donos de sua própria reputação, credibilidade ou imagem, mas as possuem na medida em que outros Estados as percebem.

2.1. A IMPORTÂNCIA DA REPUTAÇÃO

Segundo Wang (2005), a importância da reputação nacional nas transações e interações internacionais residiria na capacidade dessa reputação ser mais valiosa do que um eventual aumento no poder militar ou econômico de um Estado. (WANG, 2005). Dito de outro modo, Wang (2006) argumenta que a reputação pode ser definida como o montante de *legitimidade internacional* associada a uma nação específica. (WANG, 2005). No entanto, a questão da “reputação” e, consequentemente, da “credibilidade” de um Estado transcende a mera acumulação de legitimidade para suas ações no cenário global.

¹² Este capítulo se utilizou, em parte, do conteúdo presente na dissertação de mestrado do próprio autor, sobre questões de reputação e credibilidade internacionais, para tecer os conteúdos teóricos iniciais de mesmo teor na presente Tese. Ver Referências Bibliográficas: MAIA (2020).

Conforme Huth (1997), as considerações teóricas e metodológicas relacionadas à dimensão da “reputação” e da “credibilidade” no cenário internacional têm suas origens na teoria da “deterência” (*deterrence theory*). Em termos simplificados, essa teoria sugere que os Estados buscam dissuadir seus adversários de usar a força militar para alcançar seus objetivos. Ou seja, um Estado que procura evitar um possível ataque, ameaçaria retaliar de forma semelhante caso o agressor escolhesse iniciar a investida. Portanto, o objetivo do Estado que se defende é convencer os líderes do potencial agressor de que a decisão de lançar um ataque resultaria em um conflito militar custoso com poucas chances de sucesso (HUTH, 1997).

Dessa forma, a probabilidade de sucesso da estratégia de dissuasão seria diretamente proporcional à credibilidade da ameaça de retaliação militar por parte do Estado defensor. Huth (1997) argumenta também que a credibilidade dessa ameaça depende tanto da superioridade militar relativa do defensor, quanto da sua vontade percebida de usar a força militar. Em outras palavras, as ameaças de retaliação serão mais críveis quando o Estado defensor tiver a capacidade militar necessária para impor prejuízos ao potencial agressor e quando este acreditar que o defensor está genuinamente disposto a suportar os custos da retaliação (HUTH, 1997).

Sob o pano de fundo supracitado, a questão da reputação surge como um elemento intimamente relacionado à *credibilidade* das ameaças de dissuasão. Ao se conceituar a reputação como “*a estimativa de fazer algo específico, possuindo qualidades específicas*” (HUTH, 1997, p. 74), pode-se associá-la às previsões da teoria da dissuasão apresentadas por Huth (1997). Isso ocorre na medida em que a “*a estimativa de fazer algo específico*” está intrinsecamente ligada à crença do potencial agressor em relação à *determinação* do Estado defensor em retaliar e, a segunda parte da definição (“*possuindo qualidades específicas*”), guarda relação com a percepção do agressor sobre as capacidades militares do possível defensor. (HUTH, 1997).

Guisinger e Smith (2002) compartilham pontos de vista semelhantes aos de Huth (1997) ao destacar que a literatura sobre dissuasão tem se concentrado nos “efeitos reputacionais” como uma forma de explicar quando as ameaças de resistência [ou retaliação] são consideradas críveis o suficiente. (GUISINGER & SMITH, 2002). Esses efeitos se manifestam nas percepções que determinados Estados (possíveis agressores) têm em relação a outros Estados (possíveis defensores), avaliando o quão determinados [*resolved*], poderosos ou capazes de resistência esses últimos podem ser. Além disso, Guisinger e Smith (2002) argumentam que modelos específicos de “reputação”

derivados da teoria dos jogos se concentram na ideia de que a reputação pode ser construída. (GUISINGER & SMITH, 2002).

Para de Guisinger e Smith (2002), Estados emitem e seguem ameaças não tanto para obter benefícios imediatos, mas para estabelecer uma reputação por certas qualidades, geralmente associadas à agressividade, determinação ou resistência. Acredita-se que os países que possuem uma reputação forte sejam menos alvos de ameaças e mais propensos a serem levados a sério quando afirmam que irão resistir, ao contrário daqueles percebidos como fracos ou indecisos. (GUISINGER & SMITH, 2002).

Deste modo, o cerne teórico-metodológico das questões de “reputação” recairia sobre uma percepção, relativa, do quão determinados (*resolved*), poderosos, capazes de resistência ou agressivos, certos Estados seriam em situações de conflito e ameaças de outros Estados, geralmente militares.

Isso não quer dizer que não existam outros tipos, qualidades ou ramificações de reputação. Com alguma frequência, a “reputação” é entendida ou equiparada à “*honra*”, “*prestígio*” e até mesmo à “*credibilidade*”, seja de um indivíduo ou de um Estado. Tang (2005), inclusive, se utiliza da reputação junto à credibilidade para distinguir dois sub tipos das mesmas: *reputação de barganha* e *reputação comportamental*. (*bargaining reputation; behavioral reputation*). (TANG, 2005). Muitas vezes, a reputação pode assumir mais de uma forma ao mesmo tempo ou, ainda, transitar entre os tipos acima.

Para Schelling (1966) tais “ramificações” seriam alguns dos “*faces*”¹³ os quais o autor se refere ao tratar da temática e, para ele, haveria um tipo específico de “*face*” que deve se sobressair em relação aos demais.

[H]á também o tipo mais sério de “[*face*]”, o tipo que no jargão moderno é conhecido como a “**imagem**” de um país, consistindo nas crenças de outros países (isto é, as crenças dos seus líderes) sobre como o país pode ser esperado de comportar-se. Não se relaciona com o “valor” ou “status” ou mesmo com a “honra” de um país, **mas com a sua reputação por ação**. Se for levantada a questão de saber se vale a pena lutar por esse tipo de “[*face*]”, a resposta é que **esse tipo de [*face*] é uma das poucas coisas pelas quais vale a pena lutar**. (SCHELLING, 1966, p. 124 – tradução própria – ênfases adicionadas).

¹³ Schelling (1966) se utiliza do termo em inglês “*saving face*”, ou “*to save face*” que, segundo o dicionário online Linguee (2023), pode ser entendido como o ato ou ação de: “salvar as aparências; salvar a dignidade; manter a honra; não ficar mal; preservar as aparências; preservar a dignidade; manter as aparências”. (LINGUEE, 2023).

Três (3) importantes observações surgem a respeito da passagem acima. Primeiro (1), ao afirmar que o “tipo mais sério de face” é a “reputação por ação” de um país e que nos jargões modernos tal tipo é conhecido como a sua “imagem”, Schelling (1966) relaciona de forma direta “*reputação*” e “*imagem*”, na medida em que a reputação por ação de um país corresponde diretamente à sua imagem, e vice-versa. Deduz-se desta ideia, portanto, que uma “boa” ou “forte” reputação por ação, garantiria igualmente uma imagem de mesmo teor; sendo a recíproca também verdadeira, onde uma “má” ou “fraca” reputação por ação se traduziria em uma má ou fraca imagem de determinado país.

Em segundo lugar (2), um dos tipos de reputação mais debatidos pela literatura sobre a temática seria a “reputação por *resolve*” (*reputation for resolve*) ou, em tradução livre, “reputação por determinação”. (WEISIGER & YARHI-MILO, 2015; CLARE & DANILOVIC, 2010; MERCER, 1996; TANG, 2005; MILLER, 2012). Segundo Mercer (1996), “determinação”, “*é a medida pela qual um Estado arriscará a guerra para manter suas promessas e sustentar suas ameaças*”. (MERCER, 1996, p. 15). Em suma, a reputação por determinação refere-se à percepção de outros países sobre a disposição de um Estado em se envolver em uma guerra. Essa reputação depende principalmente das ações passadas do Estado.¹⁴ (WEISIGER & YARHI-MILO, 2015).

Assim sendo, a “reputação por ação” em Schelling (1966) possui forte relação com a ideia da “reputação por determinação” em Mercer (1996) na medida em que a expectativa de “ação” ou de “determinação” de um dado Estado em ir à guerra são, muitas vezes, sinônimos. Distinguir, portanto, a determinação e a ação de um Estado, de outros “fatores comportamentais”, seria “o primeiro passo para entender o papel importante que a reputação por determinação tem na teoria de deterrence”. (MERCER, 1996, p. 15).

E, em terceiro lugar (3), ao dizer que a “imagem” não se relaciona ao “valor” ou ao “status” de país, Schelling (1966) diferencia entre mais de um tipo de “*face*” ou mais

¹⁴ Isso remete à noção de “ações passadas” que seriam, por definição, ações observáveis antes de uma crise específica e, como tal, seria de se esperar que a influência dessas mesmas ações passadas na percepção do oponente seja mais facilmente visível antes da própria crise. (WEISIGER & YARHI-MILO, 2015). Nas palavras de Weisiger e Yarhi-Milo: “[A] informação recolhida de ações passadas – reputação – terá sido incorporada na avaliação geral dos interesses, juntamente com outras fontes de informação pertinentes, tais como o que foi aprendido com o comportamento [passado] de crise do oponente na crise atual”. (WEISIGER & YARHI-MILO, 2015, p. 478 – tradução própria). Para uma argumentação semelhante sobre a importância das ações passadas em contextos de crises militares, ver: MILLER, Gregory D. 2012. *The Shadow of the Past: Reputation and Military Alliances before the First World War*. Cornell University Press.

de um tipo de ramificação de reputação. Em outras palavras, se a “reputação por ação” é um “tipo de *face*”, pode-se concluir que outros tipos/aspectos da reputação também existem, e possuem cada qual a sua importância.

Esta dedução é importante, pois, outros aspectos reputacionais, além da reputação por *resolve*, como a “**imagem**”, a “**honra**”, a “**credibilidade**”, e até mesmo o que se pode denominar de um “**culto à reputação**” (TANG, 2005) desempenham seu próprio papel, assim como o foi na Guerra do Yom Kippur. À luz de Miller (2012), Estados possuem uma variedade de reputações, e uma ênfase exclusiva na determinação não leva em conta outras reputações que ainda são preocupantes para os Estados, mesmo que os críticos sobre o valor real da reputação estejam corretos. (MILLER, 2012).

2.1.1. Reputação: Definição e Diferenças entre Determinação (*Resolve*), Capacidade (*Capability*) e Interesses (*Interests*)

2.1.1.2. Definição de Reputação em Termos Gerais

Que a reputação importa para as Relações Internacionais, viu-se anteriormente. E ela possui variados tipos e ramificações conceituais. Mas, afinal, o que é a reputação em si própria? Em Huth (1997) há uma tentativa de definição um pouco mais “completa” de reputação. No entanto, ela ainda soa “confusa” e pouco precisa ao se necessitar explicar quais ações e qualidades específicas são necessárias para se ter, enfim, uma reputação. Como é possível compreender este termo, ou atributo, de forma que ele não dependa de tipos, ramificações e ações específicas para ser explicado? Para tanto, é necessário compreender, primeiramente, a diferença entre “atribuição situacional” e “atribuição disposicional”¹⁵. (MERCER, 1996).

Uma atribuição situacional seria válida apenas dentro do contexto específico em que ocorre; não podendo ser aplicada para prever ou explicar o comportamento em uma situação diferente. Por outro lado, uma atribuição disposicional possuiria uma validade mesclada, ou seja, pode ser utilizada para prever ou explicar o comportamento em diferentes contextos. (MERCER, 1996).

¹⁵ De acordo com Spiegato (2023, s/p), “a atribuição disposicional é a tendência de sugerir que o comportamento é o resultado de traços de personalidade inatos. Na mesma linha de raciocínio, segundo a Enciclopédia Psi (2023, s/p), “a Atribuição Disposicional é um conceito da psicologia social que se refere ao fato de atribuir o comportamento de uma pessoa às suas características internas e estáveis, como traços de personalidade, crenças e motivações”.

Quando, por exemplo, tomadores de decisão utilizam a capacidade (militar) de um Estado para explicar um resultado específico, eles se utilizam de uma *atribuição situacional*. No entanto, uma atribuição situacional não é adequada para prever o comportamento do mesmo Estado em contextos distintos. (MERCER, 1996).

No exemplo acima, considerando um contexto e situação completamente diferentes, um no qual o Estado em questão possuisse mais, ou menos, capacidade militar, o resultado poderia (muito provavelmente) ser diferente. (MERCER, 1996). Já quando os mesmos tomadores de decisão se utilizam da *disposição (atribuição disposicional)*, ou caráter individual, para explicar um determinado resultado, tal atribuição consegue explicar o comportamento de um Estado em uma situação razoavelmente diferente.

Nesse sentido, e de forma direta, é possível compreender melhor a “**reputação**” a partir das palavras de Mercer (1996): “*Uma reputação é uma crença de que alguém possui uma característica duradoura. Mais precisamente, uma reputação é uma atribuição disposicional que é então usada para prever ou explicar um comportamento futuro*”. (MERCER, 1996, p. 16). As características duradouras que são buscadas, portanto, seriam justamente características como a determinação, a ação, a credibilidade e a imagem de um Estado. Uma reputação não pode ser construída com base em algo que varia de acordo com a situação (atribuição situacional). Em outras palavras, comportamentos induzidos pela situação não podem estabelecer uma reputação duradoura. (MERCER, 1996).

2.1.2. Diferenças entre Determinação, Capacidade e Interesses

Partindo de Schelling (1966), Mercer (1996) argumenta pela seguinte distinção entre **determinação** e **capacidade**:

Não se pode esperar que uma criança que usa óculos, e não pode enxergar sem eles, possa lutar. Essa desvantagem fornece uma desculpa para a criança que quer evitar uma briga, mas não quer parecer com medo de lutar. “Se o motivo de alguém para declinar não é manifestamente falta de nervo”, observou Schelling, “não há custos duradouros ao se recusar a competir”. (SCHELLING, 1966 *apud* MERCER, 1996, p. 16 – tradução própria).

Em outras palavras, se a recusa da luta partiu de uma questão de (falta de) capacidade - enxergar sem os óculos - e não de determinação - vontade ou não de lutar – não há nenhum custo “reputacional” por determinação em declinar a disputa, pois a razão expressa foi a falta de capacidade. Assim sendo, quando um estado recua diante

de uma ameaça e os observadores atribuem esse recuo à distribuição de capacidades, nenhum juízo de caráter é feito e, conseqüentemente, nenhuma reputação de determinação pode ser estabelecida. (MERCER, 1996).

O mesmo valeria para uma distinção entre **determinação** e **interesses**. Se os observadores interpretam o comportamento de um adversário como sendo influenciado por seus interesses, então a formação de uma reputação de determinação não acontece. Nesse caso, a determinação é vista como uma extensão dos interesses do alvo; quando os interesses são altos, a determinação também é alta, e quando os interesses são baixos, a determinação também é baixa. Essas explicações baseadas em interesses devem ser consideradas atribuições situacionais, pois prever o comportamento do adversário depende de como ele percebe seus interesses em uma situação específica. Por outro lado, se os observadores acreditam que a determinação impulsiona o comportamento do adversário, então uma reputação de determinação pode ser estabelecida. A título de exemplificação, um Estado que mantém sua posição firme mesmo quando seus interesses são considerados menores, ou que recua mesmo quando seus interesses são vitais, pode adquirir uma reputação de determinação ou falta dela. Ao separar a determinação dos interesses e capacidades, podemos avaliar a importância de uma reputação de determinação para a nossa credibilidade. (MERCER, 1996).

Deste modo, se a determinação for uma função da capacidade e dos interesses, então é necessário preservar as capacidades e estabelecer os interesses. Isso significa, então, que a reputação por determinação não poderia se formar, pois as capacidades e interesses se transformariam em diferentes situações, levando a flutuações na determinação de acordo com o contexto. (MERCER, 1996). Em suma, uma reputação por *resolve* deve ser um julgamento do caráter de alguém que é usado para prever seu comportamento futuro e deve existir como um fato, antes de ser usada como uma ferramenta. (MERCER, 1996).

2.1.3. Reputação e Credibilidade: Dois Lados de Uma Mesma Moeda

Assim como a “determinação”, a “credibilidade” também seria um atributo intrinsecamente relacionado à reputação, onde a existência de um remeteria à existência do outro – quanto maior a reputação, maior a credibilidade e vice-versa. Para Mercer (1996) a “**credibilidade**” consiste na junção da *determinação*, da *capacidade* e do *interesse*. (MERCER, 1996). Uma ameaça pode não ser considerada confiável quando os observadores acreditam que um Estado não possui nem a capacidade nem o interesse

para realmente segui-la adiante. Da mesma forma, uma ameaça pode não ser levada a sério se os observadores acreditam que o Estado não tem a resolução necessária para cumprir sua promessa. (MERCER, 1996).

Reputação e credibilidade são dois lados da mesma moeda na medida em que ambos não são “propriedade” de quem as possui, mas, sim, “conceitos relacionais”. Um conceito de propriedade pode ser medido e definido sem levar em conta a presença ou percepção de outros atores; já o conceito relacional necessita tanto da presença quanto da percepção de outrem. Intenções e capacidades seriam, por exemplo, um conceito de propriedade e um relacional, respectivamente.

Credibilidade é um conceito que depende das relações com outros atores. Se uma ameaça ou promessa é considerada crível, isso é determinado pelas percepções dos outros. Não faz sentido falar de uma “credibilidade inerente”, assim como não faz sentido falar de uma vantagem, poder ou capacidade inerente. Apesar disso, é comum usar o termo “credibilidade inerente”. Da mesma forma, a **reputação** também é um conceito relacional, exigindo a presença de outros atores. Minha reputação é definida pelo que os outros pensam de mim - meus amigos podem pensar que tenho uma reputação de cumprir minhas promessas, enquanto meus inimigos podem pensar o contrário. O que eu penso sobre, individualmente, minha propensão de cumprir promessas é irrelevante para minha reputação. (MERCER, 1996).

Assim sendo, Estados podem, sim, “receber” uma reputação e uma credibilidade por determinado contexto, mas eles não os podem possuir, pois reputação e credibilidade não são sinônimas de “autoimagem”. (MERCER, 1996). Citando F.G. Bailey, Mercer (1996) faz uma interessante analogia: “*A reputação de um homem não é uma qualidade que ele possui, mas, sim, as opiniões que outra pessoas têm sobre ele*”. (BAILEY *apud* MERCER, 1996, p. 27).

Contudo, embora Mercer (1996) tenha contribuído de forma significativa para entendimento e diferenciação de conceitos-chave sobre a reputação (especialmente por determinação) e credibilidade, Tang (2005) questiona certos aspectos de sua argumentação, principalmente no tocante à definição de “determinação”. Tang (2005) indaga que, se a determinação é *a medida pela qual um Estado arriscará a guerra para manter suas promessas e sustentar suas ameaças*, assim como definido por Mercer (1996), então a “determinação” (*resolve*) seria uma informação interna de um Estado, indicando sua disposição de se envolver em um conflito. Portanto, essa determinação é

particular e não comparável com outros atributos. Um Estado tem consciência de sua determinação, mas seus aliados ou adversários só a presumem. (TANG, 2005).

Desta forma, ao contrário da capacidade e interesse, que podem ser informações acessíveis tanto privadas quanto publicamente conhecidas, englobando assim dimensões tanto não relacionais quanto relacionais, a determinação não é passível de ser caracterizada como relacional. Portanto, usar determinação para definir credibilidade, um conceito que se baseia em relações, seria logicamente contraditório. (TANG, 2005).

Em outras palavras, por questões de lógica fundamentalmente conceituais, Tang (2005) afirma que a “determinação” em Mercer (1996) não pode ser utilizada como aspecto definidor de credibilidade, pois, diferentemente da capacidade e interesse¹⁶ que podem ser tanto “informações” privadas (não-relacionais) quanto de conhecimento comum (relacionais), a determinação seria somente uma informação privada do quão determinado um Estado se percebe ser.

Assim sendo, para Tang (2005), para se definir o termo “credibilidade”, é crucial ter um conceito relacional, que substitua a ideia de “determinação” e encontra-se isso na “reputação por determinação”. Traduzindo para o contexto estratégico, a reputação por determinação de um Estado, representa como os outros percebem a vontade desse estado de se envolver em um conflito em uma situação específica. Essa reputação não existe isoladamente; ela é, por definição, um conceito relativo, dependente das opiniões de outrem. (TANG, 2005).

Desta forma, ao substituir o termo “determinação”, isolado, pelo conjunto “reputação por determinação”, é possível definir a *credibilidade* como a reputação ou percepção de capacidade, à percepção de interesse e à reputação de determinação. Em qualquer contexto, a credibilidade de um ator seria, então, a avaliação combinada desses três elementos por outros atores. (TANG, 2005).

Portanto, essa nova definição esclareceria que a credibilidade é sempre dependente de relações, mesmo que a capacidade e o interesse sejam conhecidos por todos, porque a reputação por determinação é inerentemente relacional. Portanto, a

¹⁶ Embora Tang (2005) argumente que o “interesse” possa ser um conceito de “conhecimento comum”, gostaria de pontuar que discordo, em partes, de sua lógica, pois, o “interesse” Estatal, ou de um grupo de tomadores de decisão chave de um Estado, em ir ou não à guerra, não seria algo tão mensurável quanto, por exemplo, a “capacidade” (militar). O “interesse” estaria mais centrado no espectro “não-relacional” do que no relacional, pois, saber o quão interessado um ator é, não passaria de uma “imagem” que o mesmo pode criar deste interesse e, ao mesmo tempo, pode não estar “tão interessado” quanto parece ou quer parecer. No entanto, para os efeitos da argumentação criada pelo autor e para a presente tese, segue-se sua linha de raciocínio aceitando-a como pressuposto.

credibilidade de um Estado não é uma característica intrínseca, mas sim uma percepção que outros Estados têm sobre ele. (TANG, 2005).

Além disso, cada um dos três fatores multiplicaria (em vez de apenas somar) os impactos dos outros para construir a credibilidade. Se o valor de um desses fatores, por exemplo, a capacidade, é baixo, seria bastante desafiador compensar os outros dois fatores. Desse modo, a provável “equação” da formação da credibilidade deveria ser (TANG, 2005):

- $[Credibilidade = Capacidade \times Interesse \times Reputação]$, em vez de,
- $[Credibilidade = Capacidade \times (Interesse + Reputação)]$ ou,
- $[Credibilidade = Capacidade + Interesse + Reputação]$.

2.1.4. Reputação de Negociação, Reputação Comportamental e o Culto à Reputação

Definidos, portanto, a noção da “reputação” e “credibilidade”, Tang (2005) distingue entre dois tipos de reputação: a *reputação de negociação* e a **reputação comportamental**. (TANG, 2005).

A *reputação de negociação* surgiria exclusivamente da disposição demonstrada por um Estado em arriscar um confronto durante as negociações em momentos de crise, enquanto a *reputação comportamental* se baseia, supostamente, nas ações passadas de um Estado. Em outras palavras, a reputação de negociação é relevante no momento presente, enquanto a reputação comportamental pode ter importância no futuro. Desta forma, a demanda por uma reputação de negociação surge da necessidade de indicar determinação em resolver um impasse prolongado. Por outro lado, a necessidade de uma reputação comportamental decorre do contexto estrutural da política internacional.¹⁷ (TANG, 2005).

Para ilustrar, quando um Estado se envolve em um conflito aparentemente insignificante (*a skirmish*)¹⁸ de pouco “ganho político”, material ou militar, ele reforça tanto sua *reputação de negociação* por poder (capacidade) quanto por determinação;

¹⁷ Por “contexto estrutural da política internacional”, Tang (2005) explica que, em um contexto de anarquia, as partes envolvidas em um conflito seriam incentivadas a “enganar” (*deceive*) e fazer blefes, criando incertezas sobre a determinação de cada uma. “[Essa] incerteza sobre a resolução do oponente motiva a construção e a manutenção de uma reputação de resolução. Possuir uma reputação de ser determinado é vantajoso nessas circunstâncias”. (POWELL *apud* TANG, 2005, p. 39).

¹⁸ “A *minor fight in war usually incidental to larger movements; a brisk preliminary verbal conflict; a minor dispute or contest between opposing parties*”. (MERRIAM-WEBSTER, 2023). Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/skirmish>>.

além de adicionar algum valor à sua reputação comportamental por poder (capacidade), mas não contribui para a sua reputação comportamental por determinação em futuros confrontos. (TANG, 2005).

Em resumo, a *reputação de negociação*, seja ela relacionada ao poder, determinação ou agressividade, é *eficaz a curto prazo*, sendo útil quando há necessidade imediata de sinalizar intenções. Enquanto isso, a *reputação comportamental* é uma construção de *longo prazo*, formada ao longo do tempo por meio do histórico comportamental de um Estado, seja em termos de determinação, capacidade ou agressividade. (TANG, 2005; GUISENGER & SMITH, 2002). Visto que a reputação comportamental é algo que pode influenciar eventos futuros, é essa forma de reputação que mais preocuparia os tomadores de decisão. (TANG, 2005).

Já no que concerne ao “Culto à Reputação”, Tang (2005) afirma que este seria um sistema de crenças que centraliza na convicção, ou medo, de que recuar ou sofrer uma derrota durante uma crise resultará em uma subestimação por parte de adversários ou aliados quanto à própria determinação em uma próxima crise. (TANG, 2005). Em outras palavras, um Estado envolvido em um conflito, confronto ou crise com outros Estados se esforça para manter uma reputação específica em relação às suas ações durante a crise atual. Isso ocorreria para evitar que essa reputação seja subestimada, diminuída ou desafiada em futuros e possíveis conflitos.

O culto à reputação se baseia em duas ideias fundamentais: a primeira delas é que (1) *a reputação de um Estado é uma posse intrínseca*, tornando-se algo pelo qual vale a pena lutar, conforme sugerido por Schelling (1966). A segunda noção sugere que (2) *a reputação estabelecida em um determinado momento pode ser transferida ou utilizada em outro contexto*. Segundo Tang (2005), esta última ideia representa uma combinação entre a reputação de negociação e a reputação comportamental, permitindo a conversão do último tipo de reputação, que é de longo prazo, em uma reputação circunstancial e imediata. (TANG, 2005).

Além disso, esse “sistema de crença” (*belief system*) também daria origem a dois *modus operandi* ou dois tipos de “códigos operacionais”¹⁹ (*operational code*) para o comportamento estatal. O primeiro tipo envolveria o uso de uma (I) retórica que justifica a ação tomada em nome da defesa da reputação. Já o segundo tipo envolveria o

¹⁹ Segundo Walker (1990), um código operacional se refere aos “valores, visão de mundo, e repertório de resposta o qual um indivíduo adquire e compartilha com outros membros de uma organização”. (WALKER, 1990, p. 403)

uso de uma (II) retórica que justifica a retirada em uma crise, ao mesmo tempo em que tenta recuperar a suposta reputação perdida durante o recuo. (TANG, 2005).

Weisiger e Yarhi-Milo (2015) possuem visão semelhante que vai de encontro direto ao primeiro tipo de código operacional ao entenderem que é inegável que os líderes consideram a reputação como uma preocupação significativa, pois, além de usarem a reputação como justificativa para manter uma postura firme em disputas contínuas, ocasionalmente eles realizam ações dispendiosas para restaurar ou proteger sua reputação. (WEISIGER & YARHI-MILO, 2015).

Clare e Danilovic (2010) abordam a temática supracitada de forma similar ao afirmar que haveriam razões válidas de se avaliar o impacto à reputação de um Estado em sua vontade de **iniciar** certos conflitos militares em vez de somente **evitar** ou deter ataques de outros Estados no intuito de agir firmemente em resposta a eles. Os autores definem tais atitudes como *construção de reputação proativa* e *construção de reputação reativa*, respectivamente. (CLARE & DANILOVIC, 2010).

No entanto, em que tipos de situações esses “códigos operacionais” de defesa da reputação seriam aplicáveis? Tang (2005) reconhece que essas retóricas mencionadas anteriormente para a defesa da reputação seriam mais provavelmente utilizadas em cenários de rivalidade e aponta que *a rivalidade, há muito tempo, é reconhecida como o tipo mais intenso de conflito internacional e o contexto onde a reputação é mais provável de ser crucial*. (TANG, 2005).

Segue, abaixo, a comparação entre os tipos de retórica e comportamento possíveis dos dois códigos operacionais do Culto à Reputação. (TANG, 2005, p. 43).

Quadro 1 - Códigos Operacionais do Culto à Reputação

Tipo	Retórica	Comportamento
I	Retórica que justifica a ação tomada em nome da defesa da reputação - “Para defender nossa reputação (honra, prestígio, credibilidade), devemos fazer isso”. - “Este é um teste à nossa determinação; recuar levará à perda de nossa reputação e credibilidade, e ninguém mais acreditará em nossos compromissos. Portanto, devemos permanecer firmes e demonstrar nossa	- Intervir em áreas com pouco ou nenhum interesse intrínseco. - Escalar e prolongar conflitos porque a reputação ou credibilidade está em jogo. - Expandir compromissos triviais anteriores ou ser arrastado para conflitos por aliados.

	determinação”. - “Recuar levará a um efeito dominó (porque o adversário subestimar a nossa determinação e pressionará mais).” - “Se permanecermos firmes desta vez, não haverá uma próxima vez.”	
II	Retórica que justifica a retirada em uma crise, ao mesmo tempo em que tenta recuperar a suposta reputação perdida durante o recuo - “Nós não nos retiramos, na verdade nós vencemos”. - “Nós nos retiramos não por causa da falta de resolução (ou sob pressão), recuamos por uma causa nobre (paz, humanidade) ou mesmo para o prestígio do outro lado, portanto não perdemos nenhuma credibilidade”. - “Não espere que nos retiremos da próxima vez”. - “Ficamos firmes, portanto, ganhamos reputação (credibilidade)”.	- Toma medidas drásticas para ressuscitar credibilidade. - Toma uma posição extremamente dura na próxima crise.

Fonte: Elaborado a partir de informações contidas em TANG (2005, p. 43).

Como demonstrado, os dois códigos operacionais do Culto à Reputação possuem expectativas de comportamentos esperados (ou ideais) a depender do seu tipo. O Tipo I advoga pelo mantimento da reputação, do prestígio, da credibilidade e da determinação a “qualquer custo”, mesmo que isso custe caro. Já o Tipo II advoga pela retirada em uma crise para evitar uma suposta perda de credibilidade e reputação, já que se considera estas como atributos importantes de se possuir.

2.1.5. Semelhanças e Diferenças entre Reputação e *Status* nas Relações Internacionais

A noção de que o “*status*” afeta de maneira significativa as mais variadas questões internacionais - que perpassam pelas mais diversas organizações e Estados, atravessam o caráter político e econômico das Relações Internacionais, e influem até mesmo em questões como a (não-)proliferação nuclear - tem sido um forte consenso

entre acadêmicos e especialistas sobre o assunto. No fim das contas, segundo Renshon (2017), seria no *status*, e não nas armas ou capacidades militares, que o êxito ou o fracasso de todas as políticas internacionais residiriam. No entanto, o *status* transcenderia a mera percepção de uma “moeda corrente” das relações internacionais, pois ele também representaria um objetivo último para líderes políticos, muitos dos quais demonstram uma clara obsessão em conquistá-lo, preservá-lo e protegê-lo. (RENSHON, 2017).

De acordo com Renshon (2017), *status* se refere a uma “classificação”, ou um “*ranking*” em uma comunidade, e possuiria três (3) atributos principais - ele funcionaria através de um mecanismo de “*posição*”, “*percepção*” e ainda possuiria um aspecto “*social*” atrelado a si – que, combinados, fazem da posição de status de um ator, uma função das crenças coletivas de determinado grupo ou comunidade de atores. (RENSHON, 2017).

O primeiro atributo, a (1) *posição*, se refere justamente à posição de um ator em uma hierarquia. No entanto, considerando que o status é baseado em crenças de “ordem superior” (*high-order beliefs*), não existiria uma fórmula invariável no tempo e espaço para se determinar quais qualidades ou atributos conferem status a algo ou alguém. Já o segundo atributo, a (2) *percepção*, faz referência direta à “identidade” ou membresia a determinado grupo, o que, por sua vez, confere o caráter (3) *social* ao status. (e.g. status de grande potência econômica, militar, política, por exemplo.). O status compreenderia, então, a noção de pertencer a um determinado grupo ou posicionamento em uma hierarquia deste mesmo grupo, mas sempre considerando a posição ou a identidade de determinado ator que, para os propósitos aqui elencados, são os Estados. (RENSHON, 2017).

Murray (2019) faz inferências na mesma linha de raciocínio ao entender o status como uma “identidade reconhecida” de um Estado, e não como a mera “aceitação” de suas capacidades. Apesar do constante desejo por capacidade material possuir um papel importante na relação entre Estados, isso não seria o suficiente para conferir um “status social” a um Estado específico. Somente quando *reconhecido* por outros do mesmo grupo, ou de modo geral, é que o status assume a *autoridade necessária* para garantir a *identidade* que o Estado procura. Em outras palavras, o “reconhecimento” do status como tal, é sobre uma percepção precisa de um “atributo valorizado”. Neste modelo, as identidades ou são moldadas antes dos encontros de um Estado com outros, ou não são consideradas relevantes na busca pelo reconhecimento social do status. Contudo, a

formação da identidade social de um Estado através de seu status seria um processo incerto, considerando que estes mesmos Estados não podem ter a certeza de que suas demandas por reconhecimento serão atendidas. (MURRAY, 2019).

Paul, Larson e Wohlforth (2014), por sua vez, definem status como “*as crenças coletivas sobre um dado ranking de Estados sobre atributos valorizados (riqueza, capacidades coercivas, cultura, posição demográfica, organização sociopolítica, e influência diplomática.)*”. (PAUL, LARSON e WOHLFORTH, 2014, p. 7).

Os autores afirmam que na seara política internacional, o status se manifesta de duas maneiras distintas, porém relacionadas: como a “participação em um clube” de atores definido e como membro deste mesmo clube. A associação à “sociedade Internacional” – que se caracteriza pela soberania - seria um status solicitado por muitos grupos ainda sub estatais. Assim, uma vez que esse status é atribuído através do reconhecimento por outros, um estado pode eventualmente almejar a inclusão em um grupo de status dentro do amplo sistema de estados, como o status de grande potência, por exemplo. (PAUL, LARSON e WOHLFORTH, 2014).

No entanto, ainda segundo Paul, Larson e Wohlforth (2014), a dinâmica do status não se limitaria à adesão a um grupo ou “clube” específico. Haveria menos *rankings* formais em clubes que seriam notáveis, especialmente quando implicam algum tipo de liderança, primazia ou posição de destaque: como por exemplo: líderes em diversas coalizões regionais, ou *potências globais*, *superpotências* ou *hegemonias* dentro do grupo das grandes potências. Seja por se associar a um clube ou assumir uma posição dentro de uma hierarquia social informal, o status é *coletivo*, *subjetivo* e *relativo*.²⁰ Além disso, o status em ambos os sentidos é reconhecido por *deferência voluntária* por parte de outros. (PAUL, LARSON e WOHLFORTH, 2014).

Renshon (2017), assim como Dafoe, Renshon e Huth (2014), reconhecem uma espécie de “problema” na Ciência Política, que se mostra na (con)fusão de termos e conceitos que possuem semelhanças. Reputação e *status* – bem como honra e poder, por exemplo - são termos frequentemente usados de maneira intercambiável, como sinônimos. No entanto, isso seria um equívoco. (RENSHON, 2017; DAFOE, RENSCHON e HUTH, 2014). A “honra” seria entendida como uma crença com relação à “virtude” de um ator ou indivíduo. A ideia de honra seria similar ao status no tocante ao seu caráter social e à necessidade da crença de terceiros para existir. Contudo, ambos se

²⁰ Para mais informações sobre essas características, ver: Paul, Larson e Wohlforth (2014, p. 8-10).

diferem no ponto de que enquanto o status remete a uma posição, a honra não possuiria essa característica. (RENSHON, 2017).

O mesmo acontece entre o status e a reputação. Para Renshon (2017), reputações seriam avaliações do histórico de ações de um ator, usadas para prever seu comportamento futuro. Nesse contexto, Estados não possuiriam apenas uma reputação geral; em vez disso, eles adquirem reputações por qualidades, características ou comportamentos específicos. É possível, por exemplo, possuir uma reputação de assertividade (determinação), covardia, “aderência à maioria” (*bandwagoning*) e assim por diante. Outro modo de diferenciar reputação e status é que o status possui uma característica intrinsecamente social. A reputação pode ser desenvolvida em interações entre apenas dois atores, enquanto é pouco significativo discutir status com menos de três atores. Além disso, uma hierarquia de status não pode emergir com apenas dois atores. Já com a reputação, isso é possível. (RENSHON, 2017).

Dafoe, Renshon e Huth (2014) possuem posição similar ao entender a reputação como um “termo guarda-chuva” (*umbrella term*) que abrange qualquer crença sobre uma característica ou tendência comportamental de um ator, com base nas ações passadas do mesmo. Da mesma forma, o status pode se referir a diversas qualidades distintas. Nesse sentido, ao usar esses termos, seria comum especificar o tipo de reputação ou status a que se está referindo: como por exemplo, reputação em relação a qual característica ou comportamento; vista por quem - identificando os observadores ou grupo de referência - e em relação a quem - indicando o alvo da inferência de reputação. Já o status pode ser melhor definido ao especificar o status em relação a quê; (e.g. status como super potência, grande potência, etc.). (DAFOE, RENSCHON e HUTH, 2014).

Embora conceitualmente diferentes, reputação e status possuiriam, sim, uma relação que os fazem ser utilizados de maneira intercambiável. Primeiramente, a reputação seria crucial para a existência posterior do status.

A perda ou aquisição de certas reputações podem [fazer] perder ou obter um status específico de um ator. Por exemplo, uma **reputação por resolução** [determinação] é frequentemente considerada necessária para um Estado com alta posição [status político ou militar]. Em segundo lugar, **o status influencia a reputação como fonte de informação e por definir expectativas de comportamento.** Ganhar um status desejável colorirá como os outros falam e percebem as ações passadas de alguém. Além disso, **o status molda as expectativas dos outros sobre como se deve se comportar, e as expectativas moldam inferências de reputação.** Por exemplo, geralmente há menos expectativas sobre as condições sob as quais um estado de baixo status deve demonstrar resolução, em comparação com um estado de alto status. (DAFOE, RENSCHON e HUTH, 2014, p. 175-176 – tradução própria – ênfases adicionadas).

Ou seja, a depender do contexto, reputação e status são mutuamente importantes para se criarem ou se manterem de forma que se realimentam. Ambos possuiriam, ainda, outra semelhança no tocante aos seus papéis sociais. Por exemplo, a dinâmica da reputação e do status dependeriam do contexto social e das normas culturais em que estão inseridos. Além disso, muitas as formas de reputação e de status, dependem fundamentalmente da medida em que um comportamento é visível publicamente. (DAFOE, RENSHON e HUTH, 2014). Em outras palavras, reputação e status não existem em um vácuo político e social. Ambos dependem de onde e como são observados e reconhecidos no meio “social” em que são empregados.

Porém, para os propósitos desta pesquisa, é necessário diferenciar estes termos na medida em que, como dito anteriormente, e apesar de possuírem semelhanças, não são conceitos totalmente idênticos, como visto anteriormente nesta seção. À luz de Dafoe, Renshon e Huth (2014), é possível distinguir “reputação” de “status”, de maneira clara, na medida em que a reputação – assim como o prestígio e a honra – seria um aspecto que estaria no controle do Estado que a valoriza. Estados podem adquirir, criar e investir em sua reputação, honra e prestígio, se assim acharem vantajoso – a validação desta reputação ficaria a cargo de um momento posterior na relação entre os Estados que observam essa iniciativa. Já o status existiria somente em função da comunidade, grupo, ou clube em que o mesmo é relevante. Não se pode, nessa linha de raciocínio, tomar ou adquirir um status sem a deferência ou conferência de terceiros pertencentes ao grupo a que esse status se refere. (DAFOE, RENSHON e HUTH, 2014).

Considera-se, deste modo, que todo o processo pós Guerra dos Seis Dias até a eclosão da Guerra do Yom Kippur, foi marcado por questões primordialmente de reputação (honra, prestígio), juntamente à credibilidade e imagem, e não de status.

2.2. A IMAGEM

O estudo das “imagens” nas Relações Internacionais (RI) possui sua base em teorias e suposições de percepções cognitivas e psicológicas sobre determinado assunto, contexto ou agente. Segundo Herrmann et al. (1997), a teoria psicológica estaria ligada a um conjunto de suposições derivadas de teorias das relações internacionais que indicariam que as relações estratégicas percebidas podem ser entendidas como uma combinação do poder relativo percebido, da cultura percebida, e da percepção de ameaça ou oportunidade que um ator acredita que outro ator representa. (HERRMANN et al., 1997).

Assim como o Culto à Reputação de Tang (2005), teorias sobre a cognição e percepções psicológicas, que mais tarde trariam a noção de “imagens” ao campo das RI, também possuem seu próprio “sistema de crenças”. Ainda segundo Herrmann et al. (1997), conforme psicólogos avançavam na ideia de que a cognição era estruturada em padrões de agrupamentos (*clusters*) ou esquemas (*schemata*) que organizavam de maneira sistemática um conjunto de elementos, cientistas políticos tentaram retomar as noções anteriores dos sistemas de crenças. (HERRMANN et al., 1997). Com relação à escolha do termo “esquema” os autores afirmam que psicólogos têm empregado o termo esquema de maneiras diversas. Uma interpretação define um esquema como uma estrutura cognitiva que engloba o conhecimento sobre um conceito ou estímulo específico, incluindo seus atributos e as relações entre esses atributos. (FISKE e TAYLOR *apud* HERRMANN et al., 1997). A teoria do esquema cognitivo, embora às vezes abstrata, sugere não apenas que o conhecimento de uma pessoa sobre um determinado ator esteja organizado, mas também que influencia a seleção, interpretação e memória de informações relacionadas a esse ator específico. (HERRMANN et al., 1997).

Em outras palavras, um esquema cognitivo, utilizado dentro do contexto de sistemas de crenças, influenciaria o modo como atores, indivíduos e, no caso, tomadores de decisão, interpretariam informações que, nesse sentido, criariam certas “imagens” sobre outro ator. Com relação aos agrupamentos (*clusters*) cognitivos de ideias. Nesse sentido, *clusters* facilitariam pesquisas empíricas uma vez que várias partes das percepções de um sujeito são identificadas, o restante pode ser inferido. Assim como um psicólogo pode inferir uma parte significativa da visão de um sujeito sobre outra raça a partir de alguns indícios reveladores de que o sujeito está operando com um estereótipo clássico, um analista de política externa também poderia deduzir uma quantidade considerável de informações sobre a visão de mundo de um líder a partir de padrões esquemáticos reveladores. Mesmo que um único elemento possa não estar diretamente correlacionado com a escolha, grupos de ideias e percepções podem. (HERRMANN et al., 1997).

Ou seja, grupos de ideias e padrões associados a determinado ator ou contexto seriam capazes de fornecer informações suficientes para prever a escolha política que será empregada com relação ao mesmo. Nesse sentido, o conceito de “imagem” capturaria esta noção de “esquemas” da psicologia cognitiva na medida em que se

fundamenta na definição de Kenneth E. Boulding (1959), que afirma que a “imagem” de um Estado deve ser entendida como:

A estrutura cognitiva, afetiva e avaliativa total da unidade de comportamento [ou seja, o Estado], ou sua visão interna de si mesma e de seu universo²¹. (...) As imagens que são importantes nos sistemas internacionais são aquelas que uma nação tem de si e daqueles outros órgãos no sistema que constituem seu ambiente internacional. (BOULDING, 1959, p. 120-121 – tradução própria).

Para Boulding (1959), uma importante dimensão da “imagem nacional” estaria relacionada à ideia de amizade ou hostilidade percebida e, além disso, a força e a fraqueza percebidas também estariam diretamente ligadas à percepção de amizade ou hostilidade. (HERRMANN et al., 1997; BOULDING, 1959).

Até aqui, as contribuições de Herrmann et al. (1997) e Boulding (1959) são fundamentais para o entendimento do que se pode entender pela imagem de um Estado e como ela é formada. No entanto, ela não é suficiente para os propósitos aqui apresentados. É preciso, ainda, uma definição mais específica de “imagem” que, além de concordar, em alguma medida, com a definição de Boulding (1959), contemple outras nuances que este não contempla. E encontra-se isso em “*The Logic of Images in International Relations*” de Robert Jervis (1989).

Para Jervis (1989), o comportamento estatal pode ser entendido em termos do “ambiente operacional²² dos tomadores de decisão” - ou seja, as habilidades e intenções dos atores relevantes e suas próprias escolhas devem ser compreendidas dentro do “contexto psicológico” dos tomadores de decisão e suas convicções sobre o mundo. Nesse sentido, a imagem que um tomador de decisão tem de outro ator específico é frequentemente um elemento crucial deste contexto e ambiente psicológico. (JERVIS, 1989).

Desta forma, Jervis (1989) define a imagem que um tomador de decisão tem de outro ator como: “[As] crenças sobre o outro que afetam suas previsões de como o outro se comportará sob várias circunstâncias”. (JERVIS, 1989, p. 5). Jervis (1989), então, ilustra brevemente a importância que o aspecto da “imagem” tem para as relações internacionais.

²¹ “De um modo geral, o comportamento de organizações complexas pode ser considerado determinado por decisões, e uma decisão envolve a seleção da posição mais preferida em um campo de escolha contemplado”. (BOULDING, 1959, p. 121 – tradução própria).

²² Aqui, Jervis (1989) faz referência direta ao “Código Operacional” também presente nas questões reputacionais. Para mais detalhes sobre códigos operacionais e sistemas de crença, e suas influências na projeção de imagens, ver: George (1969), Walker (1983), Walker (1990).

Os Estados Unidos, em 1962, modificaram a percepção da Rússia sobre os riscos que os Estados Unidos estavam dispostos a assumir para evitar a presença de mísseis de superfície-superfície em Cuba, influenciando significativamente os custos que os soviéticos consideravam associados à continuidade de sua política. Essa mudança na imagem teve um impacto substancial na política soviética. Da mesma forma, uma alteração na política de um Estado pode ser desencadeada por uma mudança na sua interpretação dos objetivos de outro, como ocorreu com a reviravolta na política externa britânica em meados de março de 1939, após a anexação da Checoslováquia pela Alemanha. Esses exemplos ilustram como um incidente pode provocar mudanças na política de um Estado de forma desproporcional à importância intrínseca do próprio evento, ao **reconfigurar a percepção** que o Estado tem dos demais. (JERVIS, 1989).

Esses exemplos demonstram que a imagem de um Estado pode desempenhar um papel crucial na determinação da possibilidade, e facilidade, com que o Estado pode atingir seus objetivos. Uma “imagem desejada”, afirma Jervis (1989), cuja natureza depende dos objetivos do ator e da sua avaliação do cenário internacional, frequentemente pode ser mais valiosa do que um aumento substancial do poder militar ou econômico. Por outro lado, uma “imagem indesejada” pode acarretar custos que quase nenhum aumento nos tipos tradicionais de poder poderia compensar e pode representar uma desvantagem praticamente impossível de superar. (JERVIS, 1989, p. 6).

Ainda segundo Jervis (1989), ao longo da história, Estados frequentemente se preocuparam com questões específicas, não tanto pelo seu valor intrínseco, mas pelas *conclusões que acreditavam que outros tirariam da maneira como tratavam essas questões*. Um Estado pode optar por ser conciliador e fazer concessões em uma questão menor, ou pode optar por não explorar a fraqueza temporária de outro Estado. Em outras situações, um Estado pode estar disposto a pagar um alto preço ou assumir riscos para obter uma pequena vitória simbólica. Alguns poderiam rotular essa política como uma busca inútil e irrealista por prestígio. Nessas circunstâncias, os próprios atores podem se referir à “honra nacional”, enquanto observadores frequentemente notam uma preocupação infeliz com a “preservação da imagem” (*saving-face*). (JERVIS, 1989).

Entretanto, a busca por boa vontade (*good will*), prestígio (*prestige*) e manutenção da imagem (*saving-face*) frequentemente não são objetivos passageiros apenas buscados por políticos que almejam apoio interno ou por estadistas ingênuos que não compreendem o papel crucial do poder. Se o Estado A conseguir persuadir B de sua

boa fé, ou seja, de suas intenções amistosas em relação a B, então B pode estar mais inclinado a cooperar, pois não temerá que A esteja armando uma cilada. (JERVIS, 1989).

Isto não significaria, no entanto, dizer que os esforços para obter boa vontade, prestígio ou manutenção da imagem nunca valeriam a pena, ou seriam desnecessários. No entanto, estes não podem ser descartados como “meros esforços”, pois, se apresentarem êxito, poderão trazer recompensas muito maiores em relação aos seus custos, influenciando os ambientes psicológicos e as políticas de outros decisores. Para fazer com que outros acreditem numa imagem, o Estado deve representar plenamente essa imagem; em suma, uma reputação deve ser obtida por meio de um comportamento bastante específico e previsível. (JERVIS, 1989).

Jervis (1989) reconhece, no entanto, que a falta de uma correspondência direta entre as ações de um Estado e sua imagem, permitiriam que o Estado influenciasse deliberadamente as percepções que outros têm dele, sem ter que mudar fundamentalmente seu comportamento ou sacrificar outros objetivos, incluindo aqueles para os quais essas percepções foram projetadas para servir. (JERVIS, 1989). Em outras palavras, um Estado pode se utilizar de técnicas de “engano” (*deception*)²³ para construir uma imagem desejada, seja sobre determinação ou capacidade e, para tanto se vale de “sinais” para expressar e construir a imagem desejada. (JERVIS, 1989; HANDEL, 2003).

2.2.1. Sinais, Índices e Ruídos (*Noises*)

Jervis (1989) defende que, para explorar o mundo sob a ótica da projeção de imagens, é vantajoso categorizar o comportamento estatal em duas categorias: **sinais** e **índices**, considerando as razões pelas quais as pessoas acreditam que uma ação é um indicador válido das intenções²⁴ de um ator, (JERVIS, 1989).

Segundo o autor, **sinais** seriam expressões ou atos cujos significados são estabelecidos por entendimentos tácitos ou explícitos entre os intervenientes. Sinais são principalmente utilizados para influenciar a **imagem** que o destinatário tem do emissor. Tanto o emissor quanto o destinatário reconhecem que os sinais podem ser emitidos

²³ Segundo Handel (2003): “*Deception* pode ser definido como a disseminação súbita e deliberada de informação enganosa a um serviço de inteligência por seus adversários”. (HANDEL, 2003, p. 8).

²⁴ A “intenção” é um aspecto muito importante que, juntamente com a “capacidade”, influencia significativamente na percepção de uma imagem projetada ou percebida. Tal aspecto será tratado mais adiante.

tanto por um *deceiver* quanto por um ator honesto. Portanto, os sinais podem ser considerados equivalentes a compromissos ou promessas. Na falta de algum tipo de mecanismo de verificação, eles não fornecem provas suficientes de que o ator cumprirá suas promessas, ou não. Sinais incluiriam notas diplomáticas, deslocamentos militares, estabelecimento ou suspensão de relações diplomáticas e a forma como um acordo é configurado. (JERVIS, 1989).

Embora sinais sejam emitidos no intuito de influenciar certas imagens do emissor ao receptor, eles não alteram as capacidades (sejam políticas, diplomáticas ou mesmo militares) do emissor e, portanto, “não afetam diretamente a distribuição de poder entre eles [os Estado envolvidos]”. (JERVIS, 1989, p. 21). Visto que os sinais teriam um impacto limitado na situação material e são conhecidos por sua intenção de influenciar percepções, seria razoável esperar que os receptores, pelo menos em parte, os ignorem. Portanto, afirma Jervis (1989), seria de se supor que os sinais são relativamente raros ou pouco significativos. Contudo, na prática, uma parte significativa das relações internacionais modernas é constituída por sinais. (JERVIS, 1989).

Por sua vez, os **índices** seriam expressões ou atos que oferecem alguma evidência intrínseca de que a representação transmitida é precisa, porque se acredita que estejam intimamente relacionados às capacidades ou intenções do agente. O observador entende que o comportamento que constitui um índice explora aspectos e características que influenciarão ou preverão o comportamento subsequente de um agente, e que estão além do controle do agente com o propósito de transmitir uma representação enganosa. Exemplos de índice incluem comunicações privadas que são captadas ou interceptadas pelo destinatário, padrões de comportamento que são revelados involuntariamente (como os gestos de um jogador indicando sua próxima jogada) e ações significativas que acarretam custos substanciais. (JERVIS, 1989).

Embora as “ações” possam, aparentemente, ser de “maior valia” que palavras, elas não são “menos ambíguas”. De fato, sem uma mensagem de contexto, pode ser praticamente impossível para o observador determinar que imagem o outro ator está tentando criar. Além disso, raramente há uma única previsão óbvia sobre o comportamento futuro do ator que pode ser feita com base apenas em suas ações passadas. (JERVIS, 1989). Contudo, ações ainda são fortemente importantes na medida em que, assim como observou Schelling (1966), palavras são de pouco valor e não são automaticamente confiáveis quando vêm de um adversário. São as ações que

demonstram algo; e ações significativas geralmente envolvem algum custo ou risco e oferecem evidências de sua própria credibilidade. (SCHELLING, 1966).

No entanto, Jervis (1989) reconhece que existiria uma linha tênue entre sinais e índices que seria difícil de se identificar, e explica que muitas ações acarretam em despesas consideráveis e parecem abordar a essência de uma imagem muito importante. No entanto, se for de conhecimento geral que as percepções, ou seja, imagens, estão sendo moldadas por esse comportamento e que os custos associados a ele são substancialmente menores do que os benefícios de influenciar o outro a adotar as percepções e imagens desejadas, a ação geralmente se tornará mais um sinal do que um indicador. (JERVIS, 1989).

Em outras palavras, certas ações, apesar de terem custos significativos, são operacionalizadas para enfatizar alguma característica importante, como uma imagem desejada. No entanto, quando se é conhecido que essas ações são usadas para formar impressões sobre o ator que as realiza, e se os custos dessas ações são consideravelmente menores do que os benefícios de fazer com que os outros aceitem as impressões desejadas, tais ações tendem a ser vistas mais como sinais ou mensagens destinadas a influenciar percepções, do que como comportamentos genuínos que contêm características reais. (JERVIS, 1989).

Similarmente, Handel (2003) traz a noção dos sinais emitidos por um Estado, mas por um outro prisma. O autor afirma que as informações emitidas (e coletadas) por um Estado, podem ser classificadas em corretas e incorretas e que, nos jargões da comunidade de inteligência, são conhecidos como **sinais** e **ruídos** (*noises*). (HANDEL, 2003). No entanto, concordando com a tratativa de Jervis (1989), Handel (2003) reconhece que seria (quase) impossível fazer uma distinção entre “sinais” e “ruídos”. Em vez de se enquadrar perfeitamente em uma das duas categorias, muitas informações são uma mistura de ambos os elementos, tornando-as assim não totalmente confiáveis nem totalmente não confiáveis. (HANDEL, 2003). A razão para isso seria o pressuposto de uma constante possibilidade de engano (*deception*) presente na emissão de imagens e informações que dificultaria a já difícil tarefa do analista de inteligência. (HANDEL, 2003).

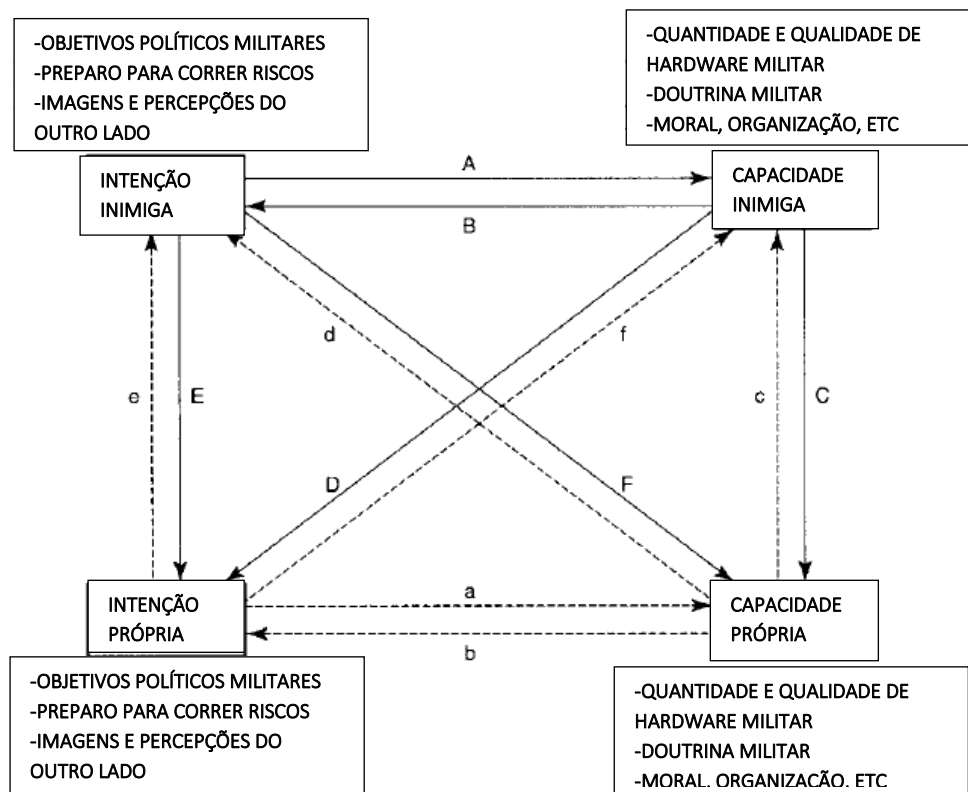
A presença de engano e incerteza, em termos gerais, estabeleceria um contexto no qual quase toda a informação, pelo menos no curto prazo, viria acompanhada de alguma de incerteza. (HANDEL, 2003). Isso resultaria em uma espécie de “paradoxo”:

Como resultado das grandes dificuldades envolvidas na diferenciação entre “sinais” e “ruído” [na seara do] aviso estratégico, informações válidas e inválidas devem ser tratadas de maneira semelhante. Com efeito, tudo o que existe é ruído, não sinais. As tentativas de separar o ruído dos sinais são agravadas pelo fato de que a coleta de informações adicionais também contribuirão com mais ruído para o sistema e, quanto maior a quantidade de dados coletados, mais difícil se torna filtrar, organizá-los e processá-los no tempo para ser útil. (HANDEL, 2003, p. 9 – tradução própria – ênfases no original).

Logicamente, a obtenção e coleta de informações é uma parte essencial, porém não é a única para o êxito de uma organização de inteligência, segundo Handel (2003). Se faz necessário encontrar um equilíbrio entre o esforço dedicado à coleta de dados e o processo analítico. Por exemplo, se uma agência de inteligência possui um sistema de aquisição e coleta de dados eficiente, mas não conta com especialistas qualificados em número suficiente para processar as informações a tempo, sua eficácia na coleta pode se tornar inútil, especialmente no que diz respeito à detecção de ameaças de ataques estratégicos surpresa. (HANDEL, 2003).

Nesse sentido, toda a informação recebida, inclusive as informações relativas às projeções de imagem, estariam diretamente relacionadas às **intenções** e **capacidades** do adversário. (HANDEL, 2003).

Figura 1 - Intenções e Capacidades – “A Complexidade do Processo de Estimativa”



Para Handel (2003), **capacidades** podem ser **materiais** e **não materiais**. As capacidades materiais, incluem armas, suas especificações e suas quantidades, e não são simples de se esconder. Enquanto isso, as capacidades não materiais, como a qualidade da estrutura organizacional, a moral e doutrina militar, são mais desafiadoras de serem avaliadas com precisão, embora seja possível adquirir um entendimento considerável sobre elas. Seria crucial evitar a armadilha de priorizar o que pode ser medido e quantificado (material), negligenciando o que é menos definido e intangível (não material). (HANDEL, 2003).

Já no que tange às **intenções**, Handel (2003) explica que, elas são significativamente mais fáceis de esconder; apenas um seleto grupo de líderes e, ocasionalmente, até mesmo um único líder (como Hitler, Stalin ou Sadat, por exemplo) definirá a trajetória estratégica de um Estado. As intenções podem ser modificadas de repente, apresentando um desafio na avaliação sem acesso direto à elite política e militar do adversário. No entanto, até os líderes mais reservados podem deixar indícios para os analistas de inteligência sobre suas intenções por meio de suas experiências passadas, discursos, briefings em encontros restritos ou públicos, entre outras fontes. (HANDEL, 2003).

Embora intenções e capacidades sejam aspectos que, juntos, possam formar e influenciar fortemente as decisões de tomadores de decisões ou mesmo a projeção e interpretação de imagens através de sinais (e índices), Handel (2003) reconhece que não

²⁵ “A longo prazo, se um líder abrigar intenções ofensivas, ele terá que investir e expandir as capacidades de seu país (seta A). Isso variaria de investimentos pesados em *hardware* militar a uma preferência por armas ofensivas de longo alcance sobre armas defensivas de tração de curta duração. As capacidades limitadas podem, no entanto, forçar os líderes a escolher uma estratégia defensiva no curto prazo. (...) O processo é ainda mais complicado pelo fato de o adversário afirmar que ele apenas precisa ter recursos comparáveis aos próprios (seta C). (...) Em outros momentos, o adversário pode aumentar suas capacidades em resposta à sua percepção das intenções hostis de outras nações (seta D). Tais ações e reações são intrínsecas a todas as corridas armadas. Além disso, um adversário pode afirmar que ele está preparando suas intenções para a própria pessoa (seta E). E mudanças reais ou percebidas nas próprias capacidades, avaliadas pelo adversário, podem desencadear uma mudança em suas intenções por medo e suspeita (seta F). Isso pode aumentar o antagonismo e, em casos extremos, acender uma guerra preventiva. A descrição do processo de avaliação até agora indica que não se deve apenas ter uma compreensão completa das intenções e capacidades do oponente como tal, mas também uma compreensão de como ele reage e percebe as próprias intenções e capacidades do observador. Um processo de **imagem** espelhado semelhante ocorre no lado do observador (setas a, b, c, d, e, f)”. (HANDEL, 2003, p. 12-13 – tradução própria).

há correlação direta entre os mesmos, e exemplifica: “*um país com capacidades menores pode, mesmo assim, decidir ir à guerra*”. (HANDEL, 2003, p. 13).

Por fim, Handel (2003) enfatiza e “aconselha” que, embora as intenções e capacidades devam ser cuidadosamente e igualmente analisadas em um dado contexto, seria “mais prudente” focar os esforços na identificação e avaliação das intenções, e argumenta que (I) um adversário ainda poderia decidir atacar mesmo possuindo capacidades (materiais e não materiais) relativamente menores que seu adversário²⁶ e (II) a guerra e o ataque surpresa seriam determinados não só pela existência de capacidades *per se*, mas, também, *pela intenção política* em empregá-los²⁷. (HANDEL, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARCIAIS

Este capítulo tratou das teorias, termos e conceitos sobre reputação, credibilidade e imagens estatais. O objetivo desta segunda parte teórica foi trazer os principais aspectos e nuances dos principais termos deste arcabouço teórico, e relacioná-los de maneira que se formasse uma linha de raciocínio clara sobre a ligação e correspondência que os três termos possuem entre si. Reputação, credibilidade e imagens são aspectos e percepções criados a partir de interações entre atores, no caso, Estados, que moldam tanto as expectativas quanto as ações entre eles. Além do mais, tais aspectos influenciam, de maneira mais ou menos direta, as tomadas de decisões e até mesmo as intenções que Estados possuem de ir à guerra, ou não. As capacidades são, sim, um aspecto importante e necessário na condução de políticas militares, porém, a auto percepção bem como a percepção de terceiros sobre a reputação, credibilidade, imagem e intenções de determinado ator, são, talvez, tão importantes quanto as capacidades materiais na operacionalização de, ou reação a, um conflito militar.

²⁶ “(1) se ele calcular mal a força da vítima pretendida (como fizeram os alemães no seu ataque à União Soviética em 1941, ou os árabes na sua subestimação das capacidades israelitas em 1967); (2) se estiver mais interessado em exercer pressão política ou em obter ganhos políticos, mesmo ao custo de uma derrota militar; (3) se ele apostar que seu ataque surpresa terá um efeito multiplicador de força suficiente para compensar suas capacidades inferiores”. (HANDEL, 2003, p. 13).

²⁷ “A mera posse de força superior, igual ou inferior é, portanto, menos importante. Um corolário disto é que, embora as intenções do adversário possam ser influenciadas a qualquer momento (ou seja, ele possa ser dissuadido de agir), é impossível ter um impacto comparável nas capacidades imediatamente antes do início da guerra”. (HANDEL, 2003, p. 13).

CAPÍTULO 3

3. DESVENDANDO O MECANISMO CAUSAL EM UM ESTUDO DE CASO

O Rastreamento de Processo (*Process-Tracing*)

Este capítulo tem por objetivo desenvolver os principais, e mais importantes, aspectos da metodologia a ser utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa: o Rastreamento de Processo (*process-tracing*). O Rastreamento de Processo é um método de correlação causal, que busca explicar determinado processo ou acontecimento X (variável independente), através de fatos que influíram neste mesmo processo (variáveis intervenientes), para explicar um resultado ou acontecimento específico (variável dependente Y) o qual se estuda. A aplicação do *process-tracing* na presente pesquisa tornará possível uma compreensão pormenorizada da Guerra do Yom Kippur no detalhamento de seu mecanismo causal, especialmente suas etapas intervenientes, que possam explicar, de maneira suficiente, os desdobramentos que levaram ao ataque surpresa, não antecipado, de Egito/Síria contra Israel.

Paralelamente, utiliza-se, à luz de George e Bennet (2005), as noções metodológicas do estudo de caso, com ênfase na utilização do *process-tracing* como ferramenta deste mesmo estudo, e sua validade como um método utilizado quando se busca explicar um determinado resultado, através de uma narrativa histórica que busca examinar o mecanismo causal e as variáveis intervenientes que, possivelmente, influenciaram o resultado final.

3.1. A Metodologia do Rastreamento de Processo

O método de pesquisa a ser utilizado para o alcance dos objetivos propostos e teste de hipótese se baseará em um mecanismo explicativo de causa e efeito: o rastreamento do processo (*process-tracing*). De acordo com Beach e Pedersen (2013), o rastreamento de processo, nas Ciências Sociais, é “comumente definido por sua ambição em traçar mecanismos causais”. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 1). Já segundo Bennett e Checkel (2015), a metodologia do rastreamento de processo tenta “identificar o processo causal interveniente – a cadeia causal e o mecanismo causal – entre uma variável independente (ou variáveis) e o resultado da variável dependente”. (BENNETT e CHECKEL, 2015, p. 6). Nesse sentido, o que seria, então, um “mecanismo causal”?

Grosseiramente definido, um “mecanismo causal” seria “*um complexo sistema que produz um resultado pela interação de um número de partes*” (GLENNAN *apud* BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 4). Para acessar o entendimento sobre tal “complexo sistema” é necessário retornar à própria ontologia da natureza de relações causais. (BEACH e PEDERSEN, 2013).

Segundo Beach e Pedersen (2013), as Ciências Sociais como um campo de conhecimento, se valem de duas (2) principais “posições ontológicas” da natureza das relações causais. A (1) primeira delas seria o entendimento “neo-Humeano” (*neo-Humean*) de causalidade como “padrões de associação empírica regular”, derivada das ideias e contribuições de David Hume. Em um contexto teórico onde a causalidade era entendida como um “gancho” ou uma “força” entre duas variáveis X e Y, Hume considerava que não seria possível “medir a ‘secreta conexão’ que liga causas e efeitos” (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 24).

Podemos observar que um objeto cai no chão, mas não podemos observar as forças gravitacionais que fizeram com que o objeto caia. Dada essa incapacidade de verificar empiricamente que X causou Y, Hume argumentou que devemos definir causas apenas em termos de conjunção constante (correlações) entre fatores; qualquer teorização de mecanismos “indetectáveis” rapidamente, em sua opinião, degeneraria na metafísica. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 24 – tradução própria).

Em outras palavras, a detecção de uma relação de causalidade sem a compreensão detalhada ou pormenorizada do porquê X causa Y, decairia em divagações teóricas do “questionamento pelo questionamento”, sem um propósito claro ou destino final de explicação. Nesses termos, portanto, a causalidade na abordagem regular é entendida em “termos de padrões regulares de associação entre X:Y, e o próprio mecanismo causal pelo qual X produz Y é desconhecido” [*black-boxed*]. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 25).

A regularidade pode ser analisada examinando os padrões de correlação entre X e Y. Para que a causalidade seja estabelecida, Hume argumentou que três critérios para a relação entre X e Y precisam ser cumpridos: (1) X e Y devem ser contíguos no espaço e no tempo; (2) X ocorre antes de Y (sucessão temporal); e (3) existe uma conjunção regular entre X e Y. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 25 – tradução própria).

A título de exemplificação, é possível notar uma relação causal regular entre governos que impõem medidas de austeridade econômicas com o intuito de minimização de gastos (X), e a incapacidade em se vencer a eleição subsequente (Y), demonstrando a existência de uma relação causal entre X e Y onde os três critérios apresentados se fazem presentes. (BEACH e PEDERSEN, 2013).

A segunda posição ontológica diz respeito ao entendimento “mecanicista” (*mechanismic*) da causalidade, entendimento este que subsidia teórica e metodologicamente o rastreamento de processo. Ainda de acordo com Beach e Pedersen (2013), a característica definidora da ontologia mecanicista é o interesse no processo teórico pelo qual X resulta em Y e, mais especificamente, na transmissão do que pode ser chamado de forças causais de X para Y. Nesse sentido, o essencial é que X gere Y por meio de um mecanismo causal que os conecte. (BEACH & PEDERSEN, 2013). Em outras palavras, a ênfase dos modelos mecanicistas de causalidade recairia sobre a influência dinâmica e interativa das causas sobre os efeitos, especialmente na forma como as forças causais são transmitidas ao longo de uma sequência de componentes interconectados de um mecanismo causal para contribuir para a geração de um resultado. (BEACH & PEDERSEN, 2013).

Ou seja, diferentemente do entendimento regular de causalidade, o entendimento mecanicista é, relativamente, mais complexo na medida em que procura as razões pelas quais X causa Y ($X \rightarrow \text{mecanismo causal} \rightarrow Y$) e, ao se pesquisar e estudar tais mecanismos, ganha-se um conhecimento explanatório mais profundo. (BEACH & PEDERSEN, 2013). Deste modo, a partir de uma variável independente (X) pré-estabelecida, analisa-se o processo pelo qual variáveis intervenientes (I) afetam um resultado específico, ou uma variável dependente (Y) deste mesmo processo.

Bennet e Checkel (2015) fazem uma analogia sobre o papel e função das variáveis intervenientes, comparando-as com “peças de dominó” afirmando que a analogia de dominós caindo implica que uma variável intermediária é completamente determinada pelas variáveis independentes [X] que a antecedem e transmitem essa força causal sem agregar, subtrair ou modificar, para variáveis intermediárias subsequentes e, conseqüentemente, para a variável dependente [Y]. (BENNETT e CHECKEL, 2015).

Investigar tais mecanismos causais, através da identificação de variáveis que interveem, em alguma medida, em tais mecanismos (BEACH e PEDERSEN, 2013), permite, segundo Gerring (2007), analisar os elementos intermediários entre uma causa estrutural e o seu efeito presumido, como se estivesse espiando dentro da caixa da causalidade. (GERRING, 2007).

Deste modo, Bennet e Checkel (2015), trazendo este entendimento de variáveis intervenientes, entendem o rastreamento de processo como “*a análise de evidências sobre processos, sequências e conjunturas de eventos em um caso para fins de desenvolvimento ou teste de hipóteses sobre mecanismos causais que podem explicar*

causalmente o caso”. (BENNETT e CHECKEL, 2015, p. 7). Ou seja, as variáveis intervenientes estão presentes em tais processos e sequências no desenvolvimento e teste de hipótese do mecanismo causal de um caso específico.

Outro aspecto definidor do rastreamento de processo é o seu uso *within-case*, ou seja, é aplicado na tentativa de se explicar uma relação de causalidade dentro de um caso específico, e não, por exemplo, o uso em um estudo comparativo entre dois ou mais casos. (BEACH e PEDERSEN, 2013; BENNETT e CHECKEL, 2015).

Segundo Bennet e Checkel (2015), um “caso” pode ser definido como “uma instância de uma classe de eventos”, ou seja, classes de eventos como, por exemplo, revoluções, economias capitalistas, democracias, guerras, e assim por diante, são considerados como “casos” a serem analisados e pesquisados através do rastreamento de processo. Já o termo *within-case*, pode ser entendido como dados contidos no contexto temporal, espacial ou temático especificado como caso. Isso pode abranger uma variedade de informações sobre os fatores de contexto ou de fundo que moldam nossa medição e interpretação das variáveis dentro do caso. (BENNETT e CHECKEL, 2015; COLLIER & ELMAN, 2008; MAHONEY & VILLEGAS, 2007).

Nesse sentido, a análise de mecanismos causais com técnicas de rastreamento do processo possibilita que o investigador faça conclusões sólidas dentro do caso sobre o processo causal pelo qual os resultados são gerados, o que permitiria ajustar o nível de confiança que se deposita na validade de um mecanismo causal. (BEACH e PEDERSEN, 2013). Assim, o rastreamento de processo pode ser entendido como o exame da evidência relacionada a eventos, fluxos e combinações de ocorrências dentro de um caso específico, visando tanto a elaboração quanto a verificação de hipóteses sobre os mecanismos causais que podem explicar o caso em questão, através de uma perspectiva de causa e efeito. (BENNETT e CHECKEL, 2015).

Em vista disso, o rastreamento de processo estaria intimamente ligado ao que se entende por “explicações históricas”. Uma explicação histórica não seria uma simples descrição detalhada de uma sequência de eventos, mas fundamenta-se em teorias para elucidar cada etapa crucial que contribui para a ocorrência do resultado. (BENNETT e CHECKEL, 2015). Em outras palavras, explicações históricas²⁸ estariam diretamente ligadas ao que Roberts (1996) distingue como “macro correlações” e “micro

²⁸ Embora esteja intimamente ligado a um processo metodológico histórico, o *process tracing* ainda é, segundo Beach e Pedersen (2013, p. 19), uma “pesquisa de Ciência Social”.

correlações”, estando esta última diretamente ligada ao rastreamento de processo. (BENNETT e CHECKEL, 2015; ROBERTS, 1996).

A correlação em nível macro buscaria oferecer uma explicação para eventos históricos em um nível abstrato e generalizado, por meio de teorias universalistas, de forma semelhante à ideia de teorias de Hempel como leis abrangentes [*covering laws*]. Por outro lado, as correlações em nível micro envolveriam a análise detalhada da narrativa explicativa até o ponto em que os eventos a serem elucidados são examinados em minúcias, e as leis abrangentes correspondem a uma maior precisão. (BENNETT e CHECKEL, 2015; ROBERTS, 1996).

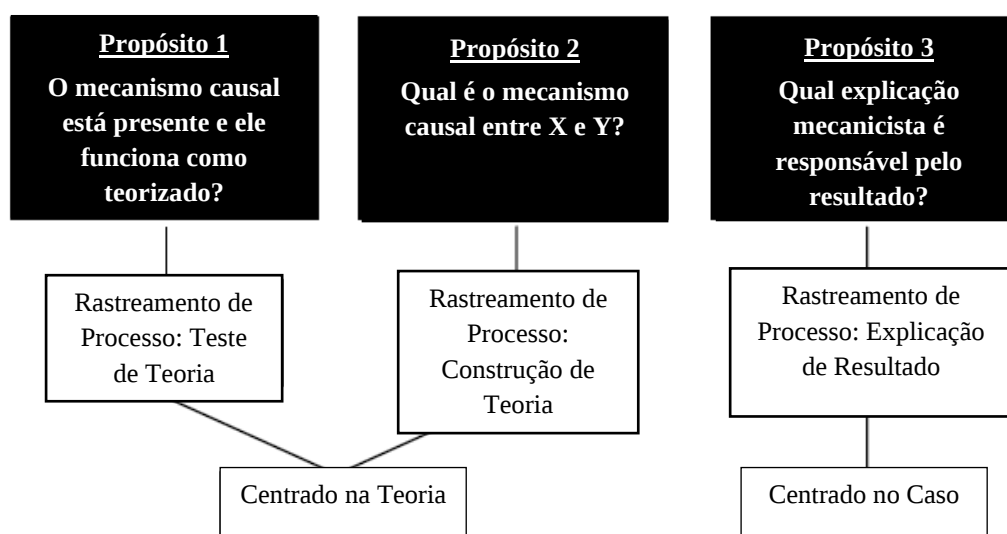
Transpondo tais aspectos teórico-metodológicos para a presente pesquisa, tem-se como a variável independente (X) pré-estabelecida, o histórico de conflito militar entre Egito e Israel, e a própria guerra que eclodira em 1973 em função deste mesmo histórico. As variáveis intervenientes (I) a serem analisadas, se traduzem nas questões de reputação, credibilidade e imagem internacional dos Estados envolvidos, além de questões políticas, estratégicas e de inteligência inerentes ao contexto, que influenciariam – a variável dependente (Y) – o ataque surpresa – compreendendo tanto as decisões finais do atacante com relação à decisão de iniciativa do ataque surpresa, quanto às decisões finais do defensor, com relação à decisão em reagir antecipadamente, ou não, a este mesmo ataque.

Deste modo, objetiva-se inferir e apontar a ausência de uma importante etapa, dentre outras pertencentes ao mesmo mecanismo causal, que seria o papel exercido pelas questões de reputação, credibilidade e imagem estatal, pela escolha de iniciativa de um ataque surpresa ou pela escolha de reação antecipada ou não antecipada a um ataque iminente.

Portanto, de acordo com Beach e Pedersen (2013), a metodologia do rastreamento de processo possuiria três diferentes aplicações, com cada qual representando uma diferente finalidade: (1) teste de teoria (*theory-testing*); (2) construção de teoria (*theory building*); e (3) explicação de resultados (*explaining outcome*). (BEACH e PEDERSEN, 2013)²⁹.

²⁹ **Theory-testing rastreamento de processo:** “[U]m mecanismo causal é hipotetizado para estar presente em uma população de casos de um fenômeno. O pesquisador seleciona um único caso em que X e Y estão presentes, e o contexto permite que o mecanismo opere. Aqui, o objetivo é avaliar se as evidências mostram que o mecanismo causal hipotético que liga X e Y estava presente e que funcionou conforme teorizado. A ambição é ir além das correlações e associações entre X e Y, abrindo a caixa preta

Figura 2. Os Diferentes Usos do Rastreamento de Processo



Fonte: Retirado e adaptado de Beach e Pedersen (2013, p. 12)

Para os propósitos da presente pesquisa, a aplicação do rastreamento de processo será a que tem por finalidade a explicação de um resultado causal específico. Segundo Beach e Pedersen (2013), o “rastreamento de processo para explicação de resultado” seria a situação em que desejamos elucidar um desfecho histórico particularmente intrigante. Aqui, o foco não reside na construção ou teste de uma teoria com mecanismo generalizável; ao invés disso, a intenção é proporcionar uma explicação suficiente para o resultado. Ao invés de investigar os mecanismos que levam à guerra (Y), a análise se voltaria para a explicação de uma relação de causa e efeito específica. (BEACH e PEDERSEN, 2013).

Posto de outro modo, o rastreamento de processo para explicação de resultado “pode ser entendido como um estudo de resultado único, definido como buscando as causas de um resultado específico em um único caso”, onde a intenção é fornecer uma explicação que seja minimamente suficiente para um resultado específico, onde “suficiente” significa uma explicação abrangente que considere todos os aspectos importantes desse resultado. (BEACH e PEDERSEN, 2013).

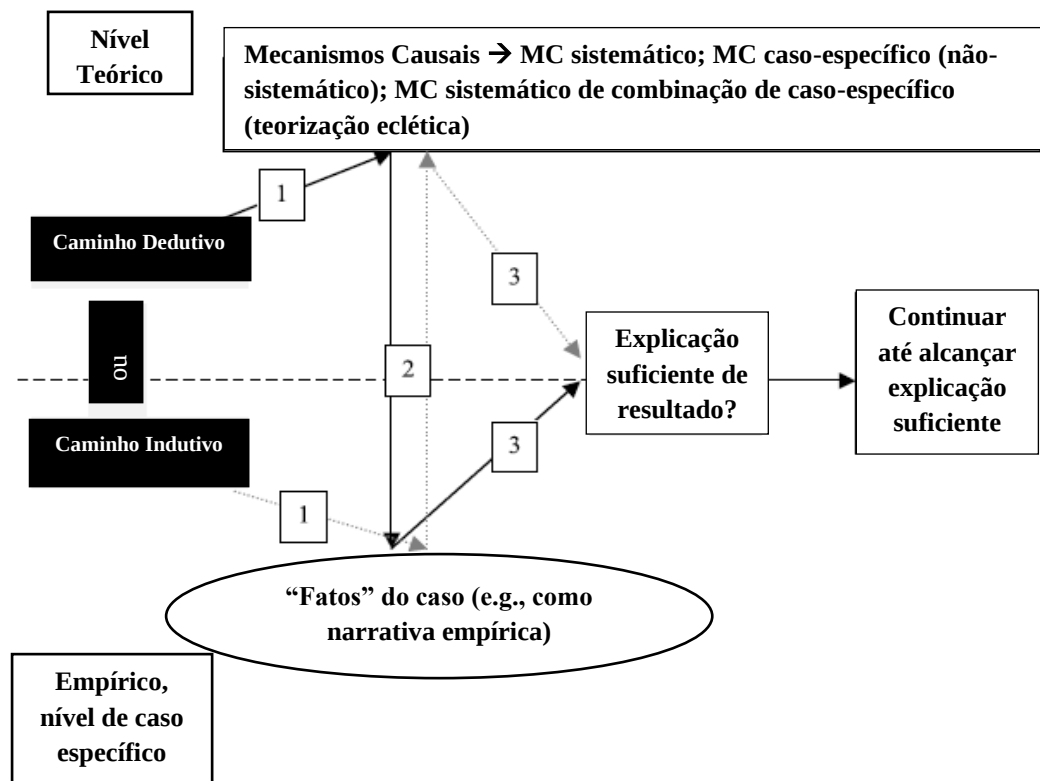
No entanto, a criação de uma explicação minimamente suficiente de um caso ou de um processo histórico, geralmente demanda a combinação de mecanismos de

da causalidade para estudar mais diretamente o mecanismo causal pelo qual X contribui para a produção de Y”. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 11 - tradução própria).

Theory-building rastreamento de processo: “[E]nvolve a construção de uma teoria sobre um mecanismo causal entre X e Y que pode ser generalizado para uma população de um dado fenômeno, a partir de uma situação em que estamos no escuro quanto ao mecanismo”. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 11 – tradução própria).

pesquisa metodológicos mais “eccléticos” para a explicação de um resultado. Em outras palavras, o rastreamento de processo para explicação de resultado representa uma combinação metodológica do processo **dedutivo** e **indutivo** de pesquisa³⁰. (BEACH e PEDERSEN, 2013).

Figura 3: Processos Dedutivo e Indutivo do Rastreamento de Processo para Explicação de Resultado



Fonte: Retirado e adaptado de Beach e Pedersen (2013, p. 20)

É possível iniciar o processo da pesquisa e da explicação do resultado que se almeja por ambos os caminhos. Inicia-se pelo caminho dedutivo (seta preta 1) quando já há um mecanismo causal a ser analisado (o caso escolhido) e se este pode explicar o resultado em questão. Na segunda fase (seta preta 2), analisa-se os acontecimentos empíricos do caso escolhido e, terceira fase (seta preta 3), avalia-se se uma explicação suficiente do resultado foi criada. Segundo Beach e Pedersen (2013), na maior parte das pesquisas que se utilizam do rastreamento de processo para explicação de resultado, a teoria atual não oferece uma explicação satisfatória, o que levaria a uma segunda fase de investigação, na qual pode-se optar por um método dedutivo ou indutivo, baseado nos resultados da primeira avaliação empírica. Em outras palavras, reinicia-se todo o

³⁰ A combinação dialética entre o processo dedutivo e indutivo também é conhecido como “abdução”. (BEACH & PEDERSEN, 2013).

processo, porém, com as informações da primeira análise³¹. (BEACH e PEDERSEN, 2013).

Inversamente, inicia-se pelo caminho indutivo quando um resultado histórico é “pouco estudado”. Essa abordagem é representada na Figura 3, acima, por setas cinzas, partindo do nível empírico. Nesse ponto, o pesquisador pode seguir uma abordagem mais semelhante à metodologia histórica ou ao trabalho investigativo clássico - por exemplo, investigando as causas por trás do resultado, analisando as evidências na tentativa de identificar um mecanismo causal suficientemente plausível que resultou no acontecimento. (BEACH e PEDERSEN, 2013). Ou seja, esta é uma análise *bottom-up*, a qual utiliza-se da empiria como base para a construção de uma explicação suficiente dos mecanismos causais através dos quais X (ou mais de um X) produziu um resultado Y (ou mais de um Y).

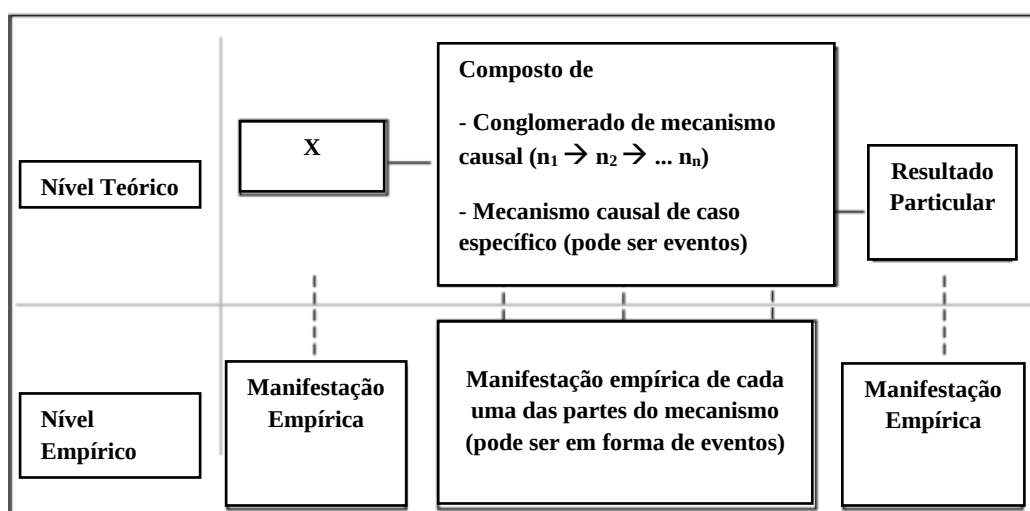
Na presente pesquisa, visto que a Guerra do Yom Kippur, e seus resultados, dificilmente seria considerada como um acontecimento “pouco estudado”, ao período de tempo relativamente longo de sua ocorrência (1973 – 2023 - 50 anos), parte-se do processo dedutivo do mecanismo causal já existente desta guerra, e analisar-se-á os fatos, acontecimentos empíricos e as variáveis interveniente do caso, a fim de se alcançar uma explicação minimamente suficiente para a hipótese levantada.

Em outras palavras, o objetivo do rastreamento de processo para explicação de resultado para a presente proposta é criar uma explicação suficiente³² para a decisão de operacionalizar um ataque surpresa (repentino) ou reagir antecipadamente a um, tendo como base as informações e dados obtidos pelas inteligências estatais (estratégicas, militar e de alerta) e as possíveis influências que as questões de reputação, imagem e credibilidade exerceriam sobre tal decisão.

³¹ “Se o caminho dedutivo for escolhido novamente, as teorias alternativas devem ser testadas para ver se elas fornecem uma explicação suficiente. Como alternativa, o caminho indutivo pode ser escolhido na segunda iteração, usando evidências empíricas para construir uma melhor explicação”. (BEACH & PEDERSEN, 2013, p. 19-20).

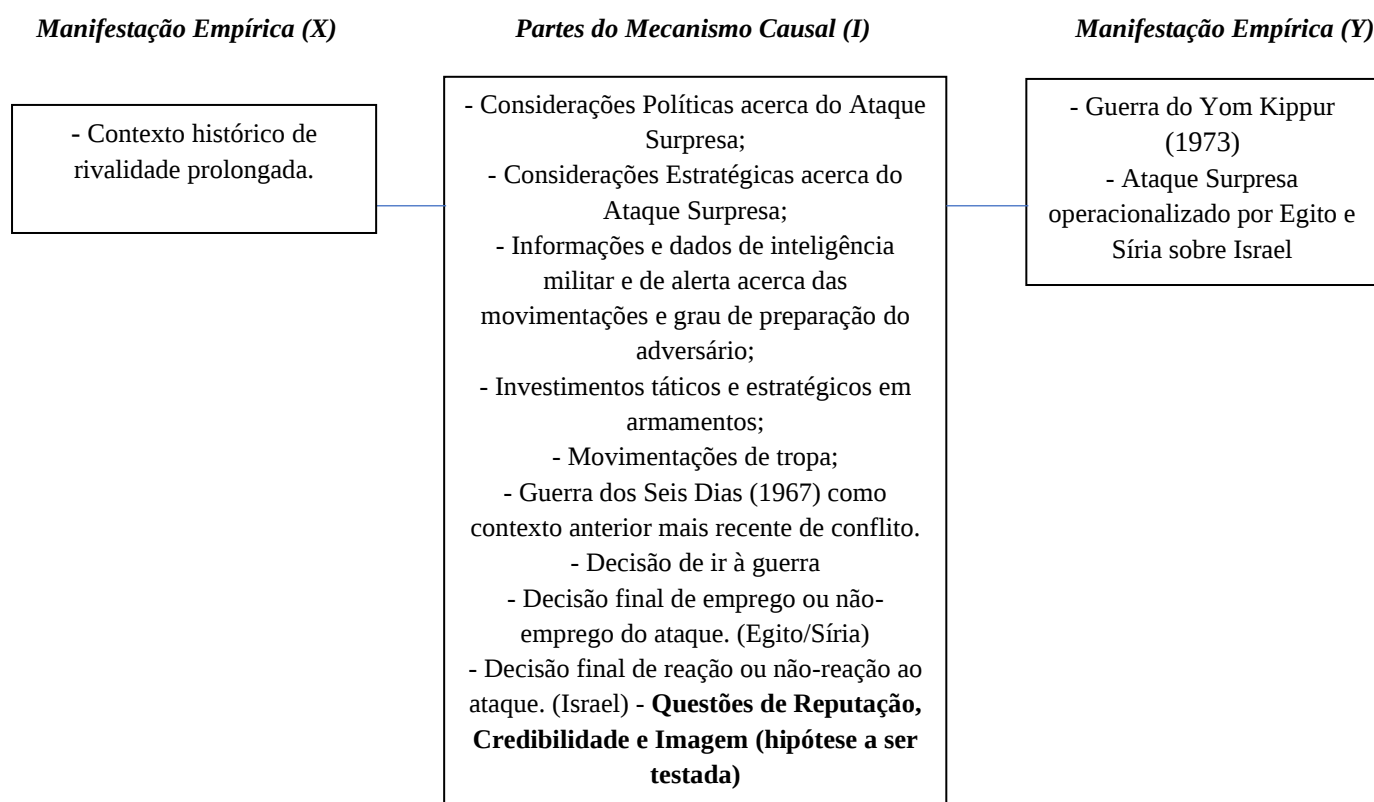
³² “A ambição é elaborar uma explicação minimamente suficiente de um resultado específico, com suficiente definido como uma explicação que dê conta de todos os aspectos importantes de um resultado sem a presença de partes redundantes”. (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 18).

Figura 4 – Rastreamento de processo para explicação de resultado



Fonte: Beach e Pedersen (2013, p. 37)

Transpondo o esquema acima para os propósitos de pesquisa aqui elencados, tem-se o seguinte esquema:



Fonte: Elaboração própria a partir das contribuições de Beach e Pedersen (2013, p. 37)

Portanto, o rastreamento de processo para explicação de resultado se mostra como uma metodologia factível e operacionalizável para o estudo de caso proposto e, por conseguinte, para o teste de hipótese proposto. A relação de causalidade e

mecanismo causal demonstrados acima vão de encontro direto com a segunda posição ontológica das relações causais – a posição mecanicista – onde existe um mecanismo interveniente causal (I) ligando as manifestações empíricas (X), às manifestações empíricas (Y).

Waldner (2015) advoga pelo rastreamento de processo como um método de pesquisa afirmando que ele produz “adequação causal e explicativa” a partir de quatro (4) critérios.

Quadro 2 - O *Process-Tracing* e a Adequação Causal Explicativa

1. É baseado em um gráfico causal [<i>causal graph</i>] ³³ cujos nós individuais são conectados de tal maneira que eles são conjuntamente suficientes para o resultado;
2. Também é baseado em um mapa de história de eventos que estabelece correspondência válida entre os eventos em cada estudo de caso específico e os nós no gráfico causal;
3. As discussões do Ministro das Relações Exteriores egípcio com o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, prosseguiram conforme agendado, em Washington, em 5 de outubro;
4. Declarações teóricas sobre mecanismos causais vinculam os nós no gráfico causal a seus descendentes e a empiria dos estudos de caso nos permitem inferir que os eventos foram realmente gerados pelos mecanismos relevantes; e
5. Explicações rivais foram crivelmente eliminadas, por testes diretos de hipóteses ou demonstrando que não podem satisfazer os três primeiros critérios listados acima.

Fonte: Retirado e adaptado de Waldner (2015, p. 128)

Waldner (2015) define tais critérios como o “padrão de completude” (*completeness standard*), pois ele exige um diagrama causal abrangente, um conjunto completo de inferências descritivas sobre configurações históricas específicas para o diagrama e um conjunto completo de inferências sobre os processos causais que originam eventos no diagrama causal. (WALDNER, 2015).

Ainda segundo Waldner (2015), o *completeness standard* contribuiria de 3 (três) formas significativas sobre a validade dos processos causais do rastreamento de processo. Por um lado, (1) o padrão de completude esclareceria o conceito de um procedimento. Um procedimento pode ser entendido como a sequência de etapas intermediárias entre uma causa e seu efeito. Assim, o autor sugere o uso de um diagrama causal como a melhor medida do que constitui integralidade; ou seja, os

³³ Um gráfico causal (...) é uma representação ou modelo de uma cadeia de relações de causa e efeito, começando com uma variável independente, X, passando por variáveis intervenientes ou mediadoras, M1, M2, e concluindo seu nó terminal, Y, representando a variável de resultado. $X \rightarrow M_1 \rightarrow M_2 \rightarrow Y$ (WALDNER, 2015, p. 130-131).

pontos em um diagrama causal representariam “todas as etapas intermediárias” de uma hipótese. (WALDNER, 2015).

Neste ponto, Waldner (2015) advoga pelo *completeness standard* na medida em que este clareia a ideia de um “processo causal” através dos “gráficos causais”, como o melhor instrumento para a continuidade deste mesmo processo, entendendo o último como os “nós” que constituem e todas as etapas intermediárias (intervenientes) do processo causal.

Uma segunda contribuição do “padrão de completude” é que ele forneceria o conteúdo necessário ao processo de rastreamento de um mecanismo causal. Pois aplicar uma hipótese a um conjunto de testes de análise [*hoop and smoking gun tests*]³⁴ não pode ser equivalente de maneira direta ao rastreamento de um processo causal. A ferramenta do gráfico causal teria a finalidade de definir um conjunto limitado de hipóteses causais, cada uma baseada na identificação de um grupo de mecanismos causais e que, em conjunto, têm uma relação específica com o resultado. (WALDNER, 2015).

Acerca disto, Waldner (2015) defende que o *completeness standard*, juntamente ao uso do gráfico causal e suas etapas intervenientes, já possuiriam hipóteses suficientemente delimitadas e, além disso, os eventos de um caso representam cada nó do gráfico causal, e um conjunto de eventos é capaz de gerar o conjunto subsequente de eventos através do mecanismo relevante, sem a necessidade de um número arbitrário de testes. (*Hoop tests* e *smoking gun tests*). (WALDNER, 2015).

Uma terceira contribuição do *completeness standard* é que ele estabeleceria uma diretriz de encerramento [*stopping rule*] altamente importante. O rastreamento de processo necessita de uma diretriz de uma “regra de parada”, um padrão que, uma vez alcançado, seja suficiente para justificar a crença de que uma afirmação sobre uma relação de causa e efeito resistiu ao escrutínio de sua validade hipotética e a crença em sua veracidade aproximada é mais razoável que a incredulidade. (WALDNER, 2015).

³⁴ Segundo Mahoney (2012): “*Hoop tests*” e “*smoking gun tests*” podem ser usados para avaliar hipóteses que propõem que (1) ocorreram certos eventos ou processos não observados específicos e (2) existe uma conexão causal entre dois ou mais eventos ou processos. O primeiro tipo de hipótese envolve uma inferência descritiva sobre o que realmente aconteceu na história de um determinado caso. O segundo tipo de hipótese busca estabelecer causalidade entre eventos ou processos que se acredita ter ocorrido em um determinado caso. A certeza precisa das inferências derivadas de “*hoop tests*” e “*smoking gun tests*” podem variar. Idealmente, os “*hoop tests*” eliminam convincentemente hipóteses, enquanto os “*smoking gun tests*” confirmam de forma convincente hipóteses. (MAHONEY, 2012, p. 3 – tradução própria).

Em outras palavras, a “regra de parada”, especialmente dentro do escopo metodológico do rastreamento de processo para explicação de resultado, garante o encerramento pela procura de inúmeras explicações para o mecanismo uma vez que uma explicação suficiente é encontrada. Ao se deparar com uma explicação suficiente das etapas intermediárias (intervenientes) do mecanismo causal analisado, a *stopping rule* garante que - após a validação da hipótese inicialmente levantada sobre determinada causalidade – o processo de validação e de explicação desejado se encerre por ali.

Em suma, o *completeness standard* adicionaria informações relevantes aos conceitos tanto de “processo” quanto de “rastreamento”. Ele estabeleceria uma diretriz para determinar quando um processo foi suficientemente rastreado a ponto de ser descritivamente, e metodologicamente, válido. Além disso, estabelece um critério para determinar quando o rastreamento do processo resulta em uma validade causal e explicativa mais adequada. (WALDNER, 2015).

Waldner (2015) alega, ainda, que sua proposta não seria de que a estrutura de testes de hipóteses advinda de Van Evera ou mesmo a análise bayesiana proposta por Bennett, sejam componentes essenciais do rastreamento de processos. Ambos são fundamentais para a iniciativa e estão alinhados com o modelo apresentado. O *completeness standard* teria um valor significativo ao impor exigências substanciais aos acadêmicos e pesquisadores que pretendem reivindicar uma adequação causal e explicativa. Essas obrigações não são explicitamente abordadas pelos padrões já existentes. (WALDNER, 2015).

3.1.2. A Metodologia de Estudo de Caso e sua Relação com o Rastreamento de Processo

George e Bennet (2005) definem um *caso* como uma categoria de uma “classe de eventos”. Entende-se uma *classe de eventos* como “um fenômeno de interesse científico” como, por exemplo, revoluções, guerras, sistemas econômicos, etc., que um pesquisador seleciona para estudar com o objetivo de desenvolver ou explicar uma teoria, ou desenvolver um conhecimento genérico no que diz respeito às similaridades ou diferenças entre casos dessa mesma classe de eventos. Em outras palavras, um estudo de caso é, portanto, um aspecto bem definido de um episódio histórico que o investigador seleciona para análise, e não o evento histórico em si. (GEORGE e BENNET, 2005).

Os autores reconhecem quatro (4) vantagens da utilização dos estudos de caso que os tornam importantes no teste de hipóteses e na construção de teorias. São elas: (GEORGE e BENNET, 2005, p. 40).

- O seu potencial para alcançar uma elevada validade conceitual;
- Os seus procedimentos rigorosos para promover novas hipóteses;
- O seu valor como um meio útil para examinar de perto o papel hipotético dos *mecanismos causais* no contexto de casos individuais;
- E sua capacidade de abordar a *complexidade causal*.³⁵

A relação entre a metodologia de estudo de caso e os mecanismos causais presentes nos casos analisados são particularmente importantes na medida em que possuem ligação com o método causal-explicativo do rastreamento de processo. Ainda segundo George e Bennet (2005), estudos de caso também necessitam de evidências sólidas de *process-tracing* para registrar interações complexas. Nesse sentido, a metodologia do rastreamento de processo tenta estabelecer, empiricamente, as variáveis intervenientes e as implicações que se espera ser verdade em um caso na eventualidade de uma explicação para este caso ser verdade. (GEORGE e BENNET, 2005).

Para George e Bennet (2005), o *process-tracing* seria um dos meios de se aproximar dos mecanismos, ou “micro fundações” de um fenômeno. Desta forma, os modelos e mecanismos causais pertencentes ao *process-tracing* deve levar em conta cada etapa de um processo causal hipotetizado para que esse processo possa, então, constituir uma *explicação histórica* do caso analisado. (GEORGE e BENNET, 2005). A explicação histórica de um caso tem por objetivo explicar cada passo de um processo, de maneira fragmentada, que leva (levou) a um resultado histórico. (DESSLER *apud* GEORGE e BENNET, 2005, p. 177). Em outras palavras:

No rastreamento de processos, o pesquisador examina histórias, documentos de arquivo, transcrições de entrevistas e outras fontes para ver se o processo causal que uma teoria supõe ou implica em um caso é de fato evidente na sequência e nos valores das variáveis intervenientes naquele caso. (...). O rastreamento de processos também pode desempenhar uma função heurística, gerando novas variáveis ou hipóteses com base em sequências de eventos observados indutivamente em estudos de caso. (GEORGE e BENNET, 2005, p. 24 – tradução própria).

³⁵ O intuito desta seção não é descrever e pormenorizar todas as referidas vantagens. Mas, sim, mencioná-las a título de exemplificação e demonstração da importância dos mecanismos causais para os estudos de caso. Para maiores detalhes e informações sobre as quatro (4) vantagens, ver George e Bennet (2005).

Assim sendo, os estudos de caso investigam minuciosamente como os mecanismos causais operam em contextos individuais. Dentro de um caso específico, é possível analisar uma variedade de variáveis intervenientes e observar de forma dedutiva quaisquer aspectos inesperados na operação de um mecanismo causal particular ou identificar as condições que ativam esse mecanismo dentro do caso. (GEORGE e BENNET, 2005).

Uma das variações mais importantes do rastreamento de processo como método de pesquisa, é a **narrativa** detalhada do caso analisado que tem por objetivo lançar luz em como um caso se sucedeu. Uma *narrativa minuciosa e abrangente pode oferecer informações suficientes sobre os potenciais mecanismos causais em um caso*, permitindo que um pesquisador identifique que tipo de rastreamento de processos seria pertinente para uma explicação mais fundamentada teoricamente. Além disso, **a explicação almejada**, através da narrativa desenvolvida, sobre o mecanismo causal de um caso, pode ser **deliberadamente seletiva**, ou seja, **foca em fatos que se acredita ser particularmente importante para uma explicação adequada ou parcimoniosa**. (GEORGE e BENNET, 2005).

Robert Yin (2015), assim como Campbell e Yin (2018), são consonantes com as proposições acerca do aspecto narrativo do *process-tracing* ao fazer considerações sobre o que este chama de “construção explicativa” (*explanation building*). De acordo com estes autores, “explicar” um fenômeno seria estabelecer um conjunto de conexões causais sobre “como” ou “por que” algo ocorreu e, tal construção explicativa ocorre na forma de *narrativa* do caso apresentado. (YIN, 2015; CAMPBELL e YIN, 2018)

Entre as vantagens e alcances do método de estudo de caso, com foco para a utilização do rastreamento de processo, estão sua capacidade de (1) alcançar uma alta validade conceitual; (2) os fortes procedimentos para levantar novas hipóteses a respeito de um caso; (3) sua utilidade como uma ferramenta eficaz para investigar minuciosamente o potencial desempenho dos mecanismos causais dentro de contextos de casos específicos; e (4) sua habilidade para lidar com a complexidade causal. (GEORGE e BENNET, 2005).

Contudo, há, também, as limitações e *trade-offs* pertencentes a este mesmo método. Dentre estes estariam (1) o problema inerente de quais casos selecionar; (2) o *trade-off* entre a parcimônia e a riqueza de detalhes; e (3) o dilema associado entre obter uma alta validade interna e oferecer boas interpretações históricas de casos individuais em vez de elaborar generalizações que se apliquem a uma ampla gama de situações.

Além disso, tais limitações também englobariam uma (I) relativa incapacidade de fazer avaliações sobre a frequência ou representatividade de casos individuais em uma amostra maior de casos, e uma (II) habilidade limitada de estimar a média de “impactos causais” das variáveis em mais casos. (GEORGE e BENNET, 2005).

3.2. Bibliografias e Fontes Relevantes ao Caso Escolhido

Uma vez que o objetivo aqui proposto é identificar e/ou comprovar a existência de questões de reputação, credibilidade e imagem na Guerra do *Yom Kippur* como uma explicação suficiente do resultado da guerra, é necessário que haja evidências em documentos que vão além de uma bibliografia pura e estritamente acadêmica. Com toda a certeza, os estudos já conduzidos por especialistas e estudiosos do assunto serão de grande valia para a presente pesquisa; uma vez que o conflito em questão completou, em outubro de 2023, 50 anos de sua ocorrência, seria impraticável não acessar as informações acadêmicas já existentes.

No entanto, para que a presente tese não seja “vítima” do “vício” da pesquisa puramente acadêmica, é de suma importância que haja a análise e consideração de fontes relevantes³⁶ que tragam as nuances necessárias ao argumento discorrido. Desta forma, utilizar-se-á três (3) fontes fora do escopo estritamente acadêmico - e suas ramificações - relevantes ao caso: *The Egyptian Strategy for the Yom Kippur War* (2009); *The Crossing of the Suez* (2003)³⁷; e a Comissão Agranat (1974)³⁸.

The Egyptian Strategy for the Yom Kippur War (2009) é de autoria de Dani Asher, um ex-oficial de Inteligência do Comando do Sul (*Southern Command's Intelligence Officer*) das Forças de Defesa de Israel (IDF – *Israel Defense Forces*). Durante seus anos de serviço para a IDF, Asher adquiriu e coletou informações únicas

³⁶ Por “fontes relevantes”, entende-se documentos, livros, sites oficiais e/ou memorandos, a respeito da Guerra do Yom Kippur, publicados por autores presentes e atuantes à época da guerra, fora do meio estritamente acadêmico e científico, que trazem conteúdos e pontos de vista originais/únicos sobre o contexto.

³⁷ Segundo Yigal Sheffy (2006), muita informação sobre a Guerra permanece/permaneceu em segredo até os dias de hoje, levando anos, ou mesmo décadas, para a liberação de pouca informação realmente crucial tanto no Egito quanto em Israel. Com relação ao Egito, “as únicas fontes de alto nível disponíveis que apresentam a versão egípcia são memórias de políticos egípcios e agentes seniores”. (SHEFFY, 2006, p. 810).

³⁸ E com relação à Israel, “também em Israel, muita informação permanece indisponível publicamente. A Comissão de Inquérito do Estado de 1974 nomeada para investigar os eventos da guerra (Comissão Agranat) habitou sobre a questão do engano, dedicando dez páginas de seu relatório ao assunto. No entanto, quando o relatório foi divulgado em 1995, todas as páginas relevantes permaneceram confidenciais”. (SHEFFY, 2006, p. 810).

sobre as forças armadas egípcias e seu *modus operandi* de guerra. (ASHER, 2009). Em suas próprias palavras:

Durante meus anos de serviço nas IDF (Forças de Defesa de Israel), tive a oportunidade de estudar várias facetas do inimigo e manter de perto “o outro lado”. Entre 1970 e 1971, eu era o oficial de inteligência do Comando do Sul e, nessa capacidade, fui responsável por realizar pesquisas sobre o exército egípcio e rastrear cuidadosamente seus longos preparativos de guerra. (ASHER, 2009, p. vii – tradução própria).

Asher foi um oficial de inteligência militar responsável por inúmeras iniciativas de pesquisas sobre as movimentações egípcias e até mesmo sobre sua doutrina militar. O Prefácio de seu livro, apresentado pelo Major General Shlomo Gazit (Ex-chefe do escritório de inteligência militar de Israel), advoga em prol da importante contribuição de Asher para o assunto.

Este livro de Dani Asher acrescenta uma perspectiva crucial à nossa compreensão da guerra de Yom Kippur-uma perspectiva de que a Comissão Agranat (o [blue-ribbon panel]³⁹) que investigou os contratemplos na inteligência israelense que levou à guerra) não examinou. (...). Ele analisa meticulosamente e descreve o que aconteceu “do outro lado”: a transformação na percepção estratégica do Egito. (...). O autor apresenta uma descrição detalhada do planejamento e dos preparativos que começaram após a guerra de seis dias e que criou uma organização militar capaz de cumprir suas tarefas. (...). O autor fornece uma análise completa da guerra, baseando sua pesquisa na riqueza de documentos capturados pelas IDF, que lhe permitiram ver a campanha através dos olhos dos egípcios. (ASHER, 2009, p. 1-2 - *Foreword* – tradução própria).

Em suma, Asher (2009) traz uma perspectiva original e com pontos de vista sobre a Guerra do Yom Kippur que nem mesmo a própria Comissão Agranat conseguiu trazer. Talvez, um dos principais pontos da contribuição de Asher para o entendimento mais detalhado da guerra, seja apresentar a perspectiva Egípcia, do ponto de vista de um analista e oficial de inteligência israelense.

The Crossing of the Suez (2003) conta com a contribuição do *Liutenant General* Saad El Shazly, um general egípcio e chefe das forças armadas do Egito à época da guerra de 1973. Sobre sua obra, em suas próprias palavras, ele afirma que se trata de um memorando militar, se registro como Chefe de Gabinete das Forças Armadas do Egito durante a Guerra de 1973 e, além disso, em sua visão, seria o único memorando deste

³⁹ “Blue-ribbon panel” é uma expressão em inglês que descreve um conjunto restrito de especialistas ou profissionais em um domínio específico. Esse conjunto costuma ser constituído com o propósito de analisar, pesquisar ou aconselhar em relação a questões de grande complexidade ou relevância. A terminologia “blue-ribbon” é empregada neste contexto como um adjetivo para denotar que o comitê é formado por indivíduos altamente qualificados, com vasta experiência e respeitados em sua área de atuação. (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2023).

tipo, sem equivalente, escrito por um comandante egípcios da contemporaneidade. (SHAZLY, 2003).

Na seção “*Sobre o Autor*”, em seu livro, Shazly é descrito como a pessoa de maior destaque das forças armadas do Egito; O principal responsável pela bem-sucedida travessia do Canal de Suez e pela captura da linha Bar Lev e é amplamente reconhecido no mundo árabe como um herói. (SHAZLY, 2003).

A contribuição de Shazly, similarmente à de Asher, se baseia em uma visão e perspectiva únicas, como um oficial militar em exercício, além do acesso a informações e documentações, sobre a guerra de 1973, que não seriam, ou não poderiam, ser acessados de outra maneira senão devido à autoridade inerente de seu ofício.

Já a Comissão *Agranat* ⁴⁰ é a análise oficial do governo de Israel sobre o desempenho das forças de defesa de Israel durante o conflito do Oriente Médio em outubro de 1973. (FULL AGRANAT REPORT..., 2023). Por questões de confidencialidade e sensibilidade das informações (*classified information*) prestadas aos membros, a comissão lançou um documento preliminar em abril de 1974 explicando as razões pelas quais as Forças de Defesa de Israel não estavam prontas para o combate. (FULL AGRANAT REPORT..., 2023).

A questão da liberação de informações confidenciais, para Israel, é tão veemente e sensível a Israel, que, no dia 10 de julho de 1974, a Comissão divulgou um segundo documento preliminar que, ao contrário do primeiro, foi amplamente censurado. Este documento, composto por 423 páginas distribuídas em dois volumes, teve apenas cerca de seis páginas introdutórias aprovadas para publicação pela Comissão. O terceiro e último relatório Agranat, apresentado ao governo e ao Comitê de Relações Exteriores e Defesa do Knesset em 30 de janeiro de 1975, é um extenso trabalho de 1.511 páginas, dividido em sete volumes. Similar ao segundo relatório, seu conteúdo foi extensamente censurado e permaneceu inacessível ao público em geral. Foi somente em 1995 que parte do relatório ficou disponível a pesquisadores e acadêmicos dentro das instalações da IDF e da IDFA (*Israel Defense Establishment Archives*), sendo omitidas, contudo, 48 páginas que lidavam exclusivamente com assuntos de inteligência. (6TH OCTOBER WAR, 2020).

Ainda assim, para os propósitos desta pesquisa, será possível utilizar o Relatório Provisório de 1974, disponível no *site* oficial do *Center for Israel Education* (CIE), que

⁴⁰ Nome recebido em homenagem ao então Chefe de Justiça israelense, e membro da Comissão, Simon Agranat. (6TH OCTOBER WAR, 2020).

traz as principais conclusões da Comissão sobre os motivos ou razões pelas quais Israel foi surpreendido no dia 6 de outubro de 1973 e os motivos pelos quais não estava preparado para o ataque tanto do Egito, quanto da Síria. (AGRANAT COMISSION, 2023).

Por fim, mas não menos importante, utiliza-se como fonte principal, de forma relativamente exclusiva, o livro de Uri Bar-Joseph (2005) *The Watchman Fell Asleep: The Surprise of Yom Kippur and Its Sources*. Existem certas restrições de pesquisa neste contexto que complicam a incorporação de outros autores além de Uri Bar-Joseph. Em primeiro lugar, apesar de ter sido publicado em 2005, o livro de Bar-Joseph ainda é amplamente considerado como a obra mais abrangente e fundamental para o campo da Guerra do Yom Kippur e do conflito árabe-israelense em geral. (MIDDLE EAST JOURNAL, 2013; SPY LEGENDS AGENCY, 2020; HARPER COLLINS PUBLISHERS, 2024; JEWISH BOOK COUNCIL, 2024).

Outros estudos sobre o tema, embora abundantes, não oferecem o mesmo nível de detalhamento sobre o processo, como o livro de Bar-Joseph (2005) que se mostrou essencial para esta pesquisa. Além disso, a busca e utilização de fontes primárias sobre a guerra, como entrevistas, documentos governamentais oficiais e discursos, também representam um desafio considerável para a pesquisa, uma vez que a maioria dessas fontes ainda são sigilosas - mesmo após 50 anos da Guerra, o governo de Israel ainda não disponibilizou integralmente tais documentos ao público. E, as que já estão disponíveis ao “público”, permanecem em hebraico, o que significa que ainda não foram traduzidas para o inglês, o que restringe significativamente a pesquisa devido à necessidade de uma tradução precisa de termos e palavras que podem ter impacto nas informações necessárias para testar a hipótese proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARCIAIS

Este capítulo tratou dos aspectos teóricos e metodológicos do rastreamento de processo como a metodologia escolhida para a presente tese e consequente teste de hipótese da pesquisa proposta, além da relação da metodologia de estudo de caso com o próprio rastreamento de processo e sua validade para a presente pesquisa. O rastreamento de processo para explicação de resultado, juntamente à noção metodológica do estudo de caso, na forma de narrativa detalhada do mecanismo causal, para a explicação de determinado caso ou processo histórico, em paralelo às fontes fora do escopo estritamente acadêmico a serem utilizadas, demonstra ser uma metodologia

condizente para a presente pesquisa na medida em que se propõe a uma explicação causal suficiente, sobre a Guerra do *Yom Kippur*, levando em consideração questões de reputação, credibilidade e imagem como variáveis intervenientes do mecanismo causal, que não se encontra, de maneira clara e direta, em outros estudos e pesquisa sobre o assunto.

CAPÍTULO 4

A GUERRA DO YOM KIPPUR E SEUS PRINCIPAIS PROCESSOS

Quem repete o mantra: “O mar é o mesmo mar e os árabes são os mesmos árabes”, corre o risco de cair em uma armadilha que ele arma para si mesmo. (GAZIT, 2009, p. 2)

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais passos e processos, históricos, políticos, militares e de inteligência, que levaram à Guerra do Yom Kippur de 1973. A Guerra dos Seis Dias de 1967 foi a base primordial para que todos os acontecimentos posteriores tomassem forma, e a guerra de 1973 fosse planejada. A Guerra dos Seis Dias criou as fundações do que viria a ser um “trauma” para os árabes, especialmente Egito e Síria, e um marco de vitória para Israel e, nesse sentido, criou e nutriu todos os conflitos políticos e militares subsequentes entre Egito, Síria e Israel, como, por exemplo a Guerra de Atrito, e as movimentações militares até 6 de outubro de 1973. Os passos e processos descritos neste capítulo tratarão, fundamentalmente, da decisão egípcia em recorrer à guerra, das preparações e planejamento para o ataque, do papel da inteligência militar israelense e das manobras de engano postas em prática fundamentalmente pelo Egito.

Com relação ao papel e (re)ações da inteligência militar israelense, esta pesquisa baseou-se fundamentalmente nas contribuições de Uri Bar-Joseph sobre o assunto, especialmente seu livro *The Watchman Fell Asleep: The Surprise of Yom Kippur and Its Sources*. Em vista do que foi dito anteriormente, como o único do tipo até os dias de hoje, tal livro traz considerações, análises e descrições minuciosas de como se deu o processo de decisões e ações, tanto do lado árabe, quanto do lado israelense, que levaram à guerra de 1973, dia após dia, mês após mês. Em segundo lugar, Uri Bar-Joseph, de nacionalidade israelense, é considerado uma inegável referência em assuntos e questões do conflito árabe-israelense, especialmente no tocante à Guerra do Yom Kippur⁴¹.

⁴¹ Segundo o *The Middle East Journal*: Uri Bar-Joseph é professor da Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Haifa, Israel. Ele se concentra em estudos estratégicos e de inteligência, com foco especial no conflito árabe-israelense e na política de segurança israelense. Ele é autor de quase 80 capítulos de livros e artigos em revistas especializadas, como *Political Science Quarterly*, *The Journal of Conflict Resolution*, *Security Studies*, *Political Psychology* e *Armed Forces and Society*. Além destes, ele escreveu cinco livros, sendo os mais recentes *The Watchman Fell Asleep: The*

Desta forma, embora a seção sobre as ações e papel da inteligência militar de Israel tenha recorrido somente ao livro e autor citado, o mesmo faz uso de falas em entrevistas conduzidas pelo próprio autor, em Israel, com os oficiais e integrantes do governo inteligência militar de Israel, à época da guerra, além de documentos disponíveis somente em Israel, de oficiais do alto escalão da inteligência de Israel, em hebraico que, mesmo hoje, não são de fácil acesso.

4.1. MARCAS DO PASSADO: A GUERRA DOS SEIS DIAS (1967)⁴² COMO UM PRELÚDIO À GUERRA DO YOM KIPPUR

A Guerra dos Seis Dias foi desencadeada como resultado de uma série de eventos, tanto políticos quanto militares, e também de ocorrências passadas, como a Guerra de 1948 e a Guerra do Suez em 1956, que foram interpretados de maneira equivocada. De acordo com Cleveland e Bunton (2009), o conflito árabe-israelense, em uma perspectiva ampla, teve um impacto significativo nas atitudes e comportamento dos participantes da guerra de 1967. Em relação a Israel, persistia um constante sentimento de insegurança, especialmente diante da possibilidade de um ataque militar unificado por todas as nações árabes. Já para os Estados árabes, as lembranças da vitória israelense em 1948 e da invasão israelense ao Egito em 1956 desempenharam um papel ativo em sua consciência política. (CLEVELAND & BUNTON, 2009).

Do ponto de vista árabe, havia a crença de que “Israel representava uma extensão expansionista do imperialismo ocidental” e que, em algum momento, conduziria um ataque contra os povos árabes para ampliar seus territórios colonizados. Em contrapartida, Israel estava atento à propaganda árabe sobre o aumento do poder militar e ficou alarmado com o fornecimento de armas soviéticas ao Egito, Síria e

Surprise of Yom Kippur and Its Sources (hebraico, edição revisada, 2013) e *The Angel: Ashraf Marwan, the Mossad, and the War of Yom Kippur* (hebraico, 2011). (MIDDLE EAST JOURNAL, 2013).

De acordo com a agência acadêmica *Spy Legends*, criada para a apresentação e descrição de acadêmicos seniores especializados em temas como espionagem, segurança e inteligência: “O Prof. Uri Bar-Joseph obteve seu doutorado em 1990 pela Universidade de Stanford, sob a supervisão de Alexander George. Bar-Joseph é mais conhecido por seus estudos sobre o fracasso da inteligência da guerra de Yom Kippur. Seu livro, *The Watchman Fell Asleep* (SUNY, 2005), é o primeiro estudo acadêmico detalhado do assunto e é considerado o estudo mais importante nesse campo. A edição hebraica (2001) ganhou o prêmio Best Book da Associação Política de Ciências Políticas em 2002”. (SPY LEGENDS AGENCY, 2020, s/p).

O *Harper Collins Publishers* e o *Jewish Book Council* salientam Bar-Joseph como autor de livros sobre inteligência, estratégia, segurança nacional com ênfase sobre o conflito árabe-israelense. (HARPER COLLINS PUBLISHERS, 2024; JEWISH BOOK COUNCIL, 2024).

⁴² Esta seção se utilizou, em parte, do conteúdo presente na dissertação de mestrado do próprio autor, sobre a Guerras dos Seis Dias e Yom Kippur, para ambientar o pano de fundo histórico a que este capítulo se destina. Ver Referências Bibliográficas: MAIA (2020).

Iraque. Assim, a intensa rivalidade entre árabes e israelenses gerava uma constante sensação de insegurança em ambas as partes. Apesar dos incidentes entre Israel e grupos guerrilheiros palestinos, que realizavam ataques terroristas contra Israel através da Jordânia, os Estados árabes estavam “mais preocupados com questões interárabes do que com Israel”. Um exemplo disso era a prioridade de Nasser em revitalizar a economia egípcia enquanto tentava recuperar sua posição de liderança árabe, prejudicada pela incapacidade egípcia de fazer isso durante o conflito no Iêmen à época. (CLEVELAND & BUNTON, 2009, p. 337-338).

Entretanto, em maio de 1967, os serviços de inteligência sírios e soviéticos alegaram que Israel estava se preparando para atacar a Síria em resposta a ataques maciços realizados por guerrilheiros palestinos através da Síria. De acordo com Shlaim (2014), outras figuras públicas de Israel também empregaram uma linguagem assertiva, o que foi amplamente interpretado pelo mundo árabe como um indicativo da intenção de Israel de derrubar o regime sírio por meios militares. (SHLAIM, 2014). De acordo com Cleveland e Bunton (2009), as informações não eram totalmente corretas, mas naquele contexto foram divulgadas para serem a verdade. (CLEVELAND & BUNTON, 2009).

Dessa forma, além de se encontrar politicamente compelido a não permanecer passivo diante da situação, Nasser enxerga nesses eventos uma oportunidade única para recuperar sua liderança no mundo árabe e adota uma série de medidas em resposta às ameaças e movimentações israelenses. A primeira medida foi o envio de tropas ao Sinai, seguido pelo pedido de retirada da operação especial de manutenção da paz (*peacekeeping*) das Nações Unidas na península do Sinai e, por fim, determinou o bloqueio à passagem de navios israelenses pelo Estreito de Tiran, no Golfo de Ácaba. Nasser dificilmente antecipava ou desejava entrar em guerra contra Israel naquele momento. Contudo, essas ações indicavam a preparação para um ataque total ao Estado judeu, fazendo com que este se sentisse pressionado a adotar medidas preventivas extremas e intensificar o conflito. (SHLAIM, 2014; CLEVELAND & BUNTON, 2009; MASSOULIÉ, 1996; LARON, 2017; TUTTLE, 2008).

Incapaz de aceitar politicamente as ações egípcias e temendo consequências prolongadas caso não respondesse, Israel e seus líderes, especialmente o então Primeiro Ministro Levi Eshkol, decidem agir militarmente. Assim, em 6 de junho de 1967, Israel lança um ataque surpresa, destruindo a aviação de combate egípcia ainda em solo. Segundo Tuttle (2008), a Força Aérea Israelense (FAI) realizou um ataque preventivo,

destruindo a força aérea egípcia em terra e eliminando seis bases egípcias, sendo quatro no Sinai, em um período de 30 minutos. (TUTTLE, 2008).

No mesmo dia, os pilotos israelenses também destroem as forças aéreas da Síria e da Jordânia. Após conquistar o controle aéreo, Israel mobiliza suas tropas em todos os fronts para enfrentar os exércitos da Síria, Egito e Jordânia. Em seis dias, a guerra é vencida, e o Egito perde o controle da Península do Sinai e do Canal de Suez, enquanto Síria e Jordânia perdem as Colinas de Golã e a Cisjordânia, respectivamente. (SHLAIM, 2014; CLEVELAND & BUNTON, 2009; MASSOULIÉ, 1996; TUTTLE, 2008).

A Guerra dos Seis Dias deixou uma marca profunda nos povos árabes. Segundo Asher (2009),

O mundo árabe- especialmente o Egito- foi traumatizado por sua derrota abjeta na Guerra dos Seis Dias e experimentou uma crise ideológica da primeira magnitude, pois se envolveu em uma “procura da alma” pelas razões do fracasso. A **autoimagem** árabe-previousmente a de uma sociedade revigorada e o aumento do poder mundial-colocado em novas profundezas. (ASHER, 2009, p. 13 – tradução própria, ênfases adicionadas).

Nas palavras de Tuttle (2008), “a derrota esmagou **a moral árabe** e a confiança militar”. (TUTTLE, 2008, p. 59). A notável facilidade com que as forças armadas israelenses derrotaram três Estados árabes criou uma **impressão de “invencibilidade”** em relação ao Estado judeu. Com a posse de territórios que antes pertenciam aos seus vizinhos, Israel demonstrou uma clara falta de disposição para prosseguir com as negociações sobre os territórios palestinos e os assentamentos judeus. (CLEVELAND & BUNTON, 2009).

Contudo, a vitória israelense também trouxe desafios significativos. Ao assumir o controle do *West Bank*, da Faixa de Gaza, das Colinas de Golã e do Sinai, Israel se viu administrando uma nova população árabe de 1,5 milhão de pessoas; isso, de acordo com Cleveland e Bunton (2009), colocou em destaque questões significativas sobre a natureza do Estado de Israel em relação à sua composição religiosa e às suas tradições democráticas. (CLEVELAND & BUNTON, 2009, p. 339); Além disso, mais de 300 mil palestinos se tornaram refugiados nos países vizinhos devido à guerra, gerando uma crise humanitária na região. (SHLAIM, 2014; MASSOULIÉ, 1996)⁴³.

⁴³ Para mais detalhes históricos sobre a Guerra dos Seis Dias, ver Laron (2017).

4.2. UM PANORAMA HISTÓRICO GERAL SOBRE A GUERRA DO YOM KIPPUR⁴⁴

Na década de 1970, o mundo árabe ainda enfrentava considerável inquietação devido aos eventos das últimas décadas. A criação do Estado de Israel e as guerras subsequentes, especialmente a de 1948 e a de 1967, permaneciam vívidas na memória árabe como grandes **derrotas morais** e, sobretudo, territoriais. Especificamente para Egito e Síria, a reafirmação da retórica árabe e a recuperação dos territórios perdidos para Israel na Guerra dos Seis Dias eram imperativos que transcendiam a questão palestina. Era um impulso instintivo de buscar vingança pela perda e retaliar contra a derrota infligida por Israel. Para esses dois Estados, uma outra guerra tornou-se inevitável e, de fato, vista como necessária como o único meio de restaurar as fronteiras pré-1967. (KAMRAVA, 2005). Segundo Tuttle (2008), Sadat não considerou outra alternativa senão mostrar a competência do Egito e recuperar a **honra** nacional egípcia pela força. (TUTTLE, 2008).

A responsabilidade de liderar essa missão, e obter sucesso, agora recaía sobre Anwar Sadat, que assumiu a presidência do Egito após a morte de Nasser. Sadat precisava equilibrar os conflitos políticos internos, bem como os desafios econômicos e sociais do Egito. Além disso, ele buscava **construir uma reputação** e popularidade comparáveis às de Nasser para alcançar os objetivos em pauta. A ocupação do Sinai e do Canal de Suez por Israel não apenas prejudicava o capital político do Egito, mas também impactava negativamente a economia devido à extensa mobilização militar no deserto do Sinai. Reaver o controle do Sinai não se limitava apenas a uma razão política ou nacional; tornava-se cada vez mais uma questão de sustento econômico. (KAMRAVA, 2005).

Dessa forma, tais “responsabilidades” políticas levaram Sadat a iniciar uma campanha diplomática ambiciosa logo após assumir a presidência do Egito, com o objetivo primordial de garantir as concessões territoriais feitas por Israel em relação ao Sinai. Essas concessões foram obtidas inicialmente por meio das Nações Unidas, um dos principais mediadores dos conflitos entre os dois países, e também pelos Estados Unidos, que atuaram ativamente por meios diplomáticos na tentativa de encerrar a

⁴⁴ A “Guerra do Yom Kippur” também é conhecida e referida como a “Guerra de Outubro” por alguns autores. Utiliza-se a primeira nomenclatura visto que ela é utilizada de maneira recorrente pela literatura sobre a temática, e alude, um pouco mais, a que guerra e Estados se refere através do termo “Yom Kippur”, que é ligeiramente mais específico que “Outubro”.

Guerra de Atrito no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ainda durante o governo de Nasser. (KAMRAVA, 2005).

A Guerra de Atrito desempenhou um papel crucial na relação entre Egito e Israel, uma vez que seus desdobramentos serviriam como o cenário e a base sobre os quais Sadat fundamentaria sua diplomacia para conduzir a guerra de 1973 (KAMRAVA, 2005). Essa guerra teve início com os ataques egípcios às forças israelenses que ocupavam o Canal de Suez em 1969. Nasser buscava, com esses ataques, impedir Israel de estabelecer o canal como uma fronteira efetiva com o Egito, aumentar os custos da ocupação do Sinai para Israel, infligindo perdas constantes de soldados e equipamentos e, eventualmente, forçar sua retirada para as fronteiras pré-1967 (KAMRAVA, 2005). De acordo com Dunstan (2003), a Guerra de Atrito foi a resposta egípcia à construção israelense da “Linha Bar-Lev”⁴⁵, envolvendo uma continuidade da campanha de bombardeios das novas posições de Israel, aliada às incursões no Canal e ao ressurgimento dos ataques de guerrilha e terrorismo dentro do Estado judeu. Israel retaliou aos ataques egípcios com ofensivas aéreas e movimentações de tropas, visando pressionar o Egito a aceitar um cessar-fogo e, ao mesmo tempo, buscar uma “mudança de regime” dentro do Egito. (DUNSTAN, 2003).

Já Asher (2009) afirma que, os egípcios empreenderam esforços consideráveis para evitar um *status quo* no Canal de Suez e optaram pela Guerra de Atrito, com o intuito de alcançar diversos objetivos vagamente definidos, que devem ter incluído (ASHER, 2009, p. 28):

- Forçar Israel a fazer concessões políticas;
- Aplicar pressão física sobre Israel para se retirar do canal;
- Manter a comunidade internacional ciente continuamente da crise do Oriente Médio e;
- Proteger a estatura do Egito *in the homefront*⁴⁶ e no mundo árabe e **projetar a imagem do regime** como um guerreiro invicto ainda de pé e revidando.

⁴⁵ Nome cunhado em homenagem ao Chefe de Estado Maior israelense, Chaim Bar-Lev. (DUNSTAN, 2003)

⁴⁶ Na ausência de uma tradução direta para o termo em português, escolheu-se manter o original. *Homefront*: Termo em inglês utilizado para se referir: à “população civil e as atividades de uma nação cujas forças armadas estão envolvidas em uma guerra no exterior”. (GOOGLE TRADUTOR, 2024); “População que fica em seu próprio país durante uma guerra no exterior”. (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2024); “O setor civil de uma nação em guerra quando suas forças armadas estão em combate no exterior”. (COLLINS DICTIONARY, 2024).

E, além destes, Asher (2009) identifica outros três (3) objetivos da Guerra de Atrito que seriam, (ASHER, 2009, p. 57):

- Quebrar o impasse internacional [desde a Guerra dos Seis Dias de 1967];
- Enfraquecer Israel e forçando-o a desistir das terras capturadas por conta de pesadas baixas e tensão econômica;
- **Recuperar o prestígio do regime egípcio**, demonstrando sua disposição e capacidade de continuar lutando, apesar da derrota esmagadora em 1967.

A Guerra de Atrito resultou em um abalo na moral israelense, mas, no final, Israel conseguiu manter uma parte significativa da Linha Bar-Lev e não estava disposto a concordar com a retirada de tropas dos territórios ocupados pelo Egito. Para o Egito, a guerra foi considerada um “sucesso”, pois conseguiram sustentar um conflito mais prolongado contra Israel em comparação com a guerra de 1967, apesar das numerosas baixas militares e civis. (DUNSTAN, 2003). Kamrava (2005) corrobora, afirmando que Israel se via como o “verdadeiro vencedor” desses confrontos com o Egito, e apesar da considerável assistência soviética, o Egito fez pouco progresso tangível em seu dispendioso confronto com a IDF. Com a vantagem do *status quo* anterior, Israel permanecia relutante em buscar um acordo com o Egito. (KAMRAVA, 2005).

Retornando ao presidente Anwar Sadat, recém-empossado no Egito, ele ainda não estava em posição de assinar qualquer acordo com Israel, pois territórios vitais para o Egito estavam sob ocupação israelense. Diante desse cenário, e considerando todas as circunstâncias, Sadat teve de decidir se iniciaria outra guerra contra Israel ou não. Em julho de 1972, Sadat expulsou aproximadamente quinze (15) mil conselheiros militares soviéticos, que estavam auxiliando na reconstrução das forças armadas egípcias desde a guerra de 1967, e também cortou relações diplomáticas com a Jordânia sob um pretexto relativamente insignificante - uma proposta do Rei Hussein para criar uma federação jordaniana com soberania sobre os palestinos. (KAMRAVA, 2005).

A então Primeira Ministra Golda Meir e outros membros da linha-dura israelense interpretaram as **ações de Sadat como um sinal de fraqueza estratégica** e militar. Na visão deles, os egípcios, **após a derrota decisiva em 1967, deixaram de representar uma ameaça significativa para Israel**, especialmente considerando a perda do apoio soviético e a aliança com a Jordânia. No entanto, a verdadeira intenção de Sadat era ganhar liberdade e flexibilidade para levar, junto com a Síria, a guerra a Israel. (KAMRAVA, 2005). Além do mais, Sadat acreditava que ao quebrar a “muralha

impenetrável” de Israel, protegendo o Canal de Suez, seria possível provar a competência militar egípcia e **reconquistar o orgulho nacional**. (TUTTLE, 2008).

Deste modo, na madrugada de 6 de outubro de 1973, durante o mês sagrado muçulmano do Ramadã e do Yom Kippur - Dia da Expição - dia sagrado para os judeus. (KAMRAVA, 2005; DUNSTAN, 2003), forças egípcias e sírias realizaram ataques coordenados nas posições israelenses ao longo do Canal de Suez e das Colinas de Golã, respectivamente. No Sinai, o Egito empregou setecentos tanques para romper as fortificações da Linha Bar-Lev, e, até o fim do dia, as forças sírias recapturaram toda a extensão das Colinas de Golã. Embora Israel tenha tentado responder com ataques aéreos para impedir os sírios de ganharem mais território, não obteve sucesso. No Sinai, o contra-ataque israelense, que resultou em uma das maiores batalhas de tanques desde a Segunda Guerra Mundial, também falhou em expulsar o Egito do Suez. Nos primeiros três dias de batalha, a vitória egípcia e síria parecia certa. (KAMRAVA, 2005).

No entanto, mesmo com os ganhos rápidos e a aparente vitória do lado árabe, o curso da guerra mudou dramaticamente a favor de Israel, principalmente por duas razões. A primeira delas estaria relacionada à “psicologia da guerra” e suas implicações táticas:

Aparentemente, as forças sírias e egípcias ficaram impressionadas com a facilidade com que haviam ultrapassado as forças israelenses e não haviam realmente planejado o que fazer depois de recuperar o território perdido. Por outro lado, os israelenses logo superaram o choque do colapso de suas forças e se reagruparam. Um dos episódios mais espetaculares da guerra ocorreu na noite de 15 de outubro, quando o major-general da IDF, Ariel Sharon, liderou uma pequena força de comandos israelenses em todo o Suez e infligiu pesadas baixas às forças egípcias. (KAMRAVA, 2005, p. 129).

Em outras palavras, Kamrava (2005) sugere que a relativa facilidade com que o Egito e a Síria inicialmente conseguiram superar as forças israelenses e retomar, em grande parte, os territórios ocupados, combinada com a “falta de planejamento” subsequente sobre como lidar com tais circunstâncias, criou uma lacuna nas ações posteriores desses dois países árabes. Contudo, a recuperação de Israel foi facilitada pelo segundo fator: o substancial apoio militar e fornecimento de equipamentos provenientes dos Estados Unidos. Desde veículos blindados até aeronaves, todos os equipamentos foram enviados para Israel por meio de navios da Sexta e Sétima Frota dos EUA, alguns diretamente das bases militares, e o material foi implantado para uso em questão de horas após a entrega. (KAMRAVA, 2005).

A partir da terceira semana do conflito, a posição árabe tornou-se insustentável. As Colinas de Golã foram novamente perdidas pela Síria, e no Sinai, Israel recuperou suas posições a ponto de o exército egípcio enfrentar um real perigo de aniquilação. Diante disso, com os esforços diplomáticos de cessar-fogo conduzidos pelo então Secretário de Estado Americano, Henry Kissinger, e a Resolução 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 22 de outubro, que impôs o cessar imediato das hostilidades, Síria e Egito aceitaram os termos propostos para iniciar as negociações de paz. Israel, inicialmente relutante, suspendeu as hostilidades somente um dia depois, em 23 de outubro.⁴⁷ (KAMRAVA, 2005).

4.3. OS PASSOS ATÉ A GUERRA: PRINCIPAIS PROCESSOS

4.3.1. A Decisão de ir à Guerra

De acordo com Bar-Joseph (2005), a decisão egípcia em ir à guerra contra Israel, se deu em 24 de outubro de 1972. Neste dia, Sadat reuniu o conselho militar das forças armadas para anunciar sua decisão de pôr fim ao status quo que havia durado até o fim da Guerra de Atrito, em 1970. Nas palavras de Sadat:

A derrota de junho de 1967 fez com que tanto o inimigo como o[s] [nossos] amigo[s] duvidassem que algum dia voltaríamos a lutar. Consequentemente, todas as soluções que me são apresentadas baseiam-se nesta lógica. **Nossos compromissos estão sendo testados.** Não estou preparado para aceitar soluções derrotistas ou rendição. Não me sentarei à mesa com Israel enquanto estiver numa posição tão **humilhante**, porque isso significa rendição. Perante o nosso povo, os nossos inimigos e os nossos amigos, temos de provar, sem emoção e com um planejamento cuidadoso, que somos capazes de nos sacrificar e que podemos levantar-nos, lutar e mudar a situação com quaisquer meios que estejam à nossa disposição. (...) O tempo das palavras acabou e chegamos ao ponto de saturação. Temos que administrar nossos assuntos com tudo o que temos em mãos; temos que seguir esse plano para mudar a situação e incendiar a região. Então as palavras terão significado e valor reais. (SADAT *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 11 – tradução própria – ênfases adicionadas).

Muitos dos integrantes, incluindo o ministro da Guerra, Mohammed Ahmed Sadiq, seu vice Abdel Khader Hassan, e oficiais superiores do exército como o general Abdel Ali Khabir (comandante do distrito central), o general Mohammed Ali Fahmy (comandante da marinha), o general Saad Mamounn (comandante do Segundo Exército) e o general Abdel Muneim Wasel (comandante do Terceiro Exército), expressaram preocupações quanto à viabilidade da opção de guerra do Egito contra Israel, naquele

⁴⁷ Certamente, é crucial reconhecer a participação, direta ou indireta, de outros atores importantes no quadro geral do conflito, além do Egito e da Síria. Entre esses atores, destacam-se os Estados Unidos, União Soviética, Iraque, Jordânia e Arábia Saudita, conforme discutido por Gibler (2018).

momento. Suas preocupações centrais incluíam a supremacia aérea de Israel, a suscetibilidade do Egito a ataques de penetração profunda e os obstáculos relacionados à travessia do Canal de Suez e ao estabelecimento de pontos de apoio defensáveis em sua margem oriental. No entanto, Sadat recusou tais opiniões, afirmando sua resolução em prosseguir com a guerra mesmo diante de circunstâncias extremamente desfavoráveis. (BAR-JOSEPH, 2005).

Dois dias depois, Sadat demitiu seu ministro da Guerra, seu vice e o comandante da Marinha. A substituição foi o general Ahmad Ali Ismail – um velho “inimigo” do chefe de gabinete e tenente-general **Saad El Shazly**. Ismail possuía uma história militar questionável e uma saúde debilitada devido ao câncer. No entanto, ele tinha uma vantagem significativa: ao contrário de seu antecessor, ele apoiou a decisão de Sadat de iniciar uma guerra contra Israel e compartilhava a mesma visão que Sadat e Shazly. Assim, pela primeira vez desde a derrota de junho de 1967, o Presidente (Sadat), seu Ministro da Guerra (Ismail) e o Chefe do Estado-Maior (Shazly) alcançaram um consenso não apenas sobre a necessidade de recorrer à guerra, mas também sobre seu objetivo e suas dimensões operacionais. (BAR-JOSEPH, 2005).

Ainda segundo Bar-Joseph (2005), durante o pronunciamento de Sadat em 24 de outubro, este haveria definido, em termos gerais, o objetivo desta guerra como um “quebrar de cessar-fogo” e que este conceito estaria baseado em uma guerra em larga escala “regional” na qual apenas as forças militares convencionais seriam empregadas. O objetivo seria desestruturar o equilíbrio de poder hegemônico na área e contestar a noção de segurança de Israel e os princípios subjacentes à sua estratégia militar. Isso demandaria tempo para permitir a adesão de outras nações árabes, com os aspectos mais significativos sendo a criação de uma frente árabe unificada e a consideração da possibilidade de utilizar o petróleo como um instrumento de pressão política para influenciar o desfecho do conflito. A estratégia, portanto, consistia em uma operação militar ofensiva para recuperar gradualmente as terras ocupadas, de acordo com as capacidades das forças armadas, e infligir a Israel o maior número possível de baixas em termos de pessoal e equipamento, a fim de persuadi-lo de que uma ocupação prolongada das terras árabes seria insustentável. (BAR-JOSEPH, 2005).

Ainda segundo Bar-Joseph (2005), essa perspectiva de uma guerra “modesta” e “altamente restrita” refletia um dilema estratégico enfrentado pelo Egito desde a derrota da Guerra de Seis Dias, em 1967 e, adicionalmente, desde o final da Guerra de Atrito em agosto de 1970. Por um lado, persistia o desejo de reverter os resultados da Guerra

de 1967, que eram considerados “**culturalmente, psicologicamente e politicamente inaceitáveis**”. Por outro lado, havia uma visão pessimista do Egito sobre sua capacidade de alcançar uma vitória no campo de batalha, uma lição aprendida nas guerras de 1967 e 1969-1970, e o resultado de uma análise realista do equilíbrio de forças entre Egito e Israel no final de 1972. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 12-13).

4.3.2. As Preparações e Planejamentos para o Ataque

Segundo Asher (2009), os egípcios fizeram uso do período entre as duas guerras (Guerra de Atrito e Yom Kippur), no intuito de melhorar as forças armadas para o combate principal. As conclusões tiradas durante a Guerra de Atrito foram essenciais para as preparações e estratégias da Guerra de Outubro⁴⁸. (ASHER, 2009).

Gamasi⁴⁹ havia percebido que a Guerra de Atrito representou uma experiência prática crucial que capacitou o Egito a tomar decisões durante a guerra do Yom Kippur. Além disso, foi uma demonstração da resistência, determinação e dedicação do Egito à meta de libertar as terras ocupadas. Gamasi menciona o major General Taha Magdub, que retratou a Guerra de Atrito, apesar de todo o sofrimento e perdas, como um teste rigoroso que permitiu ao soldado egípcio profissional amadurecer. Os resultados positivos da guerra trouxeram benefícios substanciais e duradouros ao Egito, além de servirem como preparação para a Guerra de Outubro. (ASHER, 2009).

Dito de outro modo, a Guerra de Atrito ofereceu às forças armadas egípcias a oportunidade de adquirir conhecimento direto sobre o exército de Israel e seus métodos de combate. A preocupação com este problema permitiu aos egípcios planejar uma guerra total, de proporções limitadas, na qual as vulnerabilidades das Forças de Defesa de Israel foram identificadas, soluções foram desenvolvidas e o máximo proveito foi tirado das fraquezas do sistema egípcio como um todo, bem como do papel do soldado individual. (ASHER, 2009).

De acordo com Dunstan (2003), no início do ano de 1971, os militares egípcios iniciaram o planejamento de uma ofensiva simultânea em “duas frentes”. Uma análise detalhada da derrota na Guerra dos Seis Dias, identificou duas áreas críticas de vulnerabilidade egípcia: a ineficácia de sua Força Aérea diante da Força Aérea Israelense (FAI) (um fator decisivo em 1967) e a inferioridade semelhante do corpo

⁴⁸ Outro termo em referência à Guerra do Yom Kippur.

⁴⁹ Vice Comandante da Zona do Canal (de Suez) - *Deputy Commander of the Canal Zone*. (ASHER, 2009).

blindado egípcio, tanto na qualidade de suas armas quanto na formação de seu pessoal. A FAI foi considerada pelo menos dez anos à frente dos egípcios, em parte devido ao excelente desempenho da aeronave McDonnell Douglas F-4 Phantom. (DUNSTAN, 2003).

Os egípcios (e sírios) acreditavam que a solução para esse dilema estaria na mobilização de aeronaves e pilotos de outros países árabes e simpatizantes, uma opção que teria se tornado mais atraente após a expulsão dos conselheiros soviéticos em 1972. Os egípcios planejavam formar uma “força aérea internacional”, que incluiria elementos da Coreia do Norte, Argélia, Líbia e Iraque, para reforçar suas capacidades aéreas. (DUNSTAN, 2003).

Contudo, mesmo com a evolução do plano de duas frentes, o Egito e a Síria permaneceram em clara desvantagem com relação à capacidade aérea. Como solução a isso, os egípcios e sírios se valeram das defesas antiaéreas terrestres para equilibrar a equação estratégica. No início da década de 1970, os dois países construíram o sistema mais denso do mundo de mísseis SAM (*Surface-to-Air Missiles*) -2, -3 e -6 para proteger suas capitais e grandes cidades, bem como para cobrir as Colinas de Golã e ambas as margens do Canal de Suez. A utilização conjunta do sistema de mísseis portáteis SAM-7 e das armas antiaéreas autopropulsadas ZSU-23-4 proporcionaria uma defesa mais eficaz às tropas terrestres na área de combate avançada. (DUNSTAN, 2003).

Além disso, os egípcios não poderiam criar uma expectativa de igualar a experiência israelense no tocante a uma guerra blindada. Em vez disso, eles planejavam neutralizá-la equipando sua infantaria com armas antitanques leves, que incluíam o lançador de foguetes RPG-7, vários rifles sem recuo e armas antitanque, além do míssil teleguiado AT-3 “*Sagger*”. A ideia por trás disso era permitir que a infantaria egípcia mantivesse suas cabeças de ponte e causasse danos significativos às forças blindadas israelenses em contra-ataques, mesmo antes de seus próprios blindados serem deslocados através do canal de Suez. (DUNSTAN, 2003).

Quarenta (40) novos batalhões de engenheiros foram formados para abordar o desafio da travessia do Canal, acumulando as ferramentas necessárias para cruzar uma hidrovia fortemente defendida. A União Soviética e seus aliados forneceram a maior parte do equipamento de travessia de assalto, que incluía pontes flutuantes PMP, “*ferries*” GSP e PT-S. A ideia de romper o aterro da Linha Bar-Lev foi creditada a um oficial subalterno egípcio, que lavou a areia com 450 mangueiras de alta pressão

adquiridas da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental. O exército egípcio realizou práticas rigorosas de travessia de canais, com algumas unidades ensaiando a operação mais de 300 vezes, utilizando a área de El Ballah, ao sul de El Qantara, onde o Canal se divide em dois canais, sendo um deles totalmente controlado pelas forças egípcias, proporcionando um excelente treinamento. (DUNSTAN, 2003; BAR-JOSEPH, 2005).

A Operação Badr, codinome para a ofensiva em duas frentes (Egito-Sinai/Síria-Golã), que marcaria o início da guerra, centrava-se na **surpresa**, buscando permitir aos egípcios alcançar e consolidar seus objetivos limitados antes que as FDI pudessem reagir decisivamente. Sob pressão no Sinai e nas Colinas de Golã, as FDI não teriam a capacidade de concentrar seus esforços primeiro contra um inimigo e depois contra outro, como fizeram em 1967. O “*timing*” desse ataque simultâneo, especialmente no Canal de Suez, era crucial. A corrente constante, especialmente durante as marés vivas, fluía através do canal de sul para norte para repor a água perdida no Mediterrâneo por evaporação. O momento ideal para uma travessia oposta era o período de corrente fraca durante as marés mortas. Além disso, era necessário ter luz natural suficiente para mover os escalões de assalto pelo Canal contra a oposição relativamente leve nas guarnições da Linha Bar-Lev. O luar foi essencial para a construção da ponte na primeira metade da noite, enquanto a escuridão esconderia a subsequente travessia dos blindados e veículos das divisões de assalto. Adicionalmente, era crucial encontrar uma lacuna conveniente na cobertura por satélite dos EUA. Por fim, um plano sofisticado de **desinformação (deception)** foi iniciado para enganar a inteligência militar israelense. (DUNSTAN, 2003).

Sobre esta fase de preparações e planejamento para o início da ofensiva, Bar-Joseph (2005) é consonante com Dunstan (2003) ao afirmar que o Exército Egípcio, sob o comando do General Saad El Shazly, intensificou consideravelmente os esforços para superar os problemas descritos na Instrução 41 (ordem que descrevia, com detalhes, a fase da travessia do Suez). Sob a supervisão de Gamasi, os egípcios identificaram as condições mais adequadas para a travessia do canal, levando em conta fatores como condições climáticas, maré e refluxo, velocidade da água no Canal, horários de nascer e pôr do sol, e as fases da lua. Em seguida, os egípcios procuraram as datas mais inconvenientes para Israel, principalmente durante as férias. Com base nesse trabalho em equipe, Sadat recebeu, no início de abril, várias opções para os dias D em maio, agosto e setembro, até 18 de outubro, cada um com 144 barcos para transferir 32.000 soldados de infantaria para a margem leste do Canal de Suez. (BAR-JOSEPH, 2005).

Além disso, além de adquirir o equipamento necessário para a travessia da água, as cinco divisões de infantaria que cruzariam o canal começaram, no final de 1972, uma série de exercícios intensivos de travessia. Esses treinamentos tinham o objetivo de aprimorar a capacidade dos soldados de realizar a missão e, à luz das derrotas militares em confrontos anteriores com as FDI, fortalecer sua confiança na execução bem-sucedida. Para tornar a fase de travessia mais gerenciável, a Instrução 41 detalhou a operação em um conjunto pequeno e relativamente simples de tarefas, cada uma das quais foi repetidamente ensaiada pelas forças de travessia. Por exemplo, cada soldado precisava saber não apenas o número de sua onda de travessia ou seu barco, mas também os nomes dos soldados à esquerda e à direita. Além disso, cada um deles conhecia não apenas a quantidade de munição disponível, mas também quantas rodadas ele estava autorizado a usar nas fases de assalto e defesa, bem como quantas balas ele podia disparar contra os alvos inimigos. No outono de 1973, após praticar essa fase dezenas de vezes, os soldados egípcios podiam agir quase automaticamente. (BAR-JOSEPH, 2005).

4.3.3. O Papel e Atuação da Inteligência Militar Israelense na Identificação, Análise e Conclusões sobre as Movimentações Egito-Síria antes da Guerra

4.3.3.1. Principais Acontecimentos entre agosto e setembro de 1973

De acordo com Bar-Joseph (2005), segundo o cronograma estabelecido durante a reunião secreta do Conselho Conjunto de Alto Comando Militar em Alexandria nos dias 22 e 23 de agosto, Anwar Sadat e Hafez al Asad deveriam informar os escalões militares sobre o “Dia D” com pelo menos quatorze dias (14) de antecedência, a fim de garantir uma implantação militar antecipada. De fato, aparentemente, no caso da Síria, o preparo militar antecedeu a decisão no nível político. Isso seria compreensível, uma vez que grande parte das forças egípcias, incluindo as cinco divisões de infantaria programadas para atravessar o canal, já estavam posicionadas há anos. Em contrapartida, os sírios retiraram a maioria de suas forças da frente na primavera para permitir treinamento intensivo para a guerra. (BAR-JOSEPH, 2005).

No final de agosto, a AMAN (Agência de Inteligência Militar de Israel) recebeu as **primeiras indicações** de que uma **atividade irregular** estava ocorrendo no setor sírio nas alturas das Colinas de Golan. A principal indicação teria sido um reforço conspicuo no número de baterias SAM. Em 20 de agosto, durante uma reunião do GHQ

(*General Head Quarters*), o DMI (*Director of Military Intelligence*), Major General Eli Zeira, relatou que os sírios haviam enviado trinta (30) baterias SAM na área entre Dar'a e Dumair, quinze (15) dos quais eram do tipo SA-6. Esta formação era semelhante tanto em qualidade quanto na quantidade à que havia sido construída pelos egípcios na frente do canal, mas estava mais densamente posicionada. Além disso, os sírios trouxeram sua formação antiaérea o mais próximo possível da fronteira, embora fora da faixa de argamassa das FDI. Durante setembro, seria adicionado um **terceiro indicador de aviso** (*warning indicator*): a taxa e frequência na qual as baterias foram movidas entre os locais, que haviam sido construídas para protegê-las, foram aumentadas. Anteriormente, as baterias SA-2 e SA-3 eram renovadas a cada duas semanas, mas no final de setembro essa movimentação foi percebida em intervalos menores de tempo. (BAR-JOSEPH, 2005).

A explicação de Zeira para as movimentações sírias não trouxe nenhum teor de preocupação, pois ele via o *layout* de baterias SAM como defensivo. Ele argumentou que a implantação foi motivada pela apreensão síria em relação aos ataques aéreos israelenses, especialmente os intensos ataques que haviam ocorrido no início de 1973. Especialistas em Inteligência da Força Aérea também concordaram com essa visão, destacando que a implantação, em grande parte proveniente de baterias recebidas nos últimos meses da União Soviética, teria como objetivo principal defender as forças sírias na região entre Damasco e as alturas de Golan. Além disso, o novo *layout* ofereceu proteção a locais estratégicos em Damasco e na Bacia de Damasco. O fato de cobrir grandes áreas sob o controle israelense também atraiu menos atenção dos mesmos. (BAR-JOSEPH, 2005).

Ao contrário dessa abordagem tranquila e não alarmante, o major-general Yisrael Tal, vice-chefe de gabinete da IDF, expressou uma posição mais inquieta. Em sua perspectiva, uma vez que a nova implantação antiaérea representava uma ameaça à liberdade operacional da IAF sobre o Golan e, considerando que a IAF desempenhava um papel crucial como principal obstáculo a um avanço sírio para o oeste, ele propôs a implementação de um dos dois movimentos preventivos: o reforço das forças terrestres nas alturas com uma divisão adicional convencional (que as IDF não possuíam), para que a defesa pudesse depender exclusivamente das forças terrestres, ou a consideração de iniciar uma guerra contra a Síria para neutralizar a recém-estabelecida configuração antiaérea. (BAR-JOSEPH, 2005).

Assim, Tal propôs a continuação dos protocolos regulares de voo, enquanto notificava a Síria de que qualquer tentativa de atacar aeronaves israelenses resultaria na destruição de suas instalações de baterias SAM. Ao mesmo tempo, ele também propôs que Damasco deveria ser compelida a posicionar suas baterias SAM de maneira mais profunda no território sírio; e também recomendou que Israel considerasse a primeira oportunidade para iniciar a guerra e eliminar a configuração antiaérea síria, mas, suas sugestões foram **rejeitadas**. (BAR-JOSEPH, 2005).

Durante os “períodos de calmaria”, a implantação síria nas Colinas de Golã consistia em três brigadas de infantaria, cerca de 400 a 450 tanques e entre 40 e 45 baterias de artilharia. Essa disposição teria sido reduzida em meados de 1973, devido à retirada de forças durante a primavera. Assim, os sírios começaram a fortalecer suas forças terrestres em um estágio relativamente inicial, possivelmente iniciando em 7 de agosto, mas ganhando impulso após a reunião entre Sadat e Asad em Damasco, nos dias 28 e 29 de agosto, onde teria sido decidido o início da guerra no dia 6 de outubro. O Departamento de Pesquisa da AMAN informou na primeira semana de setembro que, em 3 de setembro, o nível de prontidão das forças aéreas e terrestres sírias havia sido aumentado, e a linha de frente teria sido reforçada com um considerável número de baterias de artilharia de alcance intermediário. Alguns dias depois, **a AMAN relatou** que, na noite entre 7 e 8 de setembro, **o nível de prontidão da Força Aérea da Síria foi elevado**, possivelmente ocorrendo o mesmo com as forças terrestres. Além disso, uma brigada na linha de frente recebeu reforços e a AMAN não possuía, até então, informações sobre as intenções sírias de realizar tais movimentos, juntamente com informações sobre o reforço na linha de frente, foram recebidas em tempo real por postos de observação terrestres. (BAR-JOSEPH, 2005).

Além disso, em um voo de reconhecimento no dia 11 de setembro, havia ficado evidente que os sírios continuaram a fortalecer suas unidades na linha de frente. Quase ao mesmo tempo, uma fonte, cuja identificação não está clara, informou que o presidente Asad concordou em participar de uma iniciativa egípcia de guerra no final do ano, após especialistas soviéticos afirmarem que um ataque conjunto permitiria ao exército sírio conquistar completamente as colinas de Golã em 36 horas. (BAR-JOSEPH, 2005).

As justificativas da AMAN para essas ações **foram** relativamente **tranquilizadoras**. Inicialmente, o reforço na linha de frente foi associado aos preparativos para atividades terroristas, enquanto o estado de alerta elevado foi

explicado pela visita agendada do Presidente Asad à Argélia. No dia 9 de setembro, o GHQ das FDI realizou uma reunião para abordar vários aspectos da implantação síria. O DMI Zeira avaliou que o reforço na linha de frente durante o outono - um período em que as forças geralmente eram reduzidas - ocorreu devido ao início tardio dos exercícios de treinamento sírios naquele ano. No entanto, o chefe de gabinete optou por adotar medidas cautelosas, incluindo a restrição de voos militares e civis sobre as alturas de Golan. Não há informações disponíveis sobre se Aman forneceu uma estimativa verbal ou por escrito sobre o relatório que indicava que Asad concordara em participar da iniciativa de guerra egípcia. (BAR-JOSEPH, 2005).

É neste contexto, em meio ao aumento gradual da prontidão militar síria e à explicação tranquilizadora fornecida pela AMAN, que ocorreu o incidente em 13 de setembro de 1973. À princípio, Israel teria tentado realizar um voo de reconhecimento ao longo da costa no norte da Síria, uma região em que a defesa antiaérea estava significativamente reduzida devido à transferência de baterias SAM para o *front* nas Colinas de Golã. O voo teria envolvido dois aviões fantasmas (*phantom planes*) que se aproximaram da costa síria ao norte do Líbano, com uma cobertura de quatro aviões *Mirage* voando em alta altitude. A interceptação dessas aeronaves israelenses por oito MIG-21s resultou em uma escalada na batalha aérea, levando ao abate de nove MIG-21s e um *Mirage*. (BAR-JOSEPH, 2005).

Olhando em retrospectiva, o incidente de 13 de setembro teve um impacto significativo na maneira como Israel avaliou a prontidão árabe para a guerra nas semanas seguintes. De fato, intensificou as preocupações em relação aos desenvolvimentos na Frente Norte e manteve a atenção dos tomadores de decisão sobre a possibilidade de retaliação por parte dos sírios. Durante uma reunião do gabinete em 16 de setembro, o Ministro da Defesa, Moshe Dayan, afirmou que responderia, mencionando que uma resposta mais branda envolveria o bombardeio dos assentamentos no Golã; O chefe de gabinete concordou, mas expressou uma preocupação particular sobre a possibilidade de um avião israelense ser abatido pelo recém-implantado layout de SAMs. Em contrapartida, **a avaliação da AMAN foi que o incidente fortaleceu a postura dissuasora de Israel** e que Damasco seria agora mais hesitante em iniciar conflitos semelhantes. (BAR-JOSEPH, 2005,).

No entanto, o efeito principal do incidente foi devastador, direcionando as estimativas israelenses sobre o acúmulo de forças sírias para uma compreensão totalmente equivocada: em vez de suspeitar que o acúmulo visava preparar uma guerra

coordenada com o Egito, o incidente ofereceu uma explicação conveniente - que os sírios estavam se preparando para uma resposta militar local ao incidente. Por exemplo, Zeira relatou em 17 de setembro sobre o reforço adicional das posições sírias na primeira linha de defesa, explicando isso como uma preocupação síria que começou no final de agosto e se intensificou após a batalha aérea. Da mesma forma, no mesmo dia, ele informou que a Força Aérea egípcia havia entrado em um estado de prontidão ofensivo, sugerindo que isso ocorreu devido à apreensão egípcia de que Israel teria provocado o incidente para alertar os árabes contra o estabelecimento da Frente Oriental. (BAR-JOSEPH, 2005).

Bar-Joseph (2005) entende esta tendência em explicar todos estes sinais de guerra de todas as maneiras possíveis, pode ser explicada baseado em como Israel estimava e previa a probabilidade de guerra contra um ou mais país árabe, nos anos posteriores. Essa tendência teria sido mais claramente expressa através de Eli Zeira (DMI) durante uma discussão no GHQ realizada em 17 de setembro. Zeira começou a discussão ao avaliar a probabilidade de guerra nos próximos cinco anos. Sua estimativa foi baseada exclusivamente na antecipação da aquisição árabe de sistemas de armas, principalmente no domínio aéreo. Conforme os parâmetros amplamente reconhecidos, os árabes precisariam cumprir certos requisitos para iniciar um conflito. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 84).:

- Comprar aviões que fossem tecnicamente e operacionalmente capazes de atacar alvos ao fundo de Israel.
- Obter mísseis de superfície (*surface-to-surface missiles* - SSMs) que [também] fossem capazes de atacar alvos ao fundo de Israel.
- Melhorar a defesa aérea de Estados Árabes.

Zeira teria previsto que esses desenvolvimentos não provocariam uma alteração significativa na disposição de guerra do Egito. Em sua perspectiva, o único fator novo a ser adicionado ao arsenal egípcio seria a habilidade de conduzir ofensivas de grande alcance, uma habilidade que não existia até aquele momento, em 1973.

Contudo, mesmo se o Egito adquirisse essas capacidades, ele enfrentaria, na sua opinião, desafios operacionais decorrentes das dificuldades enfrentadas ao atacar alvos bem protegidos a longas distâncias, especialmente por aeronaves com capacidade limitada de carga de munição. Além das dificuldades do Egito, **Zeira teria avaliado**

que Israel provavelmente manteria suas vantagens em termos tecnológicos, força humana e sistemas aéreos. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 85). Em suas próprias palavras:

Não parece que os egípcios provavelmente assumam que são capazes de derrotar a IAF em suas bases ou de neutralizá-la de uma maneira que minimizasse sua capacidade de pôr em risco seriamente o Egito, para que os egípcios possam ocupar o Sinai ou parte disso, o que significa um confronto total com Israel. Nossa avaliação é que eles estimarão que suas capacidades de ataque em nossa profundidade não lhes darão a capacidade de conquistar uma vitória decisiva, mas apenas uma opção ofensiva limitada. (ZEIRA *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 85 – tradução própria – ênfases adicionadas).

Encerrando suas considerações, Zeira enfatizou que a ameaça vinda do Egito permaneceria altamente restrita, pelo menos, pelos próximos cinco anos:

O Egito terá a opção de técnica-operacional de atacar na profundidade de Israel, e é aqui que a situação será diferente da de hoje. Levando em conta o equilíbrio abrangente de poder, estimamos que ele será limitado e não permitirá que os egípcios avaliem que eles têm uma capacidade decisiva em relação à FAI. No entanto, isso pode dar a eles opções para uma ação limitada em condições políticas apropriadas e, se sentirem que a situação melhorou, poderão tomar uma liberdade de ação maior do que no passado. (ZEIRA *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 85 – tradução própria).

Esta passagem de Zeira sugere que mesmo possuindo a opção técnica-operacional para atacar as profundidades do território de Israel, esta seria, ainda, uma ação limitada que faria os egípcios perceberem que não teriam uma capacidade decisiva contra a FAI. Segundo Bar-Joseph (2005), esta avaliação política de Zeira não sofreu nenhuma objeção dos participantes presentes, especialmente do Ministro da Defesa; isso também pareceria indicar o *mindset* da elite de segurança de Israel, faltando menos de três semanas para o início da guerra. (BAR-JOSEPH, 2005).

Ainda de acordo com Bar-Joseph (2005), embora as predições e análises feitas principalmente por Zeira, sobre um futuro desenvolvimento de capacidades aéreas e militares, de maneira geral, por parte dos países árabes fosse razoável, elas ainda seriam problemáticas em, pelo menos, duas perspectivas. Primeiro, as conclusões da própria AMAN, a partir das predições de seu DMI, foram completamente equivocadas. Segundo o autor, ainda é difícil compreender por que os principais especialistas da AMAN, em 1973, se concentraram exclusivamente na ideia de ataques profundos dentro do território de Israel, deixando de lado outras visões que influenciaram a estratégia egípcia, **especialmente o firme desejo de recuperar as terras perdidas em 1967 e a crescente insatisfação com a manutenção do *status quo*.** BAR-JOSEPH, 2005).

Isso se tornaria ainda mais evidente ao se considerar que, informações confiáveis, desde pelo menos novembro de 1972, indicavam que os egípcios ainda estavam considerando a aquisição de capacidade de ataque nas profundezas de Israel como uma condição prévia para iniciar uma guerra. O oposto também era verdade. As fontes mais confiáveis de Inteligência haviam relatado que o Egito estava prestes a entrar em guerra em breve. Surpreendentemente, todas essas informações, que contradiziam completamente a tese apresentada por Zeira nas reuniões do GHQ, foram ignoradas em sua avaliação. (BAR-JOSEPH, 2005).

E, em segundo lugar, Zeira, que afirmava de maneira tão enfática que os egípcios compreendiam não terem opções militares no momento e, no máximo, teriam opções militares extremamente limitadas nos próximos cinco anos, dificilmente poderia aceitar a possibilidade de estar completamente equivocado e de que sua avaliação, especialmente em relação ao futuro imediato, é totalmente inválida. (BAR-JOSEPH, 2005).

Nesse contexto, a essência da análise de longo prazo de Zeira, por volta de meados de setembro de 1973, baseou-se em uma descrição precisa do *mindset* dos principais analistas da AMAN, incluindo o chefe da Divisão de Inteligência 6, o chefe do departamento de pesquisa e o próprio Zeira. As opiniões de outros analistas, como o chefe da Divisão 2, ou o chefe da seção política do Egito - que eram especialistas experientes em questões egípcias e que acreditavam que Sadat estava prestes a iniciar uma guerra - não foram consideradas. (BAR-JOSEPH, 2005).

Percebe-se, portanto, que as considerações de Zeira refletiriam um “estado de espírito geral” de outros membros da elite de inteligência e até mesmo dos principais tomadores de decisão a respeito da, até então, “suposta” capacidade egípcia/síria em iniciar uma guerra de grande escala contra Israel, mesmo havendo inúmeros indícios e sinais de que isso era altamente provável.

Além disso, Bar-Joseph (2005) percebe que a “rigidez destas avaliações”, teria sido ainda mais proeminente à luz de outro acontecimento. Em setembro, a AMAN estava elaborando sua análise anual de inteligência. Durante uma conversa com o Chefe do Estado-Maior, Zeira destacou duas falhas centrais na investigação do ano anterior: a previsão de que os EUA lançariam uma nova iniciativa diplomática e a estimativa de que a URSS não forneceria novos sistemas de armas aos seus aliados, especialmente mísseis *Scud*. Em setembro de 1973, já era de conhecimento público que o Egito havia começado a receber esses mísseis em agosto. **O reconhecimento dessas falhas deveria**

ter gerado preocupações sobre a validade da ideia de que o Egito não estava se preparando para a guerra. Afinal, o impasse político levou Sadat a buscar uma solução através da força, e o fornecimento dos *Scuds* tornou essa abordagem mais factível. No entanto, não há indícios de que esses fatores tenham influenciado a avaliação anual da AMAN sobre a probabilidade de guerra. (BAR-JOSEPH, 2005).

Mesmo confirmando que o Egito havia recebido os mísseis *Scud* da União Soviética, Zeira e outros membros do alto escalão militar e de inteligência, ainda assim, não levaram este fator em consideração na avaliação de que o Egito estava se preparando para, em breve, entrar em guerra contra Israel.

4.3.3.2. Dia 5 de Outubro de 1973 – Um dia Antes da Eclosão da Guerra

Os escalões superiores da segurança e inteligência israelense enfrentaram vários desafios ao tentar interpretar as informações que foram coletadas nos dias que antecederam a guerra. Este processo teria atingido seu ponto crítico na véspera do Yom Kippur, na sexta-feira, dia 5 de outubro. A sequência de eventos teve início na noite entre 4 e 5 de outubro, quando um aviso de guerra foi recebido do principal recurso de HUMINT (*human intelligence*) de Israel, Ashraf Marwan. Continuou com a análise das fotografias aéreas tiradas em frente ao Canal de Suez, revelando que o **exército egípcio estava em uma formação de emergência que não havia sido observada anteriormente.** (BAR-JOSEPH, 2005).

Posteriormente, ficou evidente que a evacuação de emergência soviética havia se intensificado em outros aspectos. Mesmo com parte das informações acumuladas sendo suficiente para levar o Chefe do Estado-Maior a decidir durante a manhã elevar o estado de alerta do exército regular para o nível mais alto e iniciar os preparativos para mobilizar soldados da reserva, outro alerta recebido pela AMAN durante a tarde, que por si só provavelmente teria convencido Elazar a ordenar a mobilização do exército de reserva na noite de sexta-feira, não foi comunicado a ele. Como resultado, essa decisão foi adiada até a manhã de Yom Kippur. (BAR-JOSEPH, 2005).

Por volta da meia-noite do dia 4 de outubro, uma mensagem foi recebida na sede do Mossad em Tel Aviv. O responsável pelo caso de Marwan relatou que seu agente havia entrado em contato e demonstrado o desejo de se reunir com o chefe do Mossad o mais rápido possível. Marwan usou uma palavra-código previamente acordada para discutir a guerra, sem fornecer detalhes específicos ou uma data específica para o “dia D”. Uma mensagem foi enviada a Freddy Einy, chefe do escritório de Zamir. Dada a

importância da mensagem, que implicava a possível viagem imediata do chefe do Mossad, Einy comunicou a mensagem a Zamir por volta das 02h30. Zamir avaliou que a mensagem não indicava um alerta de guerra imediato. Embora soubesse que a fonte tinha códigos específicos para comunicar tais situações, esses códigos não foram usados naquele momento. No entanto, ele autorizou Einy a organizar um voo para Londres na manhã seguinte para se encontrar com a fonte. Zamir tomou essa decisão não apenas porque tinha contatos regulares com Marwan, mas também porque, dada a crescente tensão que o levou a acreditar que a guerra era iminente, considerava esse encontro especialmente valioso. (BAR-JOSEPH, 2005).

Pouco tempo depois, Zamir recebeu outra chamada, desta vez do DMI. Zeira compartilhou com ele a informação sobre a evacuação apressada das famílias soviéticas da Síria e, aparentemente, também do Egito. O fato de ter decidido comunicar essas informações ao colega do Mossad em uma hora tão avançada indicava claramente que Zeira não considerava que a situação permanecesse a mesma que apenas um dia antes. **No entanto, Zeira afirmou que a evacuação não alterava sua avaliação de que a guerra era improvável.** Zamir respondeu reiterando o que vinha dizendo há algum tempo - que fazer uma estimativa tão definitiva com base nas informações disponíveis era extremamente arriscado. (BAR-JOSEPH, 2005).

No dia 4 de outubro, fotografias aéreas foram realizadas nas proximidades da fronteira com o Egito, na região do canal de Suez, e o documento com os resultados foram distribuídos na manhã dia 5 e continha as seguintes informações:

A triagem de fotografias aéreas de 4 de outubro na frente da zona do canal cobriu pelo menos 30 km a oeste do canal. A partir das descobertas, pode-se deduzir claramente que **o exército egípcio na frente do canal está em uma formação de emergência, cuja magnitude nunca foi vista antes.** As descobertas mais importantes são: **a.** Foram localizadas cinquenta e seis baterias de artilharia (308 peças de artilharia), incluindo principalmente artilharia de campo (52 baterias/276 peças de artilharia), foram localizadas. No total, 194 baterias de artilharia (morteiros de 120 mm e acima) estavam localizados na zona frontal do canal (de Port Said ao Suez), que são 1.110 peças de artilharia em comparação com 138 baterias/802 peças de artilharia encontradas na última classificação de 25 de setembro, 1973. (Uma ordem de batalha mais ou menos semelhante foi localizada lá ao longo do ano passado.) A artilharia de campo adicional foi dividida quase igualmente entre os dois exércitos. O número adicionado corresponde ao de duas divisões completas e ainda mais. Ao mesmo tempo, todas as cinco divisões de infantaria destacadas ao longo do canal são totalmente tripuladas de acordo com a tabela conhecida de organização e equipamento. **b.** Os investimentos para o equipamento de cruzamento/ponte foram parcialmente ocupados. Os pontões autopropulsionados do GSP (um total de cerca de 30) foram localizados com alta probabilidade em pelo menos cinco concentrações de recepção, uma em cada setor de divisão de infantaria. Os veículos não haviam sido localizados nas outras concentrações. **c.** Nos “jardins” da

maioria das rampas de disparo de tanques ao longo do canal, um pelotão do tanque (2 a 3 tanques) foi detectado, enquanto no passado apenas alguns tanques estavam localizados nas rampas ao longo do canal. **d.** O layout de brigada-mais escavado ao norte de Katzetzin, que não havia sido ocupado no passado, agora é ocupado por veículos de luta blindados (AFVs)-parcialmente identificados como transportadoras pessoais blindadas (APCs) e morteiros. Além disso, as concentrações de veículo estavam localizadas na parte traseira da matriz. Nesta fase, é impossível estimar o tamanho da força implantada nesta área. É possível que a disposição esteja sendo ocupada por forças de uma divisão mecanizada, sobre cujo movimento avançado do Cairo para o 2º setor do Exército tivemos informações. **e.** Uma brigada de tanques e um batalhão de destruidores de tanques SU-100 foram encaminhados para a área de Agrod (cerca de 25 km a oeste do Suez). As concentrações de três batalhões de tanque foram identificadas nessa área-um total de 87 veículos e outros 22 SU-100. **f.** As concentrações de tanque da brigada de tanques independentes 15, que haviam sido rotineiramente localizadas na área de Abu Zweir, não estão lá. Por outro lado, três concentrações de batalhão de tanques estavam localizadas na área de Zalhiya. Essas são provavelmente as concentrações de brigada 15 que haviam reimplantado. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 143-144 – tradução própria – ênfases adicionadas).

Diferentemente da prática de rotina, a revisão não incluiu uma avaliação. Embora os superiores tenham tentado adicionar um parágrafo com uma avaliação mais tranquilizadora, o chefe da seção militar egípcia rejeitou veementemente essa proposta. Na verdade, o relatório não exigia interpretação adicional. Dayan, o leitor mais experiente, expressou talvez a melhor interpretação ao afirmar que era possível “sofrer um derrame apenas lendo os números”. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 144).

Nas primeiras horas da manhã do dia 5 de outubro, Zeira participou de uma discussão com vários analistas sêniores do Departamento de Pesquisa e Inteligência. Eles propuseram diversas explicações para a evacuação soviética e a implantação sem precedentes do exército egípcio. Durante a discussão, surgiu a questão de usar ou não os “meios especiais de coleta”⁵⁰ de informações da AMAN, mas nenhuma nova decisão foi tomada. **Zeira reafirmou que considerava muito baixa a probabilidade de guerra.** A notícia que o perturbou foi a evacuação soviética. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 144).

Em uma reunião subsequente, Zeira apresentou sua análise da situação. Ele via a evacuação soviética como o desenvolvimento “mais sério e problemático” das ações egípcias. Zeira deduziu que se os soviéticos não tivessem feito nada, os indicadores sugeririam que os egípcios e os sírios não planejavam atacar, mas estes últimos estavam

⁵⁰ De acordo com Bar-Joseph (2013), os “meios especiais de coleta” ainda seriam segredo de Estado e, somente descrições não confiáveis estariam disponíveis ao público. Mas, segundo Howard Blum, tais meios seriam “uma série de dispositivos à bateria ligados a telefones e cabos de conexões enterrados no fundo da areia fora de Cairo” e, quando acionados por um sinal, “operadores em Israel poderiam ouvir não só o que era dito ao telefone e linhas de cabo, mas podiam também escutar conversas nas salas onde o telefone e consoles telex estavam localizados”. (BLUM *apud* BAR-JOSEPH, 2013, p. 535). Tais meios só teriam sido possíveis graças a uma operação de helicóptero nas colinas de ‘Ataqa, a oeste da cidade de Suez, na noite do dia 16/17 de fevereiro de 1973. (KIPNIS *apud* BAR-JOSEPH, 2013, p. 535).

preocupados com os movimentos israelenses – os quais tomaram várias ações que pode ter causado certa preocupação. Após mencionar algumas dessas ações israelenses, ele passou a avaliar o que poderia estar por trás do movimento soviético. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 146).

A explicação “mais lógica” seria de que

[O]s russos sabem que os sírios e os egípcios estão prestes a atacar. Eles estimam que nosso contra-ataque terá sucesso e atingirá o interior [do país] e as famílias, e por isso querem que seu povo saia. Ou querem dizer aos egípcios e aos sírios: olha, sabemos que vão atacar, estamos tirando as famílias e queremos que saibam que não estamos com vocês nesta questão. (ZEIRA *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 147 – tradução própria).

Zeira teria apresentado duas possíveis razões para a evacuação soviética: (1) o receio de um ataque israelense e (2) uma crise nas relações entre Moscou, Síria e Egito. Zeira reconheceu que ambas as explicações tinham suas deficiências. No entanto, ele também ressaltou que ainda não dispunha de “evidências concretas” de que a evacuação estava realmente acontecendo. Zeira ainda não possuía uma explicação concreta para o motivo pelo qual aquilo estava acontecendo. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 147).

Na semana anterior à descoberta das ações e equipamentos egípcios, os analistas de inteligência da AMAN informaram aos seus clientes e superiores que nada de anormal estava ocorrendo no Egito. Nesse sentido, até sexta-feira de manhã, o chefe de gabinete acreditava que a situação no sul de Israel estava “completamente normal”. A avaliação tranquilizadora da situação no Sul também influenciou a avaliação da situação no Norte. Apesar de a formação síria ter sido considerada mais ameaçadora devido à sua magnitude e proximidade com os assentamentos civis, havia um consenso entre os tomadores de decisão e os analistas de inteligência de que a Síria não iniciaria a guerra sem o Egito. No entanto, na semana seguinte, ficou claro que a magnitude da formação egípcia ao sul superou todas as expectativas. Além disso, a maneira como ela foi implantada, especialmente com grandes quantidades de equipamentos de travessia na frente aquática do canal de Suez, indicava intenções claramente ofensivas. No entanto, Zeira ignorou completamente esses problemas ao avaliar a situação. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 147).

Para Bar-Joseph (2005), existiriam algumas possíveis explicações para o comportamento de Zeira. Primeiramente, Zeira teria sustentado a ideia de que o Egito não considerava ter a capacidade de iniciar uma guerra, e ele havia nutrido essa perspectiva por mais de um ano em sua função de “estimador [militar] nacional”,

transformando-a quase em um dogma. Naquele momento, sua convicção nessa teoria permanecia inabalável. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 147). Nas palavras do próprio Zeira: **“Os egípcios entendem que não podem apresentar nenhuma ameaça militar real neste momento”**. (ZEIRA *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 148).

Por fim, Bar-Joseph (2005) entende que Zeira não era o único a cultivar esta ideia. Muitos outros membros do alto escalão militar e decisório também compartilhavam desta visão. Assim como muitos outros líderes em Israel, Zeira acreditava que, ao avaliar a probabilidade de guerra, o fator árabe se tornara menos influente após 1967 em comparação ao fator soviético. Consequentemente, ele estava naturalmente propenso a dar mais ênfase às ações dos soviéticos, mesmo que não representassem uma ameaça direta a Israel, e a dar menos importância à significativa mobilização egípcia, que representava uma ameaça direta à segurança de Israel. (BAR-JOSEPH, 2005).

Tal situação é ainda mais clara e enfática ao se analisar o contexto de uma reunião realizada com a então Primeira Ministra Golda Meir, com o objetivo de informa-la sobre os últimos acontecimentos, movimentações árabes e evacuação soviética, onde Zeira apresentou suas considerações afirmando que,

Os sírios e egípcios **estão com medo** do nosso ataque. Os egípcios estão tomando muitas medidas reais de segurança para o exercício: adicionaram à frente (...); A Força Aérea está em alerta alto; eles moveram seus tanques para o canal [de Suez]. (...). O que aconteceu para fazer com que eles se preocupem conosco? 1. **Eles estão sempre preocupados**. 2. **Eles viram a batalha aérea** [13 de setembro] **como uma armadilha** que havíamos preparado para eles. (ZEIRA *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 153 – tradução própria – ênfases adicionadas).

E, conclui indicando que a possibilidade de um ataque Egito-Síria:

É completamente improvável, mas talvez os russos achem que eles irão de fato atacar porque eles não conhecem os árabes muito bem. (...). [n]ão há razão para se preocupar. Nós, da AMAN, temos informações melhores do que os soviéticos e conhecemos os árabes melhor do que eles. E sabemos que eles estão errados se acharem que o Egito e a Síria estão prestes a começar uma guerra. (ZEIRA *apud* BAR-JOSEPH, 2005, p. 154 - tradução própria – ênfases adicionadas).

Para Bar-Joseph (2005), se houvesse uma expressão que representasse o cerne da “arrogância” de Zeira como pessoa, e da própria AMAN como organização, seria essa. (BAR-JOSEPH, 2005)⁵¹.

⁵¹ Dia 6 de outubro de 1973: “As informações disponíveis sobre a reação de Golda Meir, Dayan, Elazar e Zeira aos avisos entregues por Zamir e as informações adicionais que se seguiram indicam que apenas

4.3.4. As Movimentações de Egito e Síria e o Papel do Engano/Desinformação (*Deception*)

Segundo Asher (2009), o Egito adotou, fundamentalmente, a doutrina militar soviética de guerra, em seus planos movimentações para a guerra contra Israel. Uma das diretrizes e aspectos primordiais da doutrina de guerra soviética é o uso, deliberado, do engano/desinformação (*deception*). (ASHER, 2009).

Para ele, a essência da estratégia de engano operacional (*operational deception - Maskirovka*, em russo), conforme a doutrina da guerra soviética do pós-II Guerra Mundial, é **assegurar o elemento surpresa** ao atacar o inimigo. Isso envolve enganá-lo e confundi-lo em relação a todos os aspectos dos objetivos, locais e tempo do iminente ataque, ocultando etapas preparatórias e concentrações de tropas. A responsabilidade pelo planejamento do engano recairia sobre a “linha de frente”, embora os exércitos de campo também devam desenvolver táticas de engano em apoio ao plano principal de batalha. No nível do exército, os esforços primários devem se concentrar em segurança, ocultação e disseminação. Além disso, o exército deve realizar movimentos enganosos para confundir a detecção do inimigo em relação aos objetivos da operação e ao *modus operandi*. (ASHER, 2009; BAR-JOSEPH, 2005). Em suas palavras: “Os líderes do Egito e o GHQ aplicaram cuidadosamente essas e outras lições soviéticas em seu planejamento e preparação para a guerra de Yom Kippur”. (ASHER, 2009, p. 91).

É importante ressaltar que a prática do engano é uma componente fundamental no planejamento e na execução de todas as operações militares em larga escala. Trata-se de um dos principais métodos para alcançar surpresa e vantagem no campo de batalha. A partir das contribuições de Barton Whaley, Asher (2009) define o “engano” como “uma ação destinada a superar a vítima ou enganá-la”. (WHALEY *apud* ASHER, 2009, p. 91). Além disso, ressalta há distinções entre “engano” e “surpresa”. A surpresa é caracterizada como um ataque militar repentino e inesperado realizado pelo oponente, e completamente surpreendente para a vítima. (ASHER, 2009).

dois deles - a primeira-ministra e o chefe de gabinete - aceitaram o aviso pelo seu valor nominal, estimou que a guerra começaria no mesmo dia [6] e agiram de acordo. Por outro lado, o ministro da Defesa, o DMI - e vários oficiais da IDF e da AMAN - continuaram a duvidar, até o último momento, que a guerra eclodiria. Em teoria, as dúvidas de Dayan e Zeira não apresentaram nenhuma implicação prática, uma vez que os preparativos militares durante essas horas foram iniciados e mantidos com base na suposição de que a guerra começaria no mesmo dia. Na verdade, no entanto, a avaliação contínua de Zeira sobre a baixa probabilidade da guerra influenciou a estimativa de Dayan. E a avaliação deste último foi crucial, pois determinou sua posição nas duas decisões centrais que precisavam ser tomadas: a conduta de um ataque aéreo preventivo e a mobilização do Exército da Reserva”. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 188).

Embora a surpresa possa ocorrer sem o uso de engano, é comum que o engano bem-sucedido inclua o elemento surpresa, sendo, portanto, considerado um meio para alcançar a surpresa. (ASHER, 2009).

Ainda segundo Asher (2009), a finalidade fundamental do engano no nível operacional seria auxiliar as forças avançadas em campo na execução de suas missões em duas áreas principais: (1) induzir o inimigo a realizar movimentos que atendam aos interesses do atacante e (2) dissimular fraquezas e deficiências em vários estágios do planejamento e implementação da missão pelo atacante. Os egípcios teriam planejado, meticulosamente, seus movimentos antes e durante a Guerra do Yom Kippur, detalhando cada aspecto. Eles chegaram a tentar enganar líderes israelenses e comandantes militares de alto escalão no nível estratégico em relação a todos os aspectos dos planos de guerra do Egito. Contudo, durante os combates, concentraram menos esforços no engano em comparação com as operações reais. *“Em minha opinião, a surpresa que se apoderou de Israel no início da guerra levou-o a considerar mais a importância do engano do que a verdadeira magnitude dos movimentos dos Egípcios”*. (ASHER, 2009, p. 92).

Quando Sadat tomou a decisão de iniciar a guerra, deu ordens para realizar uma atividade em duas frentes: (1) a elaboração de um plano estratégico de dissimulação que fosse paralelo à fase preparatória e, (2) às fases do combate real. Esse plano foi desenvolvido com base em uma análise abrangente do conceito de segurança israelense e na exploração de suas vulnerabilidades. Com a ajuda dos meios de comunicação israelenses, os egípcios não encontraram dificuldades para identificar o cerne do conceito de segurança de Israel. A equipe egípcia responsável pelo planejamento da fraude estratégica utilizou ao máximo os meios de comunicação egípcios para amplificar a ideia israelense de que o exército egípcio não era capaz de lançar uma guerra total. A mídia egípcia desempenhou um papel na manobra, destacando os seguintes “fatos”. (ASHER, 2009, p. 92-93):

- O impacto adverso resultante da retirada dos soviéticos do Egito;
- A divisão no mundo árabe, especialmente as diferenças “insolúveis” entre o Egito e a Síria;
- A intenção do Egito de abandonar a abordagem militar, pois percebeu que os crescentes preços do petróleo eram uma ferramenta mais eficaz para pressionar Israel (isso deixaria claro para Israel que sua capacidade

de dissuasão e superioridade tecnológica forçaram os árabes a abandonar a opção militar).

Aharon Zeevi, ex-diretor de inteligência militar israelense (que antecedeu Eli Zeira), ao analisar o uso de desinformação pelos egípcios na Guerra do Yom Kippur, notou que os principais elementos de seu engano estratégico eram evidentes nos movimentos e discursos pré-guerra do presidente Sadat. Zeevi lista as seguintes manobras que foram operacionalizadas. (ASHER, 2009, p. 93):

- Divulgação de comunicados e divulgação de informações para a mídia estrangeira sobre a escassez de armas no Egito e sua condição lamentável;
- Publicação de artigos na mídia abordando diferenças fundamentais entre Egito e Síria, sugerindo que essas discordâncias excluía a possibilidade de cooperação militar entre os dois países;
- Publicação de vários artigos discutindo a eficácia da arma do petróleo como meio de pressionar Israel a se retirar dos territórios ocupados.

Esse “estratagema” teria influenciado a percepção israelense de que os egípcios haviam desistido da opção militar e optado por resolver o conflito por meio de esforços políticos e diplomáticos. Sadat também contribuiu para a dissimulação em seus discursos de junho de 1973 até o final de setembro de 1973, adotando um tom mais suave e menos radical do que anteriormente, enfatizando a necessidade de esforços adicionais na esfera política. Todas essas “artimanhas” foram cuidadosamente planejadas para influenciar a avaliação israelense de que o Egito não tinha a intenção de iniciar a guerra. (ZEEVI *apud* ASHER, 2009, p. 93; BAR-JOSEPH, 2005, p. 29).

Asher (2009) menciona, ainda, outros atos de engano, não-militares, empregados pelo Egito, como:

Quadro 3 - Atos de Engano Não-Militares empregados pelo Egito

Comunicação de relatos aos diplomatas no Cairo, os quais estavam cientes dos deslocamentos militares que o exército egípcio estava mobilizando [tropas e armamento] defensivamente em antecipação a um possível ataque devido à tensão na fronteira entre Israel e Síria;
Anúncio da visita do Ministro da Defesa Romeno e do encontro previsto com seu homólogo egípcio em 8 de outubro;
As discussões do Ministro das Relações Exteriores egípcio com o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, prosseguiram conforme agendado, em Washington, em 5 de outubro;
Quatro ministros egípcios estavam no exterior quando a guerra começou;

As chamas nos poços de petróleo em Morgan foram mantidas acesas até o início das hostilidades;

A maioria dos civis nas proximidades do canal só evacuou após o início da guerra.

Fonte: Retirado e Adaptado de Asher (2009, p. 93)

O propósito principal da operação de *deception* era dar as bases ao plano principal para que as unidades do exército participassem de simulações de combate e, a partir disso, passassem para a ação real. Ao se prepararem para a guerra sob a fachada de um exercício militar geral, as forças egípcias conseguiram alcançar o mais alto grau de prontidão e avançar para a linha de frente, mantendo suas verdadeiras intenções praticamente ocultas ao inimigo. (ASHER, 2009).

Saad El Shazly (2003) corrobora com tais afirmações, em seu memorando sobre a guerra, ao fazer considerações sobre os planos e ações de *deception* empregadas pelo Egito. Em suas palavras:

Antes que nossa infantaria pudesse envolver o inimigo, ela tinha que atravessar o canal. Mas antes que ela pudesse se reunir para a travessia, ela tinha que ser mobilizada e mobilizada de maneira a não avisar [alertar] o inimigo. No entanto, nosso sistema de mobilização era, sob qualquer critério, um dos piores do mundo. Paradoxalmente, nossa solução para isso acabou sendo um dos elementos mais úteis em nossa campanha para aquietar o inimigo antes de outubro. (SHAZLY, 2003, p. 71 – tradução própria).

Aqui, Shazly (2003) reconhece a necessidade e a importância dos movimentos de engano e desinformação na mobilização das tropas e reconhece, ainda, a enorme deficiência egípcia neste aspecto, mas que, para sua surpresa, acabou por surtir o efeito desejado. Em outra passagem ele afirma que o uso recorrente de tais manobras de, fez com que Israel se “acostumasse” com tais mobilizações⁵².

De janeiro a 1º de outubro de 1973, convocamos e liberamos nossos reservistas 22 vezes, às vezes por alguns dias, às vezes por duas semanas. A prática aperfeiçoou o sistema. Mais importante, o inimigo se acostumou às nossas mobilizações. Elas se tornaram treinamento de rotina. (...). O inimigo foi ludibriado. (...). **Às vezes me pergunto, como, sem isso, poderíamos ter enganado o inimigo?** (SHAZLY, 2003, p. 71 – tradução própria – ênfases adicionadas).

Bar-Joseph (2005) também tece argumentos e traz aspectos semelhantes aos supracitados com relação ao emprego de engano/desinformação do Egito em 1973. Para ele, O Egito se utilizou de um engano “passivo” e “ativo”⁵³. (BAR-JOSEPH, 2005).

⁵² ⁵² Para argumentos e detalhes adicionais, ver Sheffy (2006).

⁵³ Sindawi e Kahana (2015) discorrem sobre um “auto engano” (*self deception*) por parte de Israel ao considerar que

Com relação ao **engano passivo**, Bar-Joseph (2005) demonstra que o principal método para alcançar um alto nível de dissimulação foi a compartimentação. Os comandantes do segundo e terceiro exércitos egípcios descobriram que o “Tahrir 41”⁵⁴, era apenas uma cobertura para a guerra real, que começaria em 1º de outubro. Os comandantes de divisão do Egito foram informados disso em 3 de outubro, enquanto os comandantes de brigada só souberam no dia seguinte. Já os comandantes de batalhão e companhia receberam essa informação apenas em 5 de outubro, momentos antes de decolar. Os pilotos de helicóptero encarregados de transportar unidades de comando para o Sinai foram informados de que sua missão não era um exercício de rotina. Até mesmo o escalão político egípcio ficou no “escuro”. Ao informar o Conselho de Defesa Nacional em 30 de setembro, Sadat evitou dar qualquer indicação de que a guerra começaria dentro de uma semana. Nem mesmo seu ministro das Relações Exteriores, tinha conhecimento da situação. (BAR-JOSEPH, 2005; ASHER, 2009).

A Síria, que evitou o uso ativo do engano, adotou medidas ainda mais rigorosas de “compartimentação” e ocultação das ações. Os comandantes de batalhão foram informados da guerra somente no dia 6 de outubro, apenas algumas horas antes de seu início. Eles foram instruídos a informar seus comandantes de companhia uma hora antes do início do combate, e seus comandantes de pelotão apenas minutos antes. (BAR-JOSEPH, 2005).

Além disso, os egípcios optaram por não informar nenhum país árabe, incluindo seus aliados mais próximos, sobre a iminência da guerra. Informar a URSS seria ainda mais delicado, pois, de um lado, tendo em vista a dependência egípcia e síria da assistência militar e diplomática soviética, o Kremlin precisaria receber uma notificação oficial antes do início da guerra. Por outro, uma notificação muito detalhada poderia resultar em pressões soviéticas para evitar a guerra, e várias medidas poderiam indicar aos EUA - e, portanto, também a Israel - que havia uma ameaça iminente. O chefe da estação da KGB no Cairo, em suas memórias, revela que estava ciente dos preparativos de guerra do Egito, mas admite que o Kremlin só compreendeu que a guerra era inevitável dois dias antes do seu início. Assim, a URSS iniciou imediatamente a evacuação de emergência de seus cidadãos do Egito e da Síria. (BAR-JOSEPH, 2005).

Já no que concerne ao **engano ativo**, Bar-Joseph (2005) é consonante com Asher (2009) ao identificar as ações deliberadas de ocultação e engano tomadas por parte do

⁵⁴ Termo cunhado para a última série de “exercícios militares”.

Egito. Em sua visão, as ações empreendidas para persuadir Israel de que os preparativos militares do Egito eram para um “exercício”, e não para a guerra, teriam envolvido a entrega de “mensagens falsas” aos israelenses. A primeira tinha por objetivo (1) neutralizar o valor dos indicadores de “alerta antecipado” (*early warning*) coletados por Israel, amplificando o efeito do *cry-wolf syndrome*⁵⁵. Até onde se sabe, os casos anteriores de tensão não faziam parte de um plano de decepção egípcia, mas sim o resultado de uma intenção real de iniciar a guerra (primavera de 1973) ou uma tentativa de criar uma crise para obter concessões políticas (final de 1971 e final de 1972). Mais relevantes são os meios intencionalmente utilizados pelos egípcios para minar a prontidão de Israel para a guerra. (BAR-JOSEPH, 2005).

São exemplos destes meios:

Quadro 4 – Atos de Engano Militares Empregados pelo Egito

Os exercícios de Tahrir: Desde 1968, esses exercícios foram realizados rotineiramente. Alguns foram exercícios de esqueleto, outros exercícios táticos ou da equipe e outros foram exercícios combinados. Embora seu principal alvo fosse preparar o Exército para a guerra (e em alguns casos para apoiar as ameaças de guerra egípcia), eles também foram realizados para que os israelenses usassem ao acúmulo egípcio de forças ofensivas próximas à linha de frente.

A mobilização e desmobilização de soldados de reserva: desde o início de 1973, foram realizados 22 exercícios de mobilização e desmobilização de unidades de reserva. Isso permitiu que os egípcios se mobilizassem e efetivamente e que os israelenses usassem esse processo. Três mobilizações, nas quais 120.000 soldados de reserva foram chamados para as armas, ocorreram nos últimos dez dias antes da guerra.

O avanço das forças para a linha de frente: a maior parte da força que deveria realizar a travessia - cinco divisões de infantaria - foi rotineiramente implantada em posições desde 1970. A implantação de forças adicionais, no final de setembro de 1973, foi altamente excepcional em muitas de suas dimensões, mas não eram totalmente irregulares, pois também ocorreram implantações de emergência anteriores a Tahrir.

Exercícios repetidos de alerta da FAE [Força Aérea Egípcia]: a partir de 22 de setembro, quando os egípcios começaram a mudar as forças para a frente, a FAE conduziu uma série O Plano de Decepção egípcia 27 dos exercícios de implantação de emergência. Segundo fontes egípcias, a FAI [Força Aérea Israelense] reagiu aumentando seu estado de alerta. Os exercícios egípcios tinham por objetivo testar a

⁵⁵ “Síndrome do choro do lobo”, em tradução direta. Segundo Handel (2003): “Uma série de alarmes falsos minará a credibilidade da organização de inteligência (a chamada *cry-wolf syndrome*); e no momento em que decisões subsequentes sobre assuntos semelhantes tiverem de ser tomadas, períodos prolongados de mobilização e a rotina de alertas terão provocado uma “fadiga de alerta” (isto é, condicionando o alto comando e as tropas a um estado de alerta e, portanto, desgastando progressivamente a sua prontidão para a ação). Um estado de alerta contínuo ou “permanente” pode, portanto, ser autodestrutivo. [*self-defeating*]”. (HANDEL, 2003, p. 16-17 – tradução própria).

Por fim, Sindawi e Kahana (2015) fazem alusão a um “auto engano” (*self deception*) por parte de Israel ao pontuar que algumas das causas principais, que contribuíram fortemente, para a falha avaliação de Israel no fim das contas foram (1) a confiança exagerada nas conquistas de Israel, especialmente após a Guerra dos Seis Dias de 1967; (2) a convicção de que qualquer ataque repentino poderia ser enfrentado com as forças regulares até que as reservas fossem convocadas; (3) a percepção generalizada do presidente egípcio Anwar Sadat como um líder de pouca influência, com autoridade e ações restritas; e (4) a certeza na interpretação precisa de Israel sobre os planos operacionais egípcios e sírios. (SINDAWI & KAHANA, 2015).

À luz das contribuições de Handel (1975), o “auto engano” de uma vítima de um ataque surpresa seria geralmente mais forte do que o próprio engano operado pelo atacante. (HANDEL, 1975). Contudo, embora o Egito tenha se utilizado de diversos meios e métodos de engano e desinformação contra Israel, a respeito de suas verdadeiras intenções militares, tanto Bar-Joseph (2005) quanto Asher (2009) questionam a real eficiência de tais ações como causa central da surpresa sofrida por Israel no dia 6 de outubro.

Para Bar-Joseph (2005), a estratégia de engano não desempenhou um papel central no plano de guerra egípcio, e seus líderes evitaram fazer da conquista da surpresa uma condição indispensável para o início da guerra. Sadat tinha a intenção de iniciar a guerra em outubro, independentemente de haver ou não surpresa, e a avaliação mais otimista entre os egípcios era que Israel teria conhecimento da guerra iminente três dias antes de seu início. (BAR-JOSEPH, 2005).

Já para Asher (2009), as atividades limitadas dos egípcios em termos de engano e dissimulação nos níveis tático e operacional sugerem que essas áreas eram de menor relevância. No entanto, o plano egípcio e as tropas de combate conseguiram alcançar a surpresa estratégica. A inteligência israelense não conseguiu discernir a verdadeira natureza dos acontecimentos. A fachada de um exercício militar coincidia perfeitamente com o “conceito” inquestionável dos israelenses. (ASHER, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARCIAIS

Este capítulo tratou sobre os principais passos e processos, com foco principal para o histórico de antecedentes, que compuseram e levaram à Guerra do Yom Kippur.

A Guerra dos Seis Dias, de 1967, foi um acontecimento primordial na relação Egito-Síria-Israel, pois foi a partir desta que se desenvolveram as bases políticas, diplomáticas e militares que sustentaram todo o processo de planejamento e decisão de recorrer à guerra contra Israel, em 1973. A decisão de ir à guerra, as preparações e o planejamento para o ataque, o papel da inteligência militar israelense e as manobras de engano postas em prática se mostram como os principais, mas não únicos, passos e processos antes da eclosão no dia 6 de outubro de 1973. Como visto, muitos fatos e acontecimentos aludem e fazem menção, direta e indiretamente, às teorias elencadas para a compressão do caso e, mais ainda, parece demonstrar certa ligação com a hipótese principal desta pesquisa.

CAPÍTULO 5

A CONCEPÇÃO, OS POSSÍVEIS MOTIVOS QUE LEVARAM À SUA FALHA, E O TESTE DE HIPÓTESE

*Concepção - uma estrutura de pensamento que permite a ordem e o significado de informações relevantes para uma percepção adequada de um problema concreto - é uma ferramenta essencial no trabalho de inteligência.
(BAR-JOSEPH, 2005, p. 45).*

Este 5º e último Capítulo tem por objetivo abordar os principais desdobramentos e conclusões da Comissão Agranat, encarregada de examinar a existência de uma “concepção” dentro dos principais órgãos de inteligência e tomada de decisão em Israel. Esta concepção foi identificada como a principal razão pela qual Israel não estava adequadamente preparado para a guerra que se seguiu, sendo pego de surpresa pelo ataque conjunto de Egito e Síria. Além disso, o capítulo discutirá as próprias reflexões de Dani Asher e Uri Bar-Joseph sobre a “concepção” existente nas avaliações da inteligência militar, bem como possíveis razões alternativas para o fracasso da mesma. Após a apresentação das possíveis causas e motivos da falha da concepção, serão analisados os processos citados no capítulo 4 à luz das teorias e hipótese levantadas.

5.1. A COMISSÃO AGRANAT E A “CONCEPÇÃO” (“HA-KONSEPTZIYAH”)

Como mencionado no Capítulo 2 da presente pesquisa, a Comissão Agranat é “a avaliação oficial do governo israelense sobre o desempenho das forças de defesa de Israel durante a Guerra do Oriente Médio de outubro de 1973”. (FULL AGRANAT REPORT..., 2023, s/p). Em outras palavras, a Comissão Agranat foi criada no intuito de descobrir e entender o que levou as FDI, e todos os seus tomadores de decisão relacionados, a não “prever” e sofrer a surpresa dos ataques coordenados entre Egito e Síria.

O que foi essa “concepção”? De acordo com a própria Comissão Agranat (2023), tal “concepção” era formada por três (3) aspectos principais:

Havia três razões para o fracasso das autoridades responsáveis pela avaliação: [1] **primeiro**, sua adesão obstinada ao que era conhecido como “a concepção”, segundo a qual a) **o Egito não lançaria guerra contra Israel antes de garantir que o poder aéreo suficiente para primeiro atacar Israel em profundidade** e, em particular, os principais aeródromos de Israel, de modo a paralisar a Força Aérea de Israel, e B) **que a Síria lançaria apenas um ataque total a Israel simultaneamente com o Egito.** (...). Segundo, [2] o diretor de inteligência militar [DMI Zeira] garantiu às IDF que ele seria capaz de avisar, antecipadamente, qualquer intenção inimiga de

lançar uma guerra total em tempo útil para permitir a chamada ordenada das reservas. (...). Descobrimos que não havia motivos para dar às FDI uma capacidade tão absoluta. **Em terceiro lugar, [3] nos dias anteriores à guerra de Yom Kippur, o ramo de inteligência (pesquisa) recebeu inúmeros relatórios de alerta ... as divisões de pesquisa da inteligência e o diretor de inteligência militar não avaliaram corretamente os avisos contidos nesses relatórios, devido à sua adesão doutrinária à “concepção” e ao fato de estarem preparados para explicar o implantação inimigo ao longo das linhas de frente, [que se demonstrou] sem precedentes em tamanho das forças e em sua orientação para as frentes, na suposição de que tudo isso certificava somente uma implantação defensiva na Síria e a participação de um “exercício” de várias divisões no Egito, semelhante aos exercícios realizados no passado. (...). O inimigo conseguiu, assim, enganar as FDI e pegá-las de surpresa sob o disfarce de um exercício supostamente ocorrido no Egito.** (AGRANAT COMMISSION, 2023, p. 3 – tradução própria – ênfases adicionadas).

Tal concepção, ou, à luz de Bar-Joseph (2012) e Brecher e Raz (1977), tal “estrutura de pensamento” que foi criada e utilizada para dar sentido e significado a todo o processo de ações e mobilizações antes da guerra, foi rigidamente seguida e imutável até o último momento. (BAR-JOSEPH, 2012; BRECHER & RAZ, 1977). Segundo Asher (2009), o “conceito” israelense, que teria sido desenvolvido nos dois anos anteriores à guerra, argumentava que o Egito, nas condições daquela época, não tinha capacidade para realizar uma ofensiva em grande escala na frente do Canal de Suez. Esse conceito estava, como visto, equivocado. Os egípcios analisaram questões doutrinárias, resolveram os desafios impostos pelas Forças de Defesa de Israel no canal, prepararam seu exército para o combate e ingressaram na guerra. (ASHER, 2009).

Já Bar-Joseph (2005) é um pouco mais cético com relação a “quando” o “conceito” foi desenvolvido. Segundo ele, seria difícil determinar exatamente quando essa concepção surgiu. A Comissão Agranat, estabelecida após a guerra para investigar as razões da falta de preparação das Forças de Defesa de Israel (IDFs) na véspera da guerra e suas falhas nos primeiros três dias do conflito, apontou que ela existia na AMAN desde, pelo menos, 1971, mas parece ter se equivocado neste ponto. Segundo Bar-Joseph (2005), a lógica operacional por trás dessa concepção pode ser atribuída às discussões no Estado-Maior das FDI no final de 1968. Naquela época, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Major-General Ezer Weitzman (que foi o comandante da FAI de 1958 a 1966) e o Brigadeiro-General Benny Peled da FAI (que serviu como comandante da FAI na guerra de 1973) argumentaram categoricamente que, como a Força Aérea Egípcia (FAE) não conseguia atingir as bases aéreas da FAI em Israel, os egípcios se deparavam com duas opções: ou evitar uma travessia em grande escala do canal ou empreender essa operação e enfrentar a derrota. (BAR-JOSEPH, 2005).

Se Israel estava consciente disso ou não, o Egito compartilhava de uma perspectiva semelhante e havia dedicado esforços consideráveis para adquirir a capacidade de atingir a Força Aérea de Israel em suas bases. Os israelenses estavam cientes do fracasso egípcio em alcançar esse objetivo. Isso, aliado aos resultados da Guerra de Atrito, reforçou a crença israelense de que o Egito evitaria qualquer tentativa de travessia do canal antes de adquirir uma capacidade razoável para neutralizar a superioridade aérea de Israel. A AMAN estava ciente da possibilidade de que, do ponto de vista egípcio, a implantação do sistema antiaéreo ao longo do canal limitaria a liberdade de ação da IAF na principal zona de batalha. Mesmo assim, a vulnerabilidade da retaguarda egípcia permanecia como um ponto fraco que deveria ter dissuadido o início de uma guerra total. (BAR-JOSEPH, 2005).

Em uma contribuição mais recente, Bar-Joseph (2013) afirma que a tese central da Comissão Agranat afirmava que, uma vez que continuaram a acreditar, até o último momento, que a falta de mísseis nos planos de ataque do Egito impediria o início da guerra, os principais tomadores de decisão mantiveram até sábado, 6 de outubro, a avaliação de que a probabilidade de ataque (ainda) era baixa. Como resultado, as autoridades israelenses deixaram de adotar as medidas necessárias para lidar com a ameaça, e as Forças de Defesa de Israel foram pegas de surpresa quando a guerra começou. Com base nessa tese principal, a Comissão Agranat decidiu destituir Zeira, Shalev e Bandman de seus cargos. (BAR-JOSEPH, 2005).

Além do mais, uma dimensão adicional dessa concepção envolveu a percepção do novo líder egípcio, Sadat. Segundo Bar-Joseph (2005), desde que assumiu o poder, Sadat era considerado um substituto temporário de Nasser - um líder peculiar, instável e, por vezes, até ridículo, que utilizava declarações vazias e fazia ameaças infundadas. Em contraste com Nasser, que tinha a imagem de um líder sério e responsável, apesar dos desastres causados ao povo egípcio, Sadat - com ou sem razão - ganhou a reputação de um sonhador imprudente. As medidas ousadas e bem-sucedidas que ele tomou, como a supressão da oposição ao seu governo em maio de 1971 e a expulsão dos soviéticos em julho de 1972, não foram consideradas como demonstrações impressionantes de habilidade para tomar decisões eficazes sob pressão. Geralmente, essas ações eram ignoradas ou vistas como puro acaso. Essa perspectiva também teria sido compartilhada por outros no Egito e nos Estados Unidos. Sua contribuição para a formação da “concepção” israelense sobre a capacidade de Sadat de iniciar a guerra foi altamente significativa. (BAR-JOSEPH, 2005).

De acordo com Asher (2009), quando a Comissão Agranat analisou a “evolução” do conceito, e os motivos de sua adoção por Zeira, observou que essa era a visão geralmente aceita nos corredores da inteligência israelense desde 1971. Quando Zeira assumiu como chefe da Inteligência Militar, em outubro de 1972, ele adotou o conceito após se convencer de estar “correto”. A confiança de Zeira na precisão do conceito foi reforçada quando ele notou que em três (3) ataques anteriores, ele se mostrou válido. Zeira admitiu que informações estavam chegando de várias outras fontes sobre a intenção do Egito de lançar uma grande ofensiva. Essas informações sobre os preparativos militares no setor do canal incluíam movimentação de tropas e equipamentos, implantação de artilharia, elevação dos níveis de alerta nas forças aéreas e terrestres, e outros dados relevantes. Apesar disso, em cada ocasião, os egípcios recuaram em ir à guerra, consolidando a percepção dos analistas de inteligência israelenses de que seu conceito era robusto e correto. (ASHER, 2009).

O “conceito” teria provado sua credibilidade nas seguintes ocasiões. (ZEIRA *apud* ASHER, 2009, p. 49):

- Em novembro-dezembro de 1971, durante o “Ano da Decisão”, quando Sadat fez um anúncio público de que o Egito estava a caminho da guerra;
- Em dezembro de 1972, quando chegou a informação de fontes secretas de que o Egito estava prestes a iniciar uma guerra;
- Em abril-maio de 1973, quando especialistas em inteligência estimaram que o Egito não estava a caminho da guerra.

Asher (2009) entende que o alerta de abril de 1973, e a interpretação de Israel sobre esses eventos, foram discutidos pelo Brig. General Yoel Ben-Porat, que segundo este último:

Os egípcios não nos atacam porque ainda não estão prontos. **E como eles são incapazes de nos atacar, eles não desejam fazê-lo.** A Síria não ousará nos atacar sozinha, pois depende do Egito. A probabilidade [de um ataque iniciada pela Síria] é menor do que a mais baixa [probabilidade] (...). Em três ocasiões, Sadat anunciou publicamente ou secretamente que estava prestes a lançar uma guerra. **[Nossa inteligência] especialistas analisaram a situação de acordo com a concepção e chegaram à conclusão de que ele não iria para a guerra.** (BEN-PORAT *apud* Asher, 2009, p. 49-50 – tradução própria – ênfases adicionadas).

A passagem acima revela que a concepção criada com relação à probabilidade da guerra perpassava não somente pelos aspectos técnicos de capacidade militar específica, como a capacidade aérea, por exemplo, mas, também, por uma noção de que não sendo

capazes materialmente, o Egito também não teria a **intenção** de ir à guerra contra Israel. E, desta forma, a concepção que descartava a possibilidade de um ataque egípcio foi refutada pelos eventos. Quando a guerra começou, esse conceito foi desafiado pelas forças terrestres egípcias que atravessaram o canal, determinadas a **restaurar a honra** de sua nação. (ASHER, 2009).

5.2. POR QUE A “CONCEPÇÃO” FALHOU?

Segundo Asher (2009) o conceito que se desenvolveu na Inteligência Militar estava correto à época em que foi criado, considerando que os egípcios pretendessem cruzar o canal, capturar as fortalezas e penetrar profundamente no Sinai. No entanto, a decisão egípcia (aparentemente tomada no final de 1972) de limitar os objetivos militares e estreitar as dimensões da guerra desafiou a concepção israelita. O exército egípcio não necessitava mais de aeronaves de longo alcance. Embora persistisse em tentar adquiri-las e até conseguisse garantias de fornecimento de bombardeiros MIG-23 e Sukhoi, isso já não era uma condição indispensável para iniciar a guerra. (ASHER, 2009).

A disposição israelense, que parecia fazer sentido durante a Guerra de Atrito e em 1972, o “Ano da Decisão”, devido à incapacidade do Egito de lançar um ataque em grande escala, reforçou ainda mais a concepção israelita. A concepção consolidou-se como uma avaliação robusta no campo de inteligência em relação ao perigo de guerra. Essa concepção fundamentou a avaliação da Mossad de que a probabilidade de o Egito e a Síria iniciarem uma guerra total, uma guerra em grande escala contra Israel simultaneamente em duas frentes, era muito remota. (ASHER, 2009).

Citando o coronel Yoel Ben-Porat, que atuou como comandante da unidade central de coleta de informações - SIGINT - na Inteligência Militar antes e durante a guerra, Asher (2009) argumenta que a avaliação da inteligência seria semelhante a um projeto arquitetônico. Da mesma forma que os arquitetos se apegam apaixonadamente aos seus próprios conceitos, tornando-se incapazes ou relutantes em alterar sua forma ou essência, os “artistas” da inteligência militar caíram no envolvente abraço de sua própria conceptualização dogmática, sem prestar atenção ao fluxo de informações contraditórias e sem desejar modificar qualquer parte de sua estimativa em relação à baixa probabilidade de uma guerra eclodir. Outras informações, especialmente se contraditórias, eram bloqueadas e deixadas sem análise; e se não eram examinadas

criticamente, então não eram compreendidas e até mesmo descartadas. (BEN-PORAT *apud* ASHER, 2009).

Além do mais, outra suposição equivocada era de que a capacidade militar dos árabes e do Exército Vermelho (URSS), em termos de poder de fogo e mobilidade, era inferior à de Israel. O que os especialistas em inteligência israelenses não sabiam era que a doutrina de combate soviética, adotada pelo exército egípcio, havia encontrado uma maneira de neutralizar as vantagens do Ocidente em geral e de Israel em particular, desenvolvendo duas famílias de sistemas avançados de mísseis ar-superfície e antitanque. A falta de conhecimento israelense sobre esses mísseis e sua importância permitiu que os árabes pegassem Israel desprevenido. Ou seja, a capacidade dos árabes de subjugar taticamente as FDI com mísseis extremamente precisos possibilitou que eles surpreendessem Israel estrategicamente. (ASHER, 2009).

Para Asher (2009), a concepção israelense poderia ser resumida da seguinte forma: os árabes não tinham opção para a guerra porque o Egito não possuía poder aéreo para se envolver em um conflito. Para atingir esse objetivo, os egípcios adquiriram mísseis antitanque e uma grande quantidade de armamento antiaéreo como alternativa à sua força aérea na proteção da operação de travessia. (ASHER, 2009). A posição de Israel poderia ser resumida nas palavras do ministro da Defesa, Moshe Dayan, que **confessou a Sadat que Israel estava ciente de todos os seus movimentos militares, mas se recusou a acreditar** que ele era capaz de lançar uma ofensiva e atravessar o canal. (DAYAN *apud* ASHER, 2009, p. 54).

A Comissão Agranat acabou por resumir o fato, afirmando que a excessiva dependência da “concepção” como o principal critério que orientava a comunidade de inteligência resultou em uma abordagem limitada e inflexível ao pensamento, em vez da flexibilidade intelectual crucial no campo da avaliação. (ASHER, 2009).

Bar-Joseph (2005), por sua vez, apresenta uma série de possíveis aspectos e causas que levaram Israel a sofrer o ataque despreparado. Primeiramente, ele define a surpresa sofrida por Israel como uma “*falha de inteligência*”, mas, no entanto, afirma que tal falha **não foi a falta de informação** ou a **incapacidade de gerar um alerta claro** de uma guerra iminente, mas, sim, de considerar, até o último momento, a guerra como altamente improvável. Para ele, o fracasso da AMAN não residia na sua incapacidade de fornecer um aviso claro de guerra alguns dias antes do início das hostilidades. Mas, foi devido ao fato de que, **apesar de receber múltiplos avisos que claramente indicavam a iminência da guerra**, a organização continuou a afirmar até a

sexta-feira, pela manhã (dia 5 de outubro), que a guerra era improvável. No dia 1º de outubro, **a AMAN possuía informações suficientes para concluir que a preparação árabe para a guerra era uma das três possíveis explicações para a situação** - as outras duas eram um exercício e o temor de um ataque israelense. Se tivesse feito essa análise, as informações subsequentes teriam levado a considerar a explicação da guerra como a mais plausível, no mais tardar, na noite de 4 a 5 de outubro. (BAR-JOSEPH, 2005).

Além do mais, a suposta “falha de inteligência” de Israel não decorreu de um colapso no sistema de inteligência como um todo, mas sim de deficiências em alguns de seus componentes cruciais. As agências de coleta da AMAN e do Mossad forneceram alertas de alta qualidade sobre os preparativos de guerra e a intenção de iniciá-la. Caso Zeira tivesse aprovado a utilização dos “meios especiais de coleta” da AMAN, as informações disponíveis poderiam ter sido de melhor qualidade. (BAR-JOSEPH, 2005).

Nesse sentido, Bar-Joseph (2005), traz uma série de possíveis explicações e causas desta referida “falha”. O autor as agrupa em cinco (5) grandes conjuntos de explicação. São eles: **(1) Obstáculos Exclusivos ao Processo de Resposta de Aviso; (2) Obstáculos Burocráticos; (3) Pensamento do Grupo (*Group Thinking*); (4) Obstáculos Psicológicos no Nível Individual; (5) O Fator Humano (*The Human Factor*)**. (BAR-JOSEPH, 2005).

Dentro dos **(1) Obstáculos Exclusivos ao Processo de Resposta de Aviso**, há a (I) “cobertura e engano” (*cover and deception*). Como visto no capítulo anterior, o engano, a desinformação e os falsos exercícios militares empregados pelo Egito na tentativa confundir e ludibriar Israel, tiveram um papel importante nas causas finais da falha em reagir à surpresa. Junto ao engano, há o (II) *cry-wolf syndrome* que, como visto, causou uma fadiga de alerta em Israel, o que fez com que sua capacidade de preparação de um possível ataque fosse minado. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 236-240).

Outro aspecto foi o que Bar-Joseph (2005) define como (III) “compartimentação”, que se caracterizou pela restrita distribuição de informação relevante e sensível de inteligência com relação às movimentações egípcias e sírias. Ou seja, houve uma “retenção” de informações importantes que não foram distribuídas igualmente dentro das próprias organizações de inteligência. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 236-240).

Teria havido, também, uma (IV) super confiança na qualidade das fontes de inteligência que, devido à enorme quantidade e riqueza de informações recebidas, fez

com que houvesse a “certeza” de que Israel saberia se o Egito e a Síria tinham intenção de irem à guerra. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 236-240).

A crença na (V) “inferioridade estrutural da vítima” do ataque surpresa. Ou seja, aquele que planeja empregar um ataque surpresa, se vale de uma desvantagem própria a que a vítima se encontra, justamente por ser o alvo da surpresa e de quando essa surpresa ocorrerá. Em 1973, o elemento crucial foi o momento do ataque surpresa. **Israel ficou desprevenido não por falta de informação, mas devido à interpretação inadequada dessas informações.** (BAR-JOSEPH, 2005).

O (VI) medo de desestabilizar o *status quo* também esteve presente na medida em que a então Primeira-Ministra, Golda Meir, e o Ministro da Defesa, Moshe Dayan, pretendiam evitar o aumento de alerta das FDI e da necessidade de intervenção americana, por “medo” de que isso implicasse em uma “crise indesejada” e a consequente pressão por uma solução diplomática que forçasse Israel a fazer concessões. Por fim, dentro de tais obstáculos, haviam, aparentemente, considerações políticas de caráter doméstico que influenciaram, em alguma medida, a mobilização antecipada das forças reservas das FDI. Aqui, Bar-Joseph (2005) sugere que houve uma espécie de “vergonha política”, atrelada a um alto “custo político” doméstico, em mobilizar drasticamente as FDI na justificativa de um ataque iminente, e a guerra não ocorrer - considerando que as eleições estavam próximas. (BAR-JOSEPH, 2005).

Com relação aos **(2) Obstáculos Burocráticos**, há a ideia dos (I) Procedimentos Operacionais Padrão (POP). Bar-Joseph (2005) reconhece que não houve, em 1973, uma forte aderência aos POP, uma vez que Israel possuía uma vasta experiência em lidar com situações anormais de crise e em improvisação, não necessitando se apegar rigidamente a estes procedimentos. Contudo, a relutância do DMI Zeira em entender as movimentações egípcias e sírias como um sinal de guerra, em não ativar os meios especiais de coleta, e em não passar certas informações críticas e sensíveis a seus superiores, pode ser um exemplo de como um desvio dos POP podem causar graves danos. (BAR-JOSEPH, 2005).

Outro aspecto seria a (II) rivalidade burocrática e inter-burocrática. As informações de que a AMAN se valia, não eram exclusivamente captadas por ela. O Mossad – agência de inteligência que compõe o quadro de inteligência nacional de Israel – era encarregado pela inteligência humana (HUMINT) em 1973, e principalmente sobre as movimentações egípcias e sírias. A contribuição do Mossad era imprescindível, visto que a maior parte das informações sobre as movimentações

militares na fronteira vinham da HUMINT. Contudo, alguns oficiais (tanto os adeptos quanto os não-adeptos à “concepção”) da AMAN tendiam a “diminuir” o valor das informações recebidas do Mossad. Além disso, dentro da própria AMAN, havia uma aparente “falta de cooperação” entre os departamentos, como por exemplo a divisão 6 (*Branch 6*) e os oficiais do Comando Sul. (BAR-JOSEPH, 2005).

A (III) “pesquisa de opinião”, como define Bar-Joseph (2005), era um obstáculo burocrático na medida que havia uma espécie de “consenso”, diretamente ligado à concepção, de que as movimentações árabes não eram preparações para a guerra. (BAR-JOSEPH, 2005).

Por fim, haveria um provável, ou uma tentativa de, (IV) monopólio das estimativas de inteligência pela AMAN. Quando opiniões “contrárias” às opiniões dos principais membros da AMAN eram proferidas com relação às ações árabes, as reações eram de que tais opiniões não possuíam as informações ou a expertise suficiente que tais membros possuíam. (BAR-JOSEPH, 2005).

O (3) **Pensamento do Grupo (*Group Thinking*)** que acometeu os principais analistas da inteligência e tomadores de decisão em 1973, pode ser resumido em uma série de oito (8) aspectos principais, ou “sintomas”, deste conjunto de explicação. São eles (BAR-JOSEPH, 2005, p. 243-245):

(I) **Ilusão de Invulnerabilidade e senso de superotimismo:** a crença na “concepção” guiou a maior parte das ações da AMAN até os últimos momentos antes do ataque. Porém, muitos membros ainda acreditavam que, mesmo se estivessem errados a respeito de suas avaliações, as forças regulares das FDI seriam suficientes para defender tanto a frente de Suez quanto de Golã.

(II) **Crença na Moralidade Inerente do Grupo:** Os membros da AMAN rejeitaram qualquer ideia que insinuassem que houve alguma tentativa, proposital ou não, em bloquear qualquer pensamento ou alternativa da “concepção” dominante.

(III) **Racionalização Coletiva:** Mesmo havendo informações que desafiavam a “concepção” de que a guerra era improvável, houve tentativas de explicar os fatos de maneira que não a refutasse, e a discussão a respeito era (quase) sempre ignorada ou adiada.

(IV) **Estereótipos de Fora do Grupo:** Teria havido uma tendência entre os principais membros da AMAN em “subestimar” as habilidades de liderança de Sadat, bem como a habilidade do Egito e Síria em iniciarem uma guerra contra Israel. *“É importante observar que a crença teimosa de que Sadat não ousaria ir à guerra sem os*

meios necessários, **projetaram** sobre o líder egípcio um modo simplista, estereotipado e sem imaginação de pensar que realmente tipificaram os próprios analistas da AMAN”.

(V) **Autocensura:** Os membros sêniores da inteligência que expressaram reservas com relação à concepção dominante só o fizeram de modo informal, como em corredores ou no banheiro. Além disso, o chefe do *Branch 5* diminuiu o “tom” de suas críticas com relação à “concepção” após ser “repreendido” por alertar o Comando do Norte sobre a possibilidade de guerra.

(VI) **Ilusão de Unanimidade:** Neste aspecto Bar-Joseph (2005) confessa que “até onde se sabe, essa ilusão coletiva não existia completamente. É evidente, no entanto, que o nível de objeção à tese dominante [concepção] não era claramente conhecido por conta do mecanismo de autocensura”.

(VII) **Pressão Direta sobre Visões Dissidentes:** Tal “pressão” estaria diretamente ligada à autocensura houve pedidos diretos e indiretos para que se evitasse “criticar” a tese de que a guerra era improvável, fazendo com que se perpetuasse, ainda mais, a disseminação da concepção.

(VIII) **“Guardas Mentais Autoindicados”:** Este “sintoma” se caracterizava pelo “mero uso do termo ‘alarmista’ ou ‘causadores de pânico’ para apontar para qualquer um que ameaçasse a calma atmosfera [oferecida pela crença cega à concepção]”.

No que tange aos **(4) Obstáculos Psicológicos no Nível Individual**⁵⁶, este conjunto explicativo é composto, primeiramente, do (I) “viés de confirmação⁵⁷”. Um exemplo canônico do impacto do viés de confirmação teria sido quando no dia 5 de outubro, houve informações de que os soldados egípcios receberam ordens para quebrar o jejum do Ramadã. Os analistas mais experientes foram questionados sobre como este fato - altamente irregular e fora do padrão esperado - ainda poderia ser entendido como um exercício, apenas ignoraram a questão, pois não condizia com as expectativas cognitivas que o “conceito” ditava. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 246-248)

Haveria, também, uma espécie de (II) “dissonância cognitiva”⁵⁸. Um exemplo típico de dissonância cognitiva seriam as explicações da inteligência da AMAN sobre a

⁵⁶ Para uma visão semelhante sobre o aspecto psicológico do lado israelense, ver Rolef (2007).

⁵⁷ “A tendência humana de notar e procurar informações que confirmam as crenças e ignorar, não procurar ou subestimar a relevância das informações que a contradizem, é o viés mais conhecido na literatura profissional de psicologia social”. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 246).

⁵⁸ “Muito parecido com o viés de confirmação, a teoria da dissonância cognitiva explica por que os humanos tendem a preferir informações que confirmem a crença existente a informações que a refutem. Dado que ambos conduzem a resultados semelhantes, é difícil atribuir a avaliação errada a qualquer uma

evacuação soviética. Foram criadas três (3) explicações: duas (2) que coincidiam com a concepção dominante de que o Egito não iria à guerra, e outra que afirmava que os soviéticos acreditavam que havia, sim, planejamentos para um ataque. No entanto, a terceira explicação foi descartada por Zeira pois, “os soviéticos não conhecem os árabes tão bem” quanto os judeus. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 246-248)

O último aspecto explicativo dos obstáculos psicológicos seria o (III) “julgamento heurístico”. Segundo Bar-Joseph (2005), um julgamento heurístico seria, a grosso modo, um “método de simplificação cognitiva de fatos de alta complexidade”. Em 1973, apesar das informações apontarem para o contrário, a crença predominante de que a guerra era improvável, foi amplamente fundamentada na heurística da representatividade, que se baseou na ocorrência de eventos semelhantes no passado, especialmente durante os meses de abril e maio de 1973, os quais não resultaram em guerra – devido ao uso do engano e efeito do *cry-wolf syndrome*. Além disso, essa heurística levou alguns analistas a descartar alertas de guerra provenientes de fontes HUMINT do Mossad, argumentando que essas mesmas fontes haviam alertado sobre a guerra no passado, e nada havia acontecido. O uso de outra heurística, a “heurística da disponibilidade”, também foi percebido quando foram oferecidas possíveis explicações para a súbita evacuação soviética. Embora não houvesse indicações anteriores de tensão nas relações de Moscou com Egito e Síria, a primeira explicação apresentada pelos analistas da AMAN foi uma crise nessa relação. Esta explicação teria sido fundamentada na crise de julho de 1972, que resultou na expulsão do pessoal militar soviético do Egito. O fato de que os padrões de evacuação de 1972 destoavam significativamente dos padrões daquele momento teve um papel limitado, principalmente porque a explicação alternativa poderia criar uma discrepância entre a tese predominante e a nova informação. Nesse sentido, a heurística da disponibilidade serviu como uma explicação conveniente para uma situação “desconfortável”. (BAR-JOSEPH, 2005)

Por fim, o último conjunto de possíveis explicações para a falha da “concepção” seria o **(5) O Fator Humano (*The Human Factor*)**⁵⁹. Até aqui, Bar-Joseph (2005) ofereceu possíveis explicações gerais sobre as variadas causas da “falha de inteligência”

destas duas fontes. No entanto, parece que o efeito da dissonância cognitiva é mais proeminente quando a discrepância entre as crenças de alguém sobre a realidade e a informação recebida sobre ela é clara e não pode ser ignorada. Sob tais circunstâncias, a discrepância é resolvida atribuindo maior peso à informação ou interpretação que coincide com a crença atual e subestimando as evidências que a contradizem”. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 247).

⁵⁹ Discussão e análise sobre este aspecto presente, também, em Bar-Joseph (2003).

ou da “concepção” em Israel. Porém, tais explicações não conseguiriam, segundo o autor, preencher completamente a lacuna entre a excepcional qualidade de informações recebidas e a baixa qualidade de alerta resultante. Para isso, Bar-Joseph (2005) se vale das “características pessoais” dos principais tomadores de decisão e de inteligência e 1973. (BAR-JOSEPH, 2005).

A principal causa do desastre de inteligência de Israel teria disso a conduta do DMI, Major-General Eli Zeira, e do chefe da Divisão 6 (*Branch 6*), Tenente-Coronel Yona Bandman, desde a nomeação de Zeira como DMI em 1º de outubro de 1972. A combinação de um DMI excessivamente confiante, que se via mais como um formulador de políticas do que como um provedor de informações e avaliações, e um analista-chefe dos assuntos egípcios, cuja abordagem para avaliar a probabilidade de guerra era caracterizada por uma fixação extrema, foi a principal origem do fracasso da inteligência de Israel. Para Bar-Joseph (2005), isso ocorreu porque ambos, especialmente Zeira, não apenas falharam profissionalmente, mas falharam, também, de forma ética, realizando conscientemente ações que estariam claramente além de suas responsabilidades. (BAR-JOSEPH, 2005).

A decisão de Zeira, de mentir para seus superiores sobre a ativação dos meios especiais de coleta representaria um claro exemplo desse comportamento inadequado. Ao fazer isso, Zeira privou Israel de acesso a informações valiosas sobre a guerra iminente e, ao mesmo tempo, distorceu a percepção de inteligência de Moshe Dayan e David Elazar, levando-os a subestimar a probabilidade real de guerra. A Comissão Agranat reconheceu a gravidade desse problema e absolveu Dayan da responsabilidade pelo desastre, em parte porque sua confiança na concepção vigente foi reforçada por informações enganosas fornecidas pelo DMI. Após a guerra, Elazar expressou perplexidade com a resposta do DMI, percebendo que sua confiança na situação tranquila dos meios especiais de coleta era infundada. Posteriormente, em 1993, o então chefe do Estado-Maior, Ehud Barak, confirmou que a Aman não utilizou todos os seus recursos de coleta até o último momento, indicando uma falha crítica na condução da inteligência em Israel. (BAR-JOSEPH, 2005).

Outras ações de Zeira também causaram danos significativos. Uma delas foi a avaliação da probabilidade de guerra, que contrariava a própria AMAN, que se baseava em *intenções* em vez de *indicadores* de alerta antecipado (*early-warning*). Outra ação prejudicial foi o atraso injustificado na transmissão de alertas críticos para seus superiores. Um exemplo particularmente prejudicial teria sido sua decisão na tarde do

dia 5 de outubro de não enviar uma mensagem que confirmava que a evacuação soviética estava ligada à intenção do Egito e da Síria de iniciar a guerra. O chefe de gabinete, ao tomar conhecimento dessa mensagem, expressou a convicção de que o desenrolar da guerra teria sido diferente se tivesse sido informado a tempo. Ao agir dessa maneira, Zeira violou os padrões de conduta profissional apropriada. Ele tratou as informações coletadas pela AMAN como se fossem sua propriedade privada, em vez de reconhecer sua importância crítica para a segurança de Israel. (BAR-JOSEPH, 2005).

Já o Tenente-Coronel Bandman, chefe da Divisão 6, teria desempenhado um papel altamente prejudicial de várias maneiras: (1) suas estimativas escritas eram inequivocamente firmes; (2) ele ignorava completamente as avaliações de outros analistas, incluindo seus próprios assistentes, de que a guerra era altamente provável; (3) ele suprimia qualquer discordância em discussões internas no departamento de pesquisa; (4) ele se recusava obstinadamente a fazer alterações nos documentos que produzia; e, (5) ele rejeitava qualquer informação que contradissesse a tese que ele defendia há muito tempo - **que o Egito se percebia como incapaz iniciar uma guerra** e, portanto, a guerra era improvável. Devido ao seu alto status formal e informal no departamento de pesquisa e à sua estreita relação com Zeira, Bandman tornou-se extremamente autoritário na formação e na manutenção da concepção de que a guerra era, de fato, impossível. (BAR-JOSEPH, 2005).

Nesse sentido, a chave para conectar as excelentes informações disponíveis sobre a guerra com o baixo nível de alerta estratégico produzido pela AMAN residiria na maneira como Zeira e Bandman operavam nas semanas que antecederam o início do conflito. Os relatos disponíveis sobre seus padrões de comportamento e suas convicções sobre suas responsabilidades profissionais sugerem que ambos eram *indivíduos autoritários e dogmáticos*. As explicações convencionais para o comportamento deles tenderiam a se concentrar em suas mentes fechadas, “que resistiam firmemente a considerar qualquer informação que entrasse em conflito com seus preconceitos e crenças arraigadas”. No entanto, descobertas recentes no campo da psicologia cognitiva ofereceriam uma explicação mais contundente para seu comportamento e, por conseguinte, para o fracasso da inteligência como um todo. (BAR-JOSEPH, 2005).

Conforme a teoria epistêmica, os processos de formação de julgamento de um indivíduo (ou seja, como ele testa hipóteses e coleta evidências) são influenciados pela necessidade de **encerramento cognitivo desse indivíduo**. A necessidade de encerramento cognitivo **é descrita como o anseio por um julgamento seguro sobre**

um assunto, qualquer que seja ele, em vez da incerteza e da ambiguidade. Quando sujeito a uma alta necessidade de encerramento, uma pessoa pode desejar duas coisas: (1) alcançar o fechamento o mais rapidamente possível e (2) mantê-lo pelo máximo de tempo possível. A urgência de conclusão sob uma necessidade aumentada de encerramento incentiva a pronta aceitação de sugestões preliminares de encerramento. A busca pela permanência levaria a um “congelamento” no estado de encerramento uma vez alcançado, resultando na resistência à informação subsequente que poderia ser relevante. (BAR-JOSEPH, 2005).

Desta forma, a necessidade de fechamento cognitivo pode ser influenciada por diversos fatores, como a situação em que se encontra e a personalidade do indivíduo. Situações que envolvem altos níveis de *pressão de tempo, distrações, fadiga e sobrecarga cognitiva* tendem a *aumentar a necessidade de fechamento cognitivo*. Comportamentos associados a essa tendência incluiriam (1) a resistência a considerar novas informações que contradigam concepções pré-existentes; (2) a negação ou reinterpretação de informações inconvenientes para que se ajustem às crenças atuais, (3) uma forte ênfase na clareza e coerência; (4) uma tendência a desvalorizar perspectivas divergentes; (5) alta confiança nas próprias ideias; (6) pouca tolerância à divergência de opiniões, resultando em (7) um estilo de liderança e tomada de decisão autoritários. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 250-251).

Nesse sentido, Bar-Joseph (2005) conclui que as informações disponíveis sobre os traços pessoais tanto de Zeira quanto de Bandman indicariam que, desde que assumiram seus cargos em 1972, ambos se encaixam nos padrões comportamentais que caracterizam a necessidade de fechamento cognitivo. Isso sugere que ambos demonstravam uma forte tendência a (a) *adotar rapidamente a concepção de que o Egito não estava em posição de iniciar uma guerra* (uma crença que mantinham antes mesmo de assumirem seus cargos) e (b) *obstinadamente manter essa crença, desconsiderando facilmente novas informações que sugeriam que sua teoria poderia estar equivocada*. (BAR-JOSEPH, 2005, p. 251).

5.3. ANALISANDO OS PROCESSOS CONFORME AS TEORIAS E HIPÓTESE LEVANTADAS

Como visto na Introdução deste trabalho, a hipótese de pesquisa a ser testada é como se segue: *A reputação, credibilidade e imagem estatais influenciariam o cálculo de custo/benefício da decisão de iniciativa de, e/ou de reação antecipada a um ataque surpresa (sudden attack), de Egito/Síria e Israel, respectivamente, na Guerra do Yom Kippur (1973), na medida em que, ao serem consideradas neste cálculo, proveem determinados conjuntos de percepções, escolhas, decisões estratégicas e políticas, aos Estados envolvidos, que moldam as vantagens e desvantagens do curso de ação a ser tomado.* Para que tal hipótese fosse testada, utilizou-se como método de pesquisa, o “*Rastreamento de Processo para Explicação de Resultado*” como uma ferramenta da metodologia de estudo de caso, como visto no Capítulo 2.

A começar pela reputação e credibilidade, é possível notar a presença de aspectos iniciais da reputação como a “moral”, a “honra” e ao “orgulho nacional” nos discursos árabes e análises dos autores que tratam da temática ao se olhar para Guerra dos Seis Dias, e o trauma gerado nos povos árabes, principalmente o Egito, e os resultados que esta provocou na região. Na seção a respeito do “Panorama Geral Sobre a Guerra do Yom Kippur”, Tuttle (2008) e Kamrava (2005) já fazem uso de termos e ideias que remetem diretamente à honra, à moral e à reputação árabe ou egípcia que foi fortemente afetada pela Guerra dos Seis Dias. A moral, a honra e o orgulho nacional citados estão diretamente ligados aos tipos de “*face*”, ou “aparências”, a que Schelling (1966) se refere, e que, junto à credibilidade e à imagem, se referem também ao “culto à reputação” presente em Tang (2005) e em Miller (2012), como os diferentes tipos de reputação existentes. Além disso, Asher (2009) traz, diretamente, a noção de que a Guerra de Atrito tinha como um de seus principais objetivos, a (1) “*projeção da imagem egípcia*” como um regime invicto e ainda de pé, e (2) recuperar o *prestígio* do regime egípcio, demonstrando disposição e capacidade de continuar lutando, mesmo após a derrota de 1967.

O primeiro objetivo vai de encontro direto ao que Jervis (1989) entende pela vontade estatal em possuir uma “imagem desejada” e uma “imagem indesejada” no ambiente internacional, fato que pode acarretar em vantagens, bem como desvantagens, que nem mesmo um aumento em tipos tradicionais de poder poderia trazer. Já o segundo objetivo é um exemplo claro da importância do *prestígio* e da honra para a

reputação de um Estado e um exemplo claro do código operacional do Tipo I, apresentado por Tang (2005), justificando a ação tomada em nome da defesa da reputação.

A decisão de ir à guerra, fundamentalmente tomada pelo Egito, também demonstra sinais da existência do culto à reputação, na medida em que há a preocupação com a honra e credibilidade nacional após a guerra de 1967 e, também, considerando que no culto à reputação, a reputação de um Estado é percebida como sendo uma posse intrínseca do mesmo, tornando-se algo pelo qual vale a pena lutar, como sugerido por Schelling (1966) e por Tang (2005). Além disso, na decisão de ir à guerra é possível perceber a existência do referido “código operacional” que justificaria a defesa da reputação afetada. Primeiramente, as situações em que esses códigos operacionais são mais prováveis de ocorrer, são em situações de *rivalidade* entre Estados. Essa premissa é verdadeira para Egito/Síria com relação a Israel. Suas relações são, sim, relações de rivalidade nos moldes apresentados por Goertz e Diehl (2000) e Colaresi, Rasler e Thompson (2008), no Capítulo 1 da presente pesquisa. Em segundo lugar, a retórica e o comportamento egípcio-sírio, após 1967, eram a retórica e comportamento também do Tipo I, presente no Capítulo 3, onde utiliza-se o código operacional baseado na justificativa da ação tomada, também em nome da defesa de reputação abalada/perdida.

Durante todo o processo de captação e análise das informações pela inteligência israelense, é possível perceber a existência entrelaçada de questões de imagem, reputação e credibilidade presentes nesse processo. Para Zeira, e outros membros seniores do escalão de inteligência militar, Egito e Síria não possuíam a capacidade, e nem mesmo a intenção/interesse, em ir à guerra contra Israel devido à sua inferioridade militar intrínseca. Tal percepção é uma referência direta à baixíssima credibilidade que Israel atribuía a ambos os Estados, credibilidade esta como resultado da junção entre capacidade e interesse – que inexistia na visão dos membros da AMAN – e da reputação – por determinação, que também não existiam nos cálculos de Zeira, a respeito da possibilidade de guerra - como proposto por Tang (2005).

Além disso, houve, por parte do Egito, uma tentativa de modificar e influenciar sua reputação por determinação (*resolve*), após a derrota de 1967. Se a reputação por determinação é definida como “a medida pela qual um Estado arriscará a guerra para manter suas promessas e sustentar suas ameaças”. (MERCER, 1996, p. 15), Sadat, através de seus pronunciamentos, tentou demonstrar, ou até mesmo criar, uma imagem e

uma reputação de que estava disposto e determinado a fazer uso da guerra para o alcance de seus objetivos – retomar os territórios perdidos em 1967 e recuperar a honra, prestígio e orgulho egípcio. No entanto, como a reputação por determinação “se refere à percepção alheia [outros países] da vontade de um Estado em arriscar a guerra” (WEISIGER & YARHI-MILO, 2015, p. 474), ou seja, só existe através das percepções de outrem sobre as ações e ameaças de um país, Sadat não conseguiu obter esta reputação pois Israel não percebeu seus discursos e ações como críveis o suficiente para proporcionar a sua criação. Como esta determinação depende, em grande parte, do que um Estado fez no passado, o Egito dificilmente daria esta reputação dado à sua completa e avassaladora derrota na Guerra dos Seis Dias.

Já as questões de imagem são claras ao considerarmos a definição de imagem em Jervis (1989) como “*as crenças sobre o outro que afetam suas previsões de como o outro se comportará sob várias circunstâncias*”. (JERVIS, 1989, p. 5). As crenças de Zeira, e de grande parte dos analistas da AMAN, sobre o Egito e Síria como incapazes materialmente e, além disso, desinteressados em iniciar uma guerra contra Israel, afetou de forma decisiva suas previsões sobre o comportamento destes países. Ou seja, a imagem de ambos os países árabes, criada no imaginário de certos membros da inteligência israelense, afetou a capacidade de julgamento sobre suas ações e comportamento de maneira cabal, definitivamente sob várias circunstâncias. Além disso, Zeira e seus colegas acreditavam “conhecer os árabes melhor do que ninguém”, o que contribuiu ainda mais para reforçar a convicção de que a imagem que os primeiros tinham sobre os segundos, era mais correta do que a dos soviéticos, por exemplo.

O engano e a desinformação empregados por Egito e Síria também possuem certos aspectos de imagem e também de sinais, índices e ruídos presentes em seu *modus operandi*. Assim como a imagem é uma percepção, uma crença sobre uma terceira parte, ela também pode ser projetada de acordo com as intenções desejadas. Em outras palavras, como descrito no capítulo 3, um Estado pode influenciar deliberadamente as percepções que os outros possuem dele. E é justamente aí que jazem as técnicas de engano e emissão de determinados sinais os quais Egito e Síria se utilizaram. Ou seja, além da própria imagem que Israel cultivava sobre ambos os países, com as técnicas de engano e desinformação, embora básicas e pouco complexas, Egito e Síria procuraram projetar uma determinada imagem sobre Israel, e uma imagem de que as mobilizações não passavam de meros exercícios. E os ruídos são, justamente, a quantidade de

movimentações enganosas empregadas, o que não gera sinais claros das intenções de quem os empregou, levando a situações como o *cry-wolf syndrome*, por exemplo.

Com as conclusões da Comissão Agranat sobre a falha da previsão e da preparação de Israel para o ataque iminente, e a consequente descoberta da “concepção”, fica claro como a questão da imagem se sobressai neste contexto. A concepção se baseou, fundamentalmente, na ideia de que o Egito não lançaria uma guerra contra Israel antes de garantir poder aéreo suficiente para atacar as profundidades de Israel e a Síria, por outro lado, só lançaria um ataque em conjunto com o Egito. Como visto, entre os anos de 1971 e 1972, este conceito estava razoavelmente correto em sua previsão. No entanto, esta “estrutura de pensamento”, conforme definiu Bar-Joseph (2012), foi seguida de forma imutável e “irrefutável” até os últimos momentos quando a guerra começou. A “concepção” se tornou uma imagem israelense, petrificada, sobre os dois países árabes, que moldou as crenças deste primeiro com relação aos segundos, e que afetou de forma quase fatal as previsões de comportamento de Egito e Síria.

Outra clara referência aos aspectos de imagem, e também de reputação, é vista na percepção israelense sobre Sadat, especificamente. Como apresentado por Bar-Joseph (2005), **Sadat era** considerado um substituto temporário de Nasser, que não possuía as mesmas qualidades de seu predecessor, e era **visto como um líder instável e mesmo “ridículo”, de declarações e ameaças vazias, que ganhou uma reputação** de um “sonhador imprudente”, ao contrário de **Nasser que gozava de uma imagem** de um líder sério e responsável. Isto contribuiu de forma altamente significativa para a construção e perpetuação da concepção em Israel.

Por fim, mas não menos importante, ao considerar que o Egito não possuía a capacidade de iniciar um ataque contra Israel e, ao mesmo tempo, relacionar esta ausência de capacidade como uma igual ausência de intenção em fazê-lo, a inteligência militar de Israel analisou e relacionou erroneamente todos os índices e sinais, que as informações captadas disponibilizaram, sobre as intenções e capacidades dos dois países árabes. Como visto em Handel (2003), as capacidades de um Estado podem ser tanto materiais, quando não-materiais. As capacidades materiais são, tipicamente, medidas pelo poder econômico e militar (quantidades e qualidades de equipamento físico militar, armas, tanques, poder aéreo, marítimo, etc.) de um país; as não-materiais seriam medidas pela qualidade da organização militar, da moral e da doutrina militar deste mesmo país. Já as intenções militares de um Estado, que seriam naturalmente mais

difíceis de conceber em comparação às capacidades, seriam compostas pelos objetivos político-militares, vontade em incorrer riscos e tanto pela imagem e percepções próprias quanto do adversário.

Os responsáveis em Israel por avaliar todas essas questões, falharam na avaliação das capacidades matérias e não-materiais que estavam sendo aprimoradas tanto pelo Egito quanto pela Síria e, mais especificamente, falharam na avaliação das intenções destes países, que estavam demonstrando claros sinais de mudança e reorganização militar. Porém, a concepção adotada impediu que tais sinais de capacidades e intenções fossem interpretadas de uma forma que, talvez, levasse à conclusão que ambos os Estados árabes estavam, sim, com a intenção de efetuar um ataque. Embora Israel possuísse melhores capacidades materiais, em comparação ao Egito e à Síria (isoladamente), um Estado com capacidades relativamente menores poderia, ainda assim, decidir iniciar uma guerra. (HANDEL, 2003).

6. CONCLUSÃO

A presente tese tratou de analisar a Guerra do Yom Kippur, seus principais processos, e avaliar se esta guerra possuía questões de reputação, credibilidade e imagem estatal que pudessem explicar, alternativamente, o porquê e como Israel sofreu os efeitos de um ataque surpresa, mesmo possuindo todas as informações necessárias para avaliar a intenção de Egito e Síria em irem à guerra.

Partindo das análises e contribuições de Betts (1982), tentou-se compreender e explicar de maneira alternativa, por que, mesmo possuindo todos os avisos e informações da movimentação de um inimigo – através das agências principais de inteligência – um Estado ainda é tomado pela surpresa de um ataque. Betts (1982) afirma que o problema residiria em uma “descrença política” por parte dos líderes e tomadores de decisão, e não em uma falha de alerta estratégia ou de inteligência daquele Estado. De fato, é o que parece ter ocorrido com Israel, na Guerra do Yom Kippur.

Como visto ao longo de toda esta pesquisa, Israel e Egito – e de forma secundária, a Síria – possuem, sim, uma relação de rivalidade duradoura nos moldes teóricos apresentados, especialmente com relação a territórios. Além disso, foi possível perceber que Israel sofreu, igualmente, a surpresa de um ataque combinado, juntamente aos seus efeitos. Com relação à participação da Inteligência neste processo, fica claro seu uso, necessidade e importância, especialmente por parte de Israel, em utilizar suas mais variadas fontes e agências de Inteligência, no acompanhamento das ações e movimentações de Egito e Síria, principalmente pela AMAN e pelo Mossad. A importância da Inteligência também é vista na necessidade de emissão de alertas estratégicos sobre ações incomuns do lado árabe, que foram exaustivamente utilizadas e que necessitavam de mobilização militar e política por parte de Israel.

Já com relação à reputação, credibilidade e imagem, ficou claro, que houve, sim, forte participação e presença destes aspectos ao longo de todo o processo até a guerra de 1973, que vinha, pelo menos, desde a Guerra dos Seis Dias em 1967. Os membros da AMAN e outros participantes da tomada de decisão, perceberam muitas outras explicações alternativas não ameaçadoras (BETTS, 1972) sobre todas as ações e movimentações do lado árabe, que fizeram com que sua capacidade de análise do real cenário fosse fortemente afetada de maneira negativa, o que levou à existência e retroalimentação da “concepção”, tornando-se uma descrença política ao ataque

iminente. É possível resumir a influência das questões de reputação, credibilidade e imagem tanto para o Egito, quanto para Israel como se segue.

Quadro 5 - Questões de Reputação, Credibilidade e Imagem

EGITO-SÍRIA

- Aspectos de reputação e a credibilidade podem ser percebidos nas ações, especialmente do Egito, quando Sadat faz uso de uma retórica que alude à honra, ao prestígio, e à credibilidade perdidos pelo Egito após 1967.
- Há também a tentativa de criar uma reputação por determinação, com a demonstração de capacidade e interesses, além de uma presença clara do Culto à Reputação, como uma posse intrínseca de um Estado, além da existência de um código operacional do Tipo I, que prevê uma retórica que justifica a ação tomada em nome da defesa da reputação, honra, prestígio e imagem estatal.
- Além disso, Egito e Síria demonstram querer influenciar suas imagens como Estados capazes de ir à guerra, e ao mesmo tempo, influenciar a imagem que passavam com as mobilizações militares, utilizando-se de *deception* para modificar a percepção que Israel teria das movimentações. Tudo isso, possibilitou as decisões e intenções de recorrer à guerra, como solução a essas questões.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 - Questões de Reputação, Credibilidade e Imagem

ISRAEL

- Para Israel, estes aspectos influenciaram a maneira como seus principais decisores enxergavam a diáde árabe, e a si próprios. Israel não depositava nenhuma credibilidade às ações egípcias e sírias. Ou seja, Israel não percebia capacidade de ação, enxergava uma reputação deteriorada e abalada destes países, principalmente por determinação, e não via, ainda, nenhum interesse por parte de seus adversários em ir à guerra – como visto nos capítulos anteriores.
- Além disso, a imagem que Israel fazia de seus vizinhos, eram de Estados derrotados que não possuiriam, no curto prazo, capacidade de o desafiar militarmente. Essas crenças afetaram de maneira significativa as previsões de comportamento de Egito e Síria, o que influenciou fortemente a criação da “concepção”.
- O contrário também é verdadeiro na medida em que, além de possuir tais visões e

percepções sobre Egito e Síria, Israel se enxergava, após 1967, como um Estado invicto e fortemente capaz de repelir qualquer tentativa de agressão de seus vizinhos, além acreditar na altíssima eficiência de seus aparatos de inteligência e militares.

- A percepção que Israel possuía de seus inimigos, somada à percepção sobre si próprio, moldou significativamente as decisões posteriores de não reagir, antecipadamente, para evitar a surpresa do ataque.

Fonte: Elaboração própria.

Respondendo, portanto, à pergunta-problema desta pesquisa, a reputação, credibilidade e imagem estatais influenciam as decisões de iniciativa de, ou reação antecipada a um ataque militar surpresa, em um contexto de rivalidade e conflito entre dois ou mais Estados, na medida em que provê um filtro de crenças e percepções, tanto de si próprios, quanto do outro, que moldam e influenciam, de maneira significativa, as tomadas de decisão posteriores, embebidas neste próprio filtro, o que torna difícil enxergar a mesma situação por outros ângulos senão por estes existentes previamente.

No entanto, com relação à hipótese é necessário um olhar mais cuidadoso. Mesmo havendo, de forma relativamente perceptível, aspectos de reputação, credibilidade e imagem em todo o processo até a guerra no dia 6 de outubro, não se pode afirmar, categórica e efetivamente, que a mesma foi 100% confirmada. Embora estes aspectos estejam, sim, presentes nos passos e processos até a guerra, eles representam a hipótese levantada de forma subjetiva na medida em que não são reconhecidos, dentro do próprio caso, como variáveis que influenciaram, categoricamente, o cálculo da decisão de iniciativa de, e/ou de reação antecipada a um ataque surpresa. Em outras palavras, ao fim e ao cabo, tais decisões podem ser explicadas, igualmente, por outras teorias de tomada de decisão, teorias cognitivas, teorias da escolha racional etc., assim como visto em Bar-Joseph (2005), por exemplo.

No entanto, é notório a existência dos aspectos de reputação, credibilidade e imagem tanto no Egito, quanto em Israel, e a hipótese levantada ainda se mostra relevante na medida em que tais aspectos de reputação, credibilidade e imagem, proveram determinados conjuntos de percepções, escolhas e decisões estratégicas e políticas, ao Egito, à Síria e a Israel, que possivelmente moldaram as decisões sobre o curso de ação a ser tomado durante todo o processo, desde 1967, até 6 de outubro de 1973.

Um detalhe importante que salta aos olhos durante toda esta pesquisa é que, Bar-Joseph (2005), por exemplo, traz inúmeras causas, motivos, e explicações alternativas da falha da “concepção” em prever o ataque e a intenção iminente de guerra de Egito e Síria. Ele traz cinco grandes conjuntos detalhados de explicação para o que teria causado ou influenciado esta falha, mas, em nenhum destes motivos e explicações, há a presença de aspectos de reputação, credibilidade e imagem. Tais aspectos parecem estar considerados como aspectos secundários, ou até mesmo terciários, nesta explicação. Tal fato é surpreendente na medida em que durante todo o processo é possível perceber, direta e indiretamente, sua presença e, mesmo, assim, não há em Bar-Joseph (2005), nem mesmo nos outros autores aqui utilizados, que tratam sobre o tema, nenhuma menção ou análise detida e detalhada da existência e da influência destes aspectos na Guerra do Yom Kippur. Um dos únicos autores que vão, claramente, nesta direção, são Brecher e Raz (1977), que discutem em um artigo o papel da imagem na Guerra do Yom Kippur e, ainda assim, não fazem nenhuma referência à reputação e à credibilidade neste caso.

Bar-Joseph (2005) afirma que considera o “Fator Humano” como a principal explicação para a falha da concepção de Israel, para além das outras tantas explicações mencionadas, como uma explicação que ainda não teria sido identificada na literatura sobre o caso. Eu proponho e sugiro, portanto, que as questões de reputação, credibilidade e imagem, também seriam outras importantes explicações que ainda não foram identificadas - direta, consistente e detalhadamente - nesta mesma literatura.

7. ALCANCES E LIMITES DA PRESENTE PESQUISA

É necessário, após todo o processo de análise e conclusão apresentados anteriormente, ressaltar os alcances da presente pesquisa e, também, seus limites. Como visto, o estudo de caso empregado, com ênfase para a explicação de um resultado proveniente do rastreamento de processo, foi um método condizente para o objetivo e teste de hipótese criados. É possível perceber que houve, sim, a presença de aspectos e fatores de reputação, credibilidade e imagem no processo causal que levou à Guerra do Yom Kippur. De maneira mais ou menos direta, tais aspectos estavam presentes de forma subjacente às decisões e ações tomadas tanto pelo lado egípcio (e sírio), quanto pelo lado israelense. Tais aspectos ainda não foram descritos de forma direta e detalhada na literatura sobre a própria guerra, ou dentro da própria literatura e teorias que se debruçam sobre a reputação e imagem, considerando a Guerra do Yom Kippur como

um caso em potencial na exemplificação da existência destes aspectos em tal guerra. No entanto, como mencionado anteriormente, a hipótese não pôde ser completa e categoricamente confirmada devido ao fato de que, mesmo se apresentando de forma relativamente clara, os aspectos de reputação, credibilidade e imagem ainda se comportariam de maneira subjetiva, e como uma de muitas possíveis explicações sobre as decisões tomadas por ambos os lados do conflito.

Além disso, outro possível limite seria a utilização de Bar-Joseph (2005) como o “único” autor a tecer considerações mais detidas e detalhadas sobre o processo e o passo a passo da Guerra do Yom Kippur. É notável a importância de uma série de diferentes autores e bibliografias científico-acadêmicas sobre determinado assunto ou questão, para a robustez de um argumento que se pretende apresentar. Contudo, este fato não invalida a presente pesquisa. A própria metodologia do *process-tracing* para explicação de resultado não demanda a utilização de inúmeras fontes, e/ou diferentes autores que façam considerações sobre um mesmo acontecimento, no mesmo nível de detalhes e profundidade, para que a explicação almejada seja válida. O estudo de caso, através do método de *process-tracing* para explicação de resultado, completa seu ciclo uma vez que uma explicação minimamente suficiente para o caso escolhido é encontrada. A explicação de que a Guerra do Yom Kippur possivelmente sofreu influências de aspectos de reputação, credibilidade e imagem não é unânime ou irrefutável, mas, por outro lado, demonstra e ilustra de maneira clara como tais aspectos estavam presentes ao longo de todo o processo, e como estes potencialmente proveram certos conjuntos de percepções aos Estados envolvidos que moldaram as decisões finais de ambos os lados, até a eclosão da guerra.

Para reforçar o que foi elucidado anteriormente, existem certas limitações de pesquisa neste contexto que dificultam a utilização de outros autores, para além de Uri Bar-Joseph. Embora datado de 2005, o livro de Bar-Joseph é considerado, ainda nos dias de hoje, como a pesquisa mais detalhada e importante para o campo da Guerra do Yom Kippur e do conflito árabe-israelense de modo geral. Outros trabalhos sobre a temática, embora numerosos, não alcançam o mesmo nível de detalhes sobre o processo como o faz Bar-Joseph (2005), e como se fez necessário nesta pesquisa. Além disso, a procura e a utilização de fontes primárias sobre a guerra, como entrevistas, documentos oficiais do governo e discursos, por exemplo, também representam um considerável obstáculo para a pesquisa na medida em que a grande maioria de tais fontes ainda são confidenciais – o governo de Israel, mesmo 50 anos depois da Guerra, ainda não tornou

disponível ao público a íntegra de tais documentos – e, as que já são de domínio “público”, permanecem, ainda, em hebraico, ou seja, ainda não possuem tradução para o inglês, o que limita consideravelmente a pesquisa à correta tradução de termos e palavras que podem, potencialmente, interferir nas informações necessárias ao teste de hipótese proposto.

Ao fim e ao cabo, a presente tese demonstrou como os aspectos de reputação, credibilidade e imagem estiveram, de certa maneira, presentes no processo e nos passos que levaram à Guerra do Yom Kippur. Embora se comportando de maneira ilustrativa – e não confirmatória - a demonstração de que tais aspectos são, conjuntamente, perceptíveis no caso escolhido, traz uma nova nuance e uma proposição para a referida “descrença política” proposta por Betts (1982) acerca da iminência de um ataque surpresa, ainda não vista na literatura acerca do tema de forma sistemática e detalhada, como outras explicações os são para a eclosão desta guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6TH OCTOBER WAR. 2020. **The Agranat Commission**. Disponível em: <<https://yom-kippur-1973.info/agranat/Agranateng.htm>> Acesso em: 17 set. 2023.

AGRANAT COMMISSION REPORT. 2022. Center for Israel Education (CIE). Disponível em: <<https://israeled.org/timeline/agranat-commission-report/>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

ASHER, Dani. 2009. **The Egyptian Strategy for the Yom Kippur War: An Analysis by Dani Asher. Foreword by Shlomo Gazit**. McFarland & Company, Inc. ISBN: 978-0-7864-4253-9.

AGRANAT COMMISSION. 2023. **“Agranat Commission” – Yom-Kippur War: Agranat Commission of Inquiry Interim Report (April 1974)**. *Center for Israel Education – CIE*. Disponível em: <<https://israeled.org/resources/documents/agranat-yom-kippur-war/>> Acesso em: 17 set. 2023.

BAR-JOSEPH, Uri. 2003. **Intelligence Failure and the Need for Cognitive Closure: The Case of Yom Kippur**. In.: BETTS, Richard K; MAHNKEN, Thomas G (eds).; **Paradoxes of Strategic Intelligence: Essays in Honor of Michael I. Handel**; 2003. Frank Cass Publishers.

BAR-JOSEPH, Uri. 2005. **The Watchman Fell Asleep: The Surprise of Yom Kippur and Its Sources**. State University of New York Press.

BAR-JOSEPH, Uri. 2006. **Main Trends in the Historiography of the Yom Kippur War: A Thirty-Year Perspective**. *Journal of Israeli History*, 24:2, 251-266, DOI: 10.1080/13531040500195760.

BAR-JOSEPH, Uri. 2012. **Confronting the Intelligence Fiasco of the Yom Kippur War**. *Bustan: The Middle East Book Review* 3 (2012) 131-149. DOI: 10.1163/18785328-00032003.

BAR-JOSEPH, Uri. 2013. **The "Special Means of Collection": The Missing Link in the Surprise of the Yom Kippur War**. *Middle East Journal*, Autumn 2013, Vol. 67, No. 4 (Autumn 2013), pp. 531-546. Middle East Institute.

BAR-JOSEPH, Uri; MCDERMOTT, Rose; 2017. **Intelligence Success and Failure: The Human Factor**. Oxford University Press.

BEN-ZVI, Abraham. 1976. **Hindsight and Foresight: A Conceptual Framework for the Analysis of Surprise Attacks**. *World Politics*. Volume 28. Issue 03. April 1976, pp 381 – 395.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. 2013. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. The University of Michigan Press.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. Introduction: **Process tracing From philosophical roots to best practices**. In.: BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge University Press

BETTS, Richard K.; 1982; **Surprise Attack: Lessons for Defense Planning**; Brookings Institution Press; First Edition edition (September 1, 1982).

BETTS, Richard K; MAHNKEN, Thomas G (eds).; **Paradoxes of Strategic Intelligence: Essays in Honor of Michael I. Handel**; 2003. Frank Cass Publishers.

BOULDING, Kenneth. E. 1959. **National images and international systems**. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 3, No. 2 (Jun., 1959), pp. 120-131. SAGE Publications.

BRECHER, Michael; RAZ, Mordechai. 1977. **Images and behaviour: Israel's Yom Kippur crisis 1973**. *International Journal*. Pp. 475-500.

CAMBRIDGE DICTIONARY. 2023. **“Blue Ribbon”**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/blue-ribbon>> Acesso em: 17 set. 2023.

CAMBRIDGE DICTIONARY. 2024. **The Home Front**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/home-front>>. Acesso em 16 de jan. de 2024.

CAMPBELL, Donald; YIN, Robert K. 2018. **Case Study Research and Applications: Design and Methods**. 6th Edition. SAGE Publications.

CLARE, Joe; DANILOVIC, Vesna. 2010. **Multiple Audiences and Reputation Building in International Conflicts**. *Journal of Conflict Resolution*. 54 (6). Pp. 860-882. SAGE Publication.

CLAUSEWITZ, Carl von; 1976. **On War**. Princeton University Press, 1976), pp. 198–9. Eds. Michael Howard and Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin; 2009; **A History of the Modern Middle East**. Fourth Edition. Westview Press.

COLARESI, Michael P.; RASLER, Karen; THOMPSON, William R; 2008; **Strategic Rivalries in World Politics: Position, Space and Conflict Escalation**. Cambridge University Press.

COLLIER, David; ELMAN, Colin. 2008. Chapter 34: **Qualitative and Multi-Method Research: Organizations, Publication, and Reflections on Integration**. In: BOX-

STEFFENSMEIER, Janet M; BRADY, Henry E.; COLLIER, David. 2008; **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford University Press.

COLLINS DICTIONARY. 2024. **Home Front**. Disponível em: <<https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/home-front>> Acesso em 16 de jan. de 2024.

DAFOE, Allan; RENSHON, Jonathan; HUTH, Paul. 2014. **Reputation and Status as Motives for War**. *Reviews in Advance*. Annu. Rev. Polit. Sci. 2014. 17:17.1–17.23.

DUNSTAN, Simon; 2003; **The Yom Kippur War 1973 (2): The Sinai**; Osprey Publishing.

DUNSTAN, Simon; 2009; **The Six Day War 1967: Sinai**; Osprey Publishing.

ENCICLOPÉDIA PSI. 2023. **Atribuição Disposicional**. Disponível em: <<https://enciclopediapsi.com.br/atribuicao-disposicional>> Acesso em: 15 de out. de 2023.

FULL AGRANAT REPORT RELEASED. 2023. **Center for Israel Education – CIE**. Disponível em: <<https://israeled.org/full-agranat-report-released/>> Acesso em: 17 set. 2023.

GAZIT, Major General Shlomo. 2009. Foreword. In.: ASHER, Dani. 2009. **The Egyptian Strategy for the Yom Kippur War: An Analysis by Dani Asher. Foreword by Shlomo Gazit**. McFarland & Company, Inc. ISBN: 978-0-7864-4253-9.

GEORGE, Alexander L. 1969. **The "Operational Code": A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making**. *International Studies Quarterly*. Vol. 13, No. 2 (Jun., 1969), pp. 190-222.

GEORGE, Alexander L.; BENNET, Andrew. 2005. **Case studies and theory development in the social sciences**. Belfer Center for Science and International Affairs.

GERRING, John. 2007. **Case Study Research**. Cambridge. Cambridge University Press.

GIBLER, Douglas M.; 2018; **International Conflicts, 1816–2010: Militarized Interstate Dispute Narratives, Volume I**; Ed.: Rowman & Littlefield.

GOERTZ, Gary; DIEHL, Paul F.; 1992; **Territorial Changes and International Conflict**; Studies in International Conflict Volume 5. Routledge. Taylor and Francis Group.

GOERTZ, Gary; DIEHL, Paul F.; 2000; **War and peace in International Rivalry**; The University of Michigan Press.

GRABO, Cynthia; 2002; **Anticipating Surprise: Analysis for Strategic Warning**. *Center for Strategic Intelligence Research*. Joint Military Intelligence College. Ed. Jan Goldman.

GRABO, Cynthia; 2010; **Hand Book of Warning Intelligence: Assessing the Threat to National Security**. Ed. Jan Goldman. *Scarecrow Professional Intelligence Education Series*, No. 12.

GUISINGER, Alexandra; SMITH, Alastair; 2002; **Honest Threats: The Interaction of Reputation and Political Institutions in International Crises**. *Journal of Conflict Resolution* 2002; 46; 175.

HANDEL, Michael I. 1975. **Perception, Deception and Surprise: The Case of the Yom Kippur War**. Jerusalem. Hebrew University Press,.1975.

HANDEL, Michael; 2003; **Intelligence and the Problem of Strategic Surprise**. In.: BETTS, Richard K; MAHNKEN, Thomas G (eds).; **Paradoxes of Strategic Intelligence: Essays in Honor of Michael I.Handel**; 2003. Frank Cass Publishers.

HARPER COLLINS PUBLISHERS. 2024. **Uri Bar-Joseph**. Disponível em: <<https://www.harpercollins.com/blogs/authors/uri-bar-joseph-20165135331700>> Acesso em: 31 de março de 2024.

HERRMANN, Richard K.; VOSS, James F.; SCHOOLER, Tonya Y. E.; CIARROCHI, Joseph. 1997. **Images in International Relations: An Experimental Test of Cognitive Schemata**. *International Studies Quarterly* (1997) **41**, 403–433.

ISRAEL STATE ARCHIVES. 2022. The Six Day War Files. Disponível em:<<https://catalog.archives.gov.il/en/p1967/>> Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

HENSEL, Paul R.; MITCHELL, Sara McLaughlin; 2006; **Issue Indivisibility and Territorial Claims**; *GeoJournal*, (2005), 54, 275-285.

HUGHES-WILSON, Colonel John. 2000. **Military Intelligence Blunders**. Carroll & Graf Publishers, Inc.

HUTH, Paul K.; 1997; **Reputations and Deterrence: A Theoretical and Empirical Assessment**. *Security Studies*, 7:1, 72 – 99.

JERVIS, Robert. 1970. **The Logic of Images in International Relations**. Columbia University Press.

JEWISH BOOK COUNCIL. 2024. **Uri Bar-Joseph**. Disponível em: <<https://www.jewishbookcouncil.org/uri-bar-joseph>> Acesso em: 31 de março de 2024.

KAM, Ephraim; 2004; **Surprise Attack: The Victim's Perspective**. Harvard University Press.

KAMRAVA, Mehran; 2005; **The Modern Middle East: A Political History Since the First World War**; University of California Press.

LARON, Guy. 2017. **The Six-Day War: The Breaking of Middle East**. Yale University Press.

LINGUEE. 2023. “***Saving Face***”. Disponível em: <<https://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/saving+face.html>> Acesso em: 15 de out. de 2023.

LOWENTHAL, Marl M. 2020. **INTELLIGENCE: From Secrets to Policy**. Eight Edition. SAGE Publications.

MAHONEY, James. 2012. **The Logic of Process Tracing Tests in the Social Sciences**. *Sociological Methods & Research published online 2 March 2012*. Pages 1–28. DOI: 10.1177/0049124112437709.

MAHONEY, James; VILLEGAS, Celso M. 2007. **Historical Enquiry and Comparative Politics**. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. 2007. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. General Editor: Robert E. Goodin. Oxford University Press.

MAIA, Eduardo. 2020. ***Fait Accompli sobre Áreas Territoriais Cinzentas: Por que Levam à Guerra?*** Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2020. 140 f.: il.

MAIA, Eduardo. 2021. ***The Yom Kippur War: An Analysis of Egypt's Surprise Attack by a Military-Technological Standpoint***. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. REST v. 13 No 25 Jan-Jun 2021 Pp. 31-51. Universidade Federal Fluminense.

MASSOULIÉ, François; 1996; **Os Conflitos do Oriente Médio: Século XX**. 2ª Ed. Editora Ática. Tradução: Isa Mara Lando.

MCDOWELL, Don; 2009. **Strategic Intelligence: A Handbook for Practitioners, Managers, and Users**. Revised Edition. Jan Goldman: Series Editor. The Scarecrow Press.

MERCER, Jonathan. 1996. **Reputation and International Politics**. Cornell University Press.

MERRIAM-WEBSTER. 2023. **Skirmish**. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/skirmish>>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

MIDDLE EAST JOURNAL, 2013. Nota de Rodapé. In.: BAR-JOSEPH, Uri. 2013. **The "Special Means of Collection": The Missing Link in the Surprise of the Yom Kippur War**. *Middle East Journal*, Autumn 2013, Vol. 67, No. 4 (Autumn 2013), pp. 531-546. Middle East Institute).

- MILLER, Gregory D. 2012. **The Shadow of the Past: Reputation and Military Alliances before the First World War**. Cornell University Press.
- MURRAY, Michelle. 2019. **The Struggle for Recognition in International Relations: Status, Revisionism, and Rising Powers**. Oxford University Press.
- PAUL, T.V. 1994. **Asymmetric Conflicts: War Initiation by Weaker Powers**. Cambridge University Press.
- PAUL, T. V.; LARSON, Deborah Welch; WOHLFORTH, William C. 2014. **Status in World Politics**. Cambridge University Press.
- PRUNCKUN, Hank. 2010. **Handbook of Scientific Methods of Inquiry for Intelligence Analysis**. Jan Goldman: Series Editor. Scarecrow Professional Intelligence. Education Series, No. 11. The Scarecrow Press.
- PRUITT, Dean G.; KIM, Sung Hee; 2004; **Social Conflict: Escalation, Stalemate, and Settlement**; Third Edition; McGraw-Hill Higher Education.
- RENSHON, Jonathan. 2017. **Fighting for Status: Hierarchy and Conflict in World Politics**. Princeton University Press.
- ROBERTS, Clayton. 1996. **The Logic of Historical Explanation**. University Park. Pennsylvania State University Press.
- ROLEF, Susan Hattis. 2007. **The domestic fallout of the Yom Kippur War**. *Israel Affairs*, 6:1, 177-194, DOI: 10.1080/13537129908719551. Routledge. Taylor & Francis Group.
- SENESE, Paul D.; VASQUEZ, John A.; 2003; **Unified Explanation of Territorial Conflict: Testing the Impact of Sampling Bias, 1919–1992**; *International Studies Quarterly* (2003) 47, 275–298.
- SCHELLING, Thomas C.; 1966; **Arms and Influence**: With a New Preface and Afterword, 2008; Yale University Press.
- SHLAIM, Avi; 2014; **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. (Updated and expanded). W.W. Norton and Company.
- SHAZLY, Lt. General Saad el. 2003. **The Crossing of the Suez**. Revised English Edition. American Mideast Research.
- SHEFFY, Yigal. 2006. **Overcoming strategic weakness: The Egyptian deception and the Yom Kippur War**. *Intelligence and National Security*, 21:5, 809-828, DOI: 10.1080/02684520600957746. Routledge. Taylor & Francis Group.

SHULSKY, Abram N.; SCHMITT, Gary J.; 2022. **Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence**. Third Edition. Potomac Books.

SINDAWI, Khalid; KAHANA, Ephraim. 2015. **The Yom Kippur War: The Successes of Israeli Intelligence**. *International Journal of Intelligence and Counter Intelligence*, 28: 762–774, 2015. Taylor & Francis Group.

SPECIAL DOCUMENT. 1974. **Israel: What Went Wrong on October 6? The Partial Report of the Israeli Commission of Inquiry into the October War**. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 3, No. 4 (Summer, 1974), pp. 189-207.

SPIEGATO. 2023. **O que é atribuição disposicional?** Disponível em: <<https://spiegato.com/pt/o-que-e-atribuicao-disposicional>> Acesso em: 15 de out. de 2023.

SPY LEGENDS AGENCY. 2020. **Prof. Uri Bar-Joseph**. Disponível em: <<https://www.spylegends.com/team/prof.-uri-bar-joseph>> Acesso em: 31 de março de 2024.

TANG, Shiping; 2005; **Reputation, Cult of Reputation, and International Conflict**; *Security Studies* 14, no. 1 (January–March 2005): 34–62. Routledge.

VANDEPEER, Charles B.; REGENS, James L.; UTTLEY, Matthew R.H.; 2020. **Surprise and Shock in Warfare: An Enduring Challenge**. The Strategy Bridge. Disponível em: <<https://thestrategybridge.org/the-bridge/2020/10/27/surprise-and-shock-in-warfare-an-enduring-challenge>> Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

VASQUEZ, John A.; 1995; **Why do Neighbors Fight? Proximity, Interaction, or Territoriality**; *Journal of Peace Research*; Vol. 32; n. 3; pp. 277-293.

WALDNER, David. **Cap. 5: What makes process tracing good? Causal mechanisms, causal inference, and the completeness standard in comparative politics**. In: BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. **Introduction: Process tracing: From philosophical roots to best practices**. In.: BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge University Press.

WALKER, Stephen G. 1983. **The Motivational Foundations of Political Belief Systems: A Re-Analysis of the Operational Code Construct**. *International Studies Quarterly*, Vol. 27, No. 2 (Jun., 1983), pp. 179-202.

WALKER, Stephen G. 1990. **The Evolution of Operational Code Analysis**. *Political Psychology*, Vol. 11, No. 2 (Jun., 1990), pp. 403-418. International Society of Political Psychology.

WANG, Jian; 2005; **Managing national reputation and international relations in the global era: Public diplomacy revisited**. *Public Relations Review* 32 (2006) 91–96.

WEISIGER, Alex; YARHI-MILO, Keren; 2015; **Revisiting Reputation: How Past Actions Matter in International Politics**. *International Organization* 69, Spring 2015, pp. 473–495.

WIEGAND, Krista E. 2011. **Militarized territorial disputes: States' attempts to transfer reputation for resolve**. *Journal of Peace Research* 48(1) 101-113. DOI: 10.1177/0022343310389414. Sage Publications.

WIRTZ, James J.; 2003; **Theory of Surprise**. In.: BETTS, Richard K; MAHNKEN, Thomas G (eds).; **Paradoxes of Strategic Intelligence: Essays in Honor of Michael I. Handel**; 2003. Frank Cass Publishers.

YIN, Robert K. 2015. **Case Study Research: Design and Methods**. 5th Edition. Cosmos Corporation. SAGE Publications.

ZACHER, Mark W.; 2001; **The Territorial Integrity Norm: International Boundaries and the Use of Force**; *International Organization* 55 (2).